



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense

Chayene Hackbarth

São Carlos/SP, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense

Chayene Hackbarth

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação em Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

São Carlos/SP

Junho/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Chayene Hackbarth, realizada em 13/06/2019:



Prof. Dra. Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams
UFSCar



Prof. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis
UFSCar



Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa
UFSCar

Prof. Dra. Paula Inez Cunha Gomide
UTP

Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Santos Peixoto
UCP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dra. Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams

A perseverança é mais eficaz do que a violência, e muitas coisas que, quando reunidas, são invencíveis, cedem a quem as enfrenta um pouco de cada vez.

Plutarco

AGRADECIMENTOS

Alguém já disse que “em um coração onde mora a gratidão, também habitará sempre a felicidade”, por isso agradeço imensamente a todos que se fizeram presentes nessa trajetória e que me presentearam com sua amizade, paciência, sabedoria e acolhimento.

Aos meus familiares, agradeço pelo incentivo para o meu progresso na vida acadêmica e profissional. Agradeço em especial a minha irmã Araceli, que desde o início me orientou com sua experiência acadêmica, comemorando minhas vitórias como se fossem suas e me encorajando a superar minhas limitações. Não poderia deixar de agradecer também ao meu irmão Eden pelo seu carinho e atenção, sempre disposto a auxiliar com minhas dificuldades nas análises estatísticas e a minha mãe Irene, incentivando com orgulho para que concluísse essa etapa com sucesso.

À minha orientadora de Mestrado e Doutorado Lúcia, agradeço pela confiança ao abrir as portas do Laprev, permitindo que por meio de sua orientação e apoio eu atingisse os objetivos ambicionados e desenvolvesse meu potencial. Estar cercada pelos melhores profissionais, amigos e colegas foi essencial para essa conquista.

Ao Professor Michael Lamb, que sempre solícito me conduziu para a realização desse trabalho, indicando os caminhos a percorrer e compartilhando sua vasta experiência profissional e renome.

Ao Professor José Carlos Fogo, profissional de excelência que apesar do curto prazo disponível para a execução do trabalho, conduziu as análises estatísticas com agilidade, dedicação e comprometimento, garantindo o sucesso dos resultados apresentados.

Agradeço aos funcionários e professores do PPGPsi, pelos ensinamentos e auxílio nesses sete anos de convivência e parceria, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, que viabilizou recursos para a apresentação dos resultados desse trabalho na American Psychology-Law Society Annual Conference, em Portland, nos Estados Unidos.

Aos amigos e colegas do Laprev, companheiros da vida acadêmica que elevaram minha autoconfiança ao compartilhar conhecimentos e me encorajar com elogios e admiração pelo meu trabalho, meu muito obrigada.

Aos membros titulares e suplentes da banca de qualificação, agradeço às Professoras Dras. Maria de Jesus Dutra dos Reis, Maria da Graça Saldanha Padilha, Ana Lúcia Rossito Aiello, Paula Inez Cunha Gomide e especialmente a Professora Sabrina Mazo D'Affonseca, que presidiu a banca de qualificação contribuindo gentilmente com suas considerações.

Aos membros titulares e suplentes da banca de defesa, Professores Doutores Carlos Eduardo Peixoto, Alex Sandro Gomes Pessoa, Paula Inez Cunha Gomide, Maria de Jesus Dutra dos Reis, Alex Eduardo Gallo e Maria Inês Gandolfo Conceição, agradeço pela disponibilidade e zelo para a conclusão exitosa dessa etapa.

Aos meus alunos que com comprometimento aceitaram o desafio de participar dessa pesquisa, demonstrando seu carinho e entusiasmo na árdua coleta de dados desenvolvida com muita dedicação.

À Associação Juinense de Ensino Superior e seus gestores, que viabilizaram o desenvolvimento desse trabalho dentro das possibilidades da instituição.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que torceram sinceramente por mim e que compreenderam minha ausência nos momentos bons e difíceis, permanecendo ao meu lado e contribuindo para o meu crescimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Dr.^a. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

(Universidade Federal de São Carlos -UFSCar)

Membros Titulares:

Dr.^a. Maria de Jesus Dutra dos Reis

(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Dr. Alex Pessoa

(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Dr.^a. Paula Inez Cunha Gomide

(Universidade Tuiuti do Paraná - UTP)

Dr. Carlos Eduardo Peixoto

(Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses – Lisboa, Portugal)

Membros Suplentes:

Dr. Alex Eduardo Gallo

(Universidade Estadual de Londrina - UEL)

Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição

(Universidade de Brasília - UNB).

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Introdução.....	10
Abuso sexual infantil.....	10
O protocolo NICHD.....	16
A pesquisa em contexto análogo ao forense.....	25
Uma revisão sistemática da literatura internacional sobre estudos análogos ao contexto forense.....	26
O estudo que inspirou o presente trabalho.....	32
Objetivos.....	37
Método.....	38
Procedimento.....	38
Simulação do evento alvo nas escolas.....	41
Capacitação de Entrevistadores e Monitoras.....	43
Entrevista com as Crianças.....	46
Resultados.....	50
Discussão.....	59
Considerações Finais.....	70
Referências.....	74
Anexo I – Guia de Entrevista Forense NICHD.....	89
Anexo II - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos.....	105

Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	109
Anexo IV - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	112
Anexo V - Carta de Autorização para fotos e filmagens	114
Anexo VI - Carta de Autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso	115
Anexo VII - Ofício para Autorização de Pesquisa Científica.....	117
Anexo VIII – Roteiro de Entrevista - Evento alvo e fictício.....	120

Hackbarth, C. (2019). Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP. 133 p.

RESUMO

O abuso sexual infantil é um problema de saúde pública que apresenta desafios para o Judiciário dada a dificuldade de se apresentar provas para comprovação dessa violência. O presente estudo faz parte de outras investigações brasileiras testando a aplicabilidade do Protocolo NICHD do *National Institute of Child Health and Human Development* para a investigação de casos com suspeita de abuso sexual infantil em nossa realidade. Trata-se de um estudo análogo ao forense e inédito no Brasil que faz uma replicação de um estudo internacional para a avaliação da qualidade das entrevistas realizadas com o referido protocolo por entrevistadores capacitados pela autora. Os objetivos do estudo consistiram em; 1) avaliar a acurácia das informações fornecidas pelas crianças em função de diferentes modalidades de perguntas (abertas, evocações orientadas, diretas, múltiplas escolhas e sugestivas) presentes no roteiro do protocolo NICHD, comparando-se entrevistas realizadas sobre um evento alvo encenado com um grupo de crianças sujeitas a entrevistas realizadas com o treino prévio da fase pré-substantiva do protocolo NICHD (GPS) e um grupo de comparação sem o treino da fase pré-substantiva (GC); e 2) verificar a proporção com que crianças nessas duas condições relataram, quando perguntadas, ter participado de um evento fictício do qual jamais participaram. Hipotetiza-se que, tal como no estudo original, o grupo de crianças que passou por entrevistadores com treino prévio da fase pré-substantiva tenha desempenho superior na extensão dos relatos e número de detalhes relevantes sobre o evento alvo, sendo mais resistentes a perguntas sugestivas do entrevistador sobre o evento fictício do que o grupo controle. Para tal, foram entrevistadas 108 crianças (51 meninos e 57 meninas)

em quatro escolas públicas do Estado de Mato Grosso a respeito de um evento encenado pelos pesquisadores. Na análise dos dados, foram codificadas as informações quantitativas e qualitativas concernentes ao tipo de perguntas utilizadas, a extensão dos relatos da criança, bem como o número de detalhes relevantes gerados a partir das questões apresentadas. As informações foram tabuladas e codificadas para posterior comparação com testes estatísticos, como o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* e teste *U de Mann-Whitney* para comparação de duas proporções. Os resultados indicaram que a quantidade de perguntas para o GC foi significativamente maior do que para o GPS, contrariando a hipótese referente à maior extensão de relatos nas respostas das crianças quando utilizada a fase pré-substantiva do Protocolo NICHHD. Foi observado que devido à inexperiência dos entrevistadores (alunos de graduação) e ao curto tempo de treinamento dos mesmos, não houve investimento suficiente na fase pré-substantiva com o uso extensivo das perguntas abertas para adequado treino narrativo, conforme recomendado. Contudo, os relatos incorretos a respeito do evento fictício foram significativamente mais frequentes no GC, sugerindo que o treino para a construção do rapport tenha sido eficaz para o preparo das crianças em resistir às perguntas sugestivas sobre o evento fictício, corroborando a literatura sobre suas habilidades em diferenciar a verdade da mentira e fazer relatos confiáveis a respeito de suas experiências, resistindo a perguntas sugestivas do entrevistador.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; oitiva de crianças; protocolo NICHHD.

Hackbarth, C. (2019). Evaluation of NICHD investigative interview protocol in an analogous forensic context. Doctoral Dissertation. Graduate Program in Psychology. Federal University of São Carlos.

ABSTRACT

Child sexual abuse is a public health problem that presents challenges for the Judiciary system given the difficulty in presenting evidence to substantiate it. This study joins other Brazilian studies testing the applicability of the NICHD Protocol, from the National Institute of Child Health and Human Development, for the investigation of alleged child sexual abuse cases in this context. This is a pioneer analogous study to the forensic setting in Brazil which replicates an international study to evaluate the quality of the interviews conducted with the protocol by interviewers trained by the author. The objectives of the study were: 1) to evaluate the accuracy of the information provided by children according to the different modalities of questions present in the NICHD protocol (open, direct, multiple, suggestive and suggestive questions), comparing interviews about a staged target event with a group of children who were interviewed with the pre-substantive phase of NICHD protocol (PSG) and a comparison group with interviewers without the pre-substantive training (CG); and 2) to verify the proportion with which children in these two conditions reported, when asked, to have participated in a fictitious event that never took place. It is hypothesized that as in the original study, the group of children who went through the pre-substantive training interviewers had superior performance in narrative practice and number of relevant details about the target event, being more resistant to interviewer's suggestive questions about the fictitious event than the control group. 108 children (51 boys and 57 girls) were interviewed in four public schools in Mato Grosso State, Brazil regarding a staged event by the researchers. The information was coded for comparison with statistical tests,

such as Kruskal-Wallis non-parametric test and *U de Mann-Whitney* test for comparison of two proportions. Results indicated that the number of questions for the CG was significantly higher than for the PSG, contrary to the hypothesis regarding the extension of information presented in the children's responses when using the pre-substantive phase of the NICHD Protocol. Possibly due to the inexperience of the interviewers (undergraduate students) and their short training there was insufficient investment in the pre-substantive phase without extensive use of open-ended questions for appropriate narrative training, as recommended. However, incorrect reports about the fictitious event were more frequent in the CG, showing that the rapport training seems to have been effective in preparing the children to resist suggestive questions about the fictitious event, corroborating the literature about children's abilities to differentiate truth from lies and make reliable accounts of their experiences, resisting the interviewer's suggestive questions.

Keywords: Child sexual abuse; children testimony; NICHD protocol.

APRESENTAÇÃO

O depoimento especial de crianças no Judiciário tem se tornado prática cada vez mais difundida entre os profissionais da Psicologia que, em parceria com os operadores do Direito, têm realizado a escuta especializada de crianças em situação de vulnerabilidade social. Diversos estudos comprovam a importância dessa metodologia para a proteção da criança e do adolescente, que ao serem ouvidos e entrevistados por peritos capacitados têm a oportunidade de materializar as provas para a comprovação da violência praticada contra si, de forma a evitar a revitimização ocasionada pela desarticulação da rede de proteção à criança e ao adolescente (Goodman, Ogle, Troxel, Lawler & Cordon 2009; Pelisoli, Dobke & Dell’Aglío, 2014; Santos & Gonçalves, 2009; Santos, Gonçalves, Vasconcelos, Barbieri & Viana, 2013; Whitcomb, Goodman, Runyan & Hoack, 1994).

Contudo, impasses para atuação do profissional em âmbito forense precisam ser estudados em todos seus aspectos, considerando diversos obstáculos enfrentados pelo Sistema Judiciário brasileiro, como a indiferenciação entre inquirição e escuta especial, o que se configura como um desrespeito à ética do psicólogo; privilegiar a busca de provas com o objetivo de punir o agressor, em detrimento da proteção e direito da criança que não é obrigada a depor; corresponsabilizar a criança pela sanção do acusado; e a desarticulação profissional para adaptação das práticas investigativas no contexto brasileiro (Brito & Parente, 2012).

Durante a trajetória percorrida no Mestrado, realizei dois estudos com o Protocolo do *National Institute of Child Health and Human Development* (NICHD), amplamente utilizado em diversos países, como, Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá, Reino Unido e Israel e composto, sobretudo, por perguntas abertas para se avaliar suspeita de abuso sexual infantil, sendo a maior parte da entrevista guiada pelos relatos

da própria criança. O Protocolo foi desenvolvido no intuito de que as questões diretas, de múltipla escolha e sugestivas sejam utilizadas minimamente, como por exemplo, quando houver necessidade de colher informação primordial que não foi relatada pela criança após uso extensivo da prática narrativa (Lamb, Hershkowitz, Orbach & Esplin, 2018). Nessa perspectiva, o uso do Protocolo NICHD propicia um maior número de detalhes de relevância forense nas revelações de abuso sexual, aumentando a credibilidade das informações prestadas pela criança (Hackbarth, Williams & Lopes, 2015; 2018).

Os estudos realizados permitiram capacitar diversos profissionais em regiões distintas do país utilizando uma versão traduzida desse instrumento para o português do Brasil (Williams, Hackbarth, Blefari & Padilha, 2012), apresentando resultados promissores e feedback positivo dos participantes relacionados à segurança da estrutura do Protocolo NICHD para a realização das entrevistas investigativas com vítimas (Hackbarth et al. 2015; 2018). Além disso, publiquei um estudo de revisão sistemática de literatura a respeito do Protocolo NICHD, apresentando resultados de estudos realizados mundialmente, confirmando a efetividade do protocolo em diferentes contextos e divulgando sua utilização a profissionais forenses no contexto brasileiro (Williams, Hackbarth, Blefari & Padilha, 2014), finalizando com a apresentação dos resultados parciais da presente tese, apresentados no Congresso Anual da American Psychology-Law Society, em Portland, nos Estados Unidos (Hackbarth, Gama, Priolo-Filho & Williams, 2019).

Conhecer os desafios enfrentados pelos profissionais da rede de proteção possibilitou o desenvolvimento da pergunta desta pesquisa de doutorado, contribuindo para o aprimoramento dos profissionais que atuam no combate à violência sexual de crianças e adolescentes por meio do fortalecimento do vínculo entre o entrevistador e a

criança. A proposta inicial do meu projeto de tese foi realizar um estudo comparativo com dois protocolos investigativos forenses, sendo o primeiro o modelo *Extended Forensic Evaluation* (Avaliação Forense Extensa), conhecido por NCAC (não publicado), que foi desenvolvido no Centro Nacional de Defesa da Criança dos Estados Unidos (CAC) (Carnes, Wilson, & Nelson-Gardell, 1999) e sugerido para ser utilizado no Sistema Judiciário brasileiro. O segundo protocolo era o NICHD, também utilizado pelo CAC nos Estados Unidos. Cabe ressaltar que não há estudos publicados na literatura com o Protocolo NCAC, denotando a necessidade de tal projeto que analisaria a efetividade desse em entrevistas investigativas forenses conduzidas por profissionais capacitados, comparando os resultados encontrados nas entrevistas realizadas com o Protocolo NICHD e com o NCAC em um delineamento de grupos. Contudo, o projeto original não foi executado devido indisponibilidade dos profissionais convidados para participar das capacitações a serem realizadas com o protocolo NCAC.

Além disso, devido a minha carência de bolsa de estudos para realização da pesquisa de doutorado foi necessário que eu mudasse de Estado, ingressando como docente na Associação Juinense de Ensino Superior situada na cidade de Juína, em Mato Grosso. Tal mudança de planos exigiu que os objetivos iniciais propostos para a tese fossem reavaliados, considerando as dificuldades para capacitar profissionais forenses à distância da orientadora e da equipe do LAPREV. Como alternativa viável, a Professora Lúcia C.A. Williams consultou o Professor Michael Lamb, autor principal do NICHD, para que sugerisse projetos experimentais com o NICHD, dentre os quais foi recomendado o estudo de Brown Lamb, Lewis, Pipe, Orbach e Wolfman (2013) que inspirou a presente tese. A vantagem do estudo análogo apresentado nesse trabalho consiste em permitir o exame sistemático das variáveis que influenciam a recordação (ou sugestibilidade) por meio de avaliação precisa dos relatos das crianças com o

registro objetivo do evento experienciado em situação análoga, resultando em informações mais precisas uma vez que o experimentador conhece o que se passou, em contraste com a situação de abuso sexual infantil que geralmente não tem testemunhas (Lamb et al. 2018).

Assim, a presente tese teve por objetivos dar prosseguimento ao estudo de Brown et al., 2013 ao avaliar a acurácia das informações fornecidas por crianças em função das diferentes modalidades de perguntas utilizadas pelo entrevistador; verificando ainda se as mesmas relataram um evento fictício ao serem submetidas a entrevistas com o treino preparatório pela fase pré-substantiva do protocolo NICHD e sem o treino preparatório. Espera-se que este estudo possa fornecer subsídios aos profissionais da área, garantindo que o melhor interesse da criança seja atendido, conforme orientação das boas práticas para a realização das entrevistas forenses discutidas por Miller-Perrin & Perrin (2012).

REFERÊNCIAS

- Brito, L. M. T., & Parente, D. C. (2012). Inquirição judicial de crianças: Pontos e contrapontos. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 178-186. doi: 10.1590/S0102-71822012000100020.
- Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M. E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013). The NICHD investigative interview protocol: An analogue study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 19(4), 367–382. doi: 10.1037/a0035143.
- Carnes, C. N., Wilson, C. & Nelson-Gardell, D. (1999). Extended forensic evaluations when sexual abuse is suspected: A model and preliminary data. *Child Maltreatment*, 4(3), 242–254. doi: 10.1177/1524838015585319.
- Goodman, G. S., Ogle, C. M., Troxel, N., Lawler, M. J., & Cordon, I. M. (2009). Crianças vítimas no sistema judiciário: Como garantir a precisão do testemunho e evitar a revitimização. In B. R. Santos & I. B. Gonçalves. *Depoimento sem medo: Culturas e práticas não revitimizantes – Uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes* (pp. 21-34). São Paulo, SP: Childhood Brasil.
- Hackbarth, C., Williams, L. C. A., & Lopes, N. R. L. (2015). Avaliação de capacitação para utilização do protocolo NICHD em duas cidades brasileiras. *Revista de Psicologia (Universidad do Chile)*, 24(1), 1-18. doi: 10.5354/0719-0581.2015.36916.

Hackbarth, C., Williams, L. C. A., & Lopes, N. R. L. (2018). Estudo piloto a profissionais sobre o uso do Protocolo NICHD para investigar abuso sexual infantil. Em: L. Habigzang, P.I. Cunha e G. M. Rocha. *Intervenção e pesquisa com vítimas de violência*. Curitiba: Editora: Juruá.

Hackbarth, C., Gama, V. D., Priolo-Filho, S. & Williams, L. C. A. (março, 2019). *Evaluation of investigative interviews with NICHD Protocol: An analogue study in Brazilian context*. (Painel). American Psychology-Law Society Annual Conference. Portland, Oregon.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I. Y., Orbach, W. E., & Esplin, P. W. (2018). *Tell me what happened: Structured investigative interviews of child victims and witnesses*. Wiley Series in Psychology of Crime, Policing and Law. Chichester (2nd) UK: Wiley Blackwell.

Miller-Perrin, C., & Perrin, R. (2012). *The APSAC handbook on child maltreatment* (3rd ed., pp. 337-360). Thousand Oaks, CA: Sage.

Pelisolí, C., Dobke, V. & Dell'Aglio, D. D. (2014). Depoimento especial: Para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Temas em Psicologia*, 22(1), 25-38. doi: 10.9788/TP2014.1-03.

Santos, B. R., & Gonçalves, I. B. (2009). *Depoimento sem medo: Culturas e práticas não revitimizantes – Uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.

Santos, B. R., Gonçalves, I. B., Vasconcelos, M. G., Barbieri, P. B. & Viana, V. N. (2013). *Cartografia nacional das experiências alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil: O estado da arte*. Childhood Brasil – CNJ. São Paulo: Universidade Católica de Brasília.

Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A. & Padilha, M. G. S. (2012). *Guia de entrevista forense NICHD*. Versão Português – Brasil. Recuperado de <http://nichdprotocol.com/the-nichd-protocol/>.

Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S. & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: O protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, 22(2), 1-18. doi.org/10.9788/TP2014.2-12.

Whitcomb, D., Goodman, G. S., Runyan, D., & Hoak, S. (1994). The emotional effects of testifying on sexually abused children. National Institute of Justice Research Brief. *Monographs of the Society for Research in Child Development* 57(5), 1-142. doi 10.2307/1166127.

Introdução

Nesta seção serão apresentadas informações e estudos sobre os principais temas da literatura científica que dão respaldo à tese, sendo esses: abuso sexual infantil (ASI); o protocolo NICHD; a pesquisa em contexto análogo ao forense; uma revisão sistemática de estudos análogos internacionais e detalhamento do estudo que inspirou o presente trabalho.

Abuso sexual infantil

O abuso sexual infantil (ASI) é considerado um problema de saúde pública que expõe desafios quando se trata de apresentar provas para comprovação de tal violência, visto que envolve questões complexas sociais, jurídicas, médicas, educacionais e psicológicas (Williams & Habigzang, 2014). Trata-se de uma modalidade de abuso que pode acarretar em diversos prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da vítima (Ministério da Saúde, 2002; London, 2010; Williams, 2014), sendo caracterizada por:

Envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (World Health Organization - WHO, 1997, p. 7).

Pesquisas revelam consequências emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas diversas relacionadas à ocorrência de ASI (Briere & Elliot, 2003; Kendall-Tackett, Williams, & Finkellor, 1993; Tyler, 2002), como sentimentos de culpa, dificuldade em confiar no outro, comportamento hipersexualizado, isolamento, baixa autoestima, sintomas somáticos, agressividade (Amazarray & Koller, 1998; Nurcombe,

2000) e ainda transtornos psicológicos, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), entre outros (Ackerman, Newton, McPherson, Jones, & Dykman, 1998; Lynskey & Fergusson, 1997; Paolucci, Genuis, & Violato, 2001; Williams, 2014).

Apesar da gravidade de suas consequências, o Boletim Epidemiológico editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde apresenta dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), sendo notificados no Sinan 184.524 casos de violência sexual, 58.037 (31,5%) desses contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, com aumento de 64,6% e 83,2% respectivamente nas notificações realizadas no período de 2011 a 2017 (Ministério da Saúde, 2018). Assim, no intuito de condenar a prática do abuso sexual infantil está previsto no artigo 227, § 4º da Constituição Federal do Brasil de 1988 que toda violência ou maus-tratos contra a criança e o adolescente serão punidos, garantindo-se o princípio do melhor interesse da criança ao estabelecer que é devido à família, sociedade e Estado certificar à criança ou adolescente:

O direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal, 1988, p. 69).

Portanto, a fim de estabelecer a proteção da criança e do adolescente de todas as formas de violência, foi estabelecida no Brasil a Lei de número 8.069, nomeada de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) que ratifica a determinação da Constituição Federal, prevendo em seu artigo 130 a medida cautelar que garante o

afastamento do agressor da moradia comum quando comprovada a hipótese de maus-tratos infantis, como o abuso sexual praticado por pais ou responsáveis.

Contudo, tal medida se mostrou imprecisa na elaboração de mecanismos para a atuação dos profissionais do Sistema Judiciário no que se refere às demandas atuais para a investigação de casos de suspeita de maus tratos infanto-juvenis, fazendo-se urgente a implementação da Lei 13.431 (Brasil, 2017), que alterou a Lei 8.069. Tal alteração inclui em seu Capítulo II as Medidas Específicas de Proteção, apresentando exigências como as do inciso XII que discorre sobre a oitiva obrigatória e participação da criança no processo Judicial. Tal inciso afirma que :

A criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei (p. 27).

A Lei 13.431 (Brasil, 2017) atende, ainda, desafios relacionados à falta de capacitação dos profissionais para a realização da oitiva das vítimas por meio de instrumentos cientificamente validados, prevendo no § 1º do artigo 4 que “a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial”, salientando em seu artigo 11 que “o depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado” (p. 28).

Desta forma, é possível verificar avanços no processo de oitiva da criança no contexto brasileiro, sendo a Lei 13.431 (Brasil, 2017) uma tentativa de sanar as dificuldades atuais que se caracterizam pelo fato de a criança ser ouvida por diversos profissionais, que realizam entrevistas investigativas sem capacitação, via de regra sugestionando o relato da criança e traumatizando-a. É importante considerar que tal mudança de procedimento evitará as consequências negativas para a vida dos envolvidos em casos de suspeita de ASI ocasionadas por falhas profissionais em identificar sua ocorrência e para o tratamento necessário à criança ou a assistência à família e, o que é ainda mais preocupante, o fato de o abuso poder continuar ocorrendo (Cross & Whitcomb, 2017; Faust, Bridges & Ahern, 2009). Além disso, quando o suposto ofensor é considerado culpado em casos nos quais o abuso não ocorreu efetivamente, há sofrimento desnecessário e irreparável por parte de todos os envolvidos: a criança, sua família e o suposto ofensor (O'Donohue & Fanetti, 1996).

Tais avanços podem garantir que sejam desenvolvidas ferramentas profissionais para a investigação do abuso sexual, minimizando o fato de que a investigação seja uma experiência traumática, prevenindo o aumento da ansiedade, estresse e sentimento de culpa da criança ao empoderá-la com sentimentos de confiança, autoestima e justiça, conforme recomendação das boas práticas nas entrevistas forenses (Elmi, Daignault & Hébert, 2018; Katz, Barnett & Hershkowitz, 2014). Além disso, de acordo com Wood e Garven (2000), entrevistas inadequadas podem criar oportunidades para que os advogados de defesa acusem o profissional de ter realizado uma entrevista sugestionável e enganosa, caracterizando-a como uma entrevista sem validade jurídica e que pode induzir a vítima a falsas memórias.

Vale ressaltar que o fenômeno das falsas memórias tem sido tema recorrente e polêmico no judiciário brasileiro, sendo descrito por Loftus e Hoffman (1989) como a

combinação de pensamentos e crenças influenciadas pelo meio externo, tornando o indivíduo suscetível a erros decorrentes da sugestão de outras pessoas e ao esquecimento da fonte da informação. Payne, Elie, Blackwell e Neuschatz (1996) corroboram que a memória pode ser flexível e inaccurada, sendo modificada ao se sugerir informações e forçar as pessoas a evocá-las.

Dessa forma, a credibilidade dos relatos da criança é questionada, aumentando proporcionalmente as chances de recordação de falsas memórias sobre suas experiências (Brainerd, Stein, Silveira, Rohenkohl & Reyna, 2008). Entretanto, há que se destacar que a literatura das “falsas memórias” apoia-se exclusivamente em estudos experimentais utilizando-se de estímulos neutros (Loftus, 1997; Loftus, 2003a; Loftus 2003b), que são distantes das memórias traumáticas envolvidas nos episódios de abuso sexual infantil, fenômeno com particularidades em sua natureza e dinâmica.

No que tange a aspectos da memória, vale salientar que o processo de esquecimento ocorre por meio do bloqueio da informação excessiva e inútil, fenômeno que tem como função a adaptação e sobrevivência dos indivíduos no que diz respeito à obstrução da recordação contínua de momentos dolorosos, humilhantes ou aterrorizantes (Izquierdo, 2009). Tal fenômeno pode ocorrer em casos que envolvem o abuso sexual infantil, levando a repressão dessa recordação na memória ou à dissociação devido ao trauma gerado, tornando esse conteúdo conscientemente inacessível por longos períodos de tempo (Briere & Conte, 1993; Elliott & Briere, 1995; Goodman et al. 2003; Williams, 1994; Erdelyi, 2001). Diante desses aspectos e de tantos outros que atuam no processo mnemônico, não raras vezes, essas lembranças vão ganhando traços distorcidos, culminando numa falsificação da lembrança, ou, o que hoje se conhece por falsas memórias (Viana, 2018). Entretanto, pesquisadores da área investigativa do abuso sexual preferem usar uma terminologia mais específica e objetiva

(em contraste ao de falsas memórias) que é a sugestionabilidade das questões do adulto ou do entrevistador a criança (Lamb et al. 2008; 2018).

Todavia, o despreparo dos profissionais jurídicos para saber identificar e lidar com a sugestionabilidade nas entrevistas investigativas, que pode ocasionar as falsas memórias, coloca em risco a materialização da prova por meio do testemunho da criança, que se torna insuficiente para derrubar a presunção de inocência do acusado ao contaminar as memórias episódicas relacionadas ao evento abusivo (Hackbarth, Williams & Lopes, 2015; Hackbarth, Williams & Lopes, 2018; Lamb, Hershkowitz, Orbach & Esplin, 2008; Williams, Hackbarth, Blefari & Padilha, 2014; Viana, 2018).

Devido aos desafios apontados para identificação das memórias sugestionadas pelo entrevistador ou por outras pessoas em contato com a vítima, o processo judicial em contexto nacional tem sido problemático no sentido de comprovar adequadamente casos em que há suspeita de ASI, visto que em sua maioria tal modalidade de abuso não apresenta sinais físicos ou doenças sexualmente transmissíveis, tornando difícil a comprovação de sua ocorrência (Salvagni & Wagner, 2006). Assim, como solução para o enfrentamento dos desafios mencionados, salienta-se a importância da oitiva da criança para a condução de um processo judicial que não a revitimize (Faust et al. 2009; *National Children's Advocacy Center*, 2013) com a utilização de protocolos investigativos validados e comprovadamente eficazes.

Diversos são os prejuízos à saúde mental da criança nos casos em que ocorre a revitimização causada pela evocação da lembrança da violência sofrida ao repetir o relato para diversos profissionais (Elmi et al. 2018; Quas, et al. 2005; Whitcomb, Goodman, Runyan & Hoack, 1994). Essa é uma forma habitual de violência contra a

criança/adolescente, bem como a exaustiva jornada pelos serviços da rede de proteção, que pode expor a vítima à estigmatização e traumas secundários (Vilela, 2008).

Com o intuito de evitar a revitimização e sugestionabilidade nas entrevistas forenses, foram desenvolvidas entrevistas investigativas, como a Entrevista Cognitiva (EC), criada por Fisher e Geiselman, em 1992, elaborada inicialmente para entrevistar adultos. Este instrumento foi fundamentado em estudos da Psicologia Social e Psicologia Cognitiva, tendo como objetivo obter relatos com maior número de detalhes e precisão por meio de cinco etapas pré-estabelecidas: Rapport, Recriação do Contexto Original, Narrativa Livre, Questionamento e Fechamento (Feix & Pergher, 2010). Conforme Memon, Meissner e Fraser (2010) a EC pode ser um instrumento adequado para o contexto forense, contudo, Cronch, Viljoen e Hansen (2006) afirmam que o mesmo pode ocasionar inexatidão nos relatos de crianças pequenas devido ao uso de questões sugestivas e fechadas na fase de Recriação do Contexto Original e Questionamento, comprometendo os resultados das entrevistas.

O protocolo NICHD

Com a finalidade de seguir as recomendações de boas práticas indicadas nas entrevistas forenses infantis, o Protocolo NICHD (ver Anexo I), que apresenta as iniciais do local em que instrumento foi desenvolvido (*National Institute of Child Health and Human Development*), nos EUA, foi elaborado por (Lamb et al. 2008), a partir dos pressupostos da EC e vem sendo amplamente utilizado em diversos países, como, Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá, Reino Unido e Israel (Williams et al. 2014). Ressalta-se, ainda, que na literatura internacional sobre entrevistas forenses para crianças, o Protocolo NICHD se destaca pelo maior número de estudos empíricos realizados, apenas aqui citando alguns pertinentes: Ahern e Lamb, 2016; Aldridge,

Lamb, Sternberg, Orbach, Esplin e Bowler, (2004); Hershkowitz, Horowitz, Lamb, Orbach e Sternberg, (2004); Hershkowitz, Horowitz e Lamb, (2005); Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg e Horowitz, (2006); Hershkowitz, Fisher, Lamb e Horowitz, (2007); Hershkowitz, Lanes e Lamb (2007); Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz e Horowitz (2003); Lamb e Garretson (2003); Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin e Horowitz (2007); Lamb et al. (2008); La Rooy et al. (2015); Malloy, Brubacher e Lamb (2011); Peixoto, Ribeiro e Alberto (2013); Yi, Jo e Lamb, (2015).

Tal protocolo apresenta questões padronizadas como alternativas a serem seguidas pelo entrevistador que as selecionam de acordo com a necessidade no decorrer da sessão e com os relatos da vítima. Dessa forma, o número de questões sugestivas, fechadas e de múltipla escolha é reduzido, havendo um aumento no uso das questões abertas, o que aumenta a efetividade da entrevista (Lamb et al. 2008).

O protocolo utilizado no presente estudo consistiu na versão final¹ elaborada por Lamb e colaboradores (2008) e traduzida para o português (versão brasileira) por Williams, Hackbarth, Blefari & Padilha (2012). A tradução foi analisada pelos pesquisadores da versão do Protocolo NICHD de Portugal (Peixoto, Ribeiro e Alberto, 2010) e após adaptações para o contexto brasileiro foi enviada ao primeiro autor do instrumento. Foi solicitada a retrotradução a dois estudantes brasileiros de pós-graduação de Universidade de Cambridge, que opinaram sobre a sua adequabilidade.

O protocolo NICHD é composto por duas partes distintas, a fase preparatória (parte pré-substantiva) e a parte substantiva. Assim, no início da entrevista, a fase pré-substantiva, tem o objetivo de fortalecer o vínculo entre a criança e o entrevistador por meio do estabelecimento do rapport, ensinando à mesma a diferenciação entre dizer a verdade e mentira, além de treiná-la na prática narrativa, de modo que a linguagem

¹ O instrumento pode ser acessado em sua íntegra em <http://nichdprotocol.com/nichdbrazil.pdf>

utilizada pelo entrevistador seja compreensível para o nível de desenvolvimento da criança, capacitando-a para evocar informações referentes à memória episódica por meio do relato livre na fase substantiva do protocolo (Lamb et al. 2008; Lamb, Brown, Hershkowitz, Orbach & Esplin, 2018).

Inicialmente, o(a) entrevistador(a) utilizará a parte introdutória da entrevista, apresentando-se à criança ao dizer o nome e profissão, explicando que a entrevista será gravada para que seja mais fácil se lembrar-se do que ela irá falar sem precisar anotar todas as suas respostas. Além disso, o(a) entrevistador(a) esclarece que seu trabalho envolve “falar com crianças sobre coisas que aconteceram com elas” e que dessa forma, as crianças podem lhe contar a verdade sobre o que aconteceu.

Para se certificar de que a criança entendeu que é “muito importante contar a verdade” e que a mesma sabe diferenciar a verdade da mentira, o(a) entrevistador(a) realiza perguntas, como: “Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos, isso é verdade ou é mentira?” (quando na realidade os sapatos são de outra cor); “E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira” (certo ou errado?), (quando realmente está sentado(a). Nesse momento o(a) entrevistador(a) ressalta ter percebido que a criança compreende o que significa relatar a verdade, frisando que é muito importante que ela diga somente a verdade e que “deve falar somente das coisas que realmente aconteceram com ela” (p. 1).

Em sequência, o(a) entrevistador(a), segue com perguntas adicionais que esclarecem à criança a importância em dizer quando não entender uma determinada pergunta, que diga não saber a resposta quando realmente não souber e que corrija o(a) entrevistador(a) quando esse(a) disser algo que não esteja correto. Como exemplo de treino para que a criança compreenda a importância em falar a verdade ou corrigir o(a)

entrevistador, o(a) mesmo(a) utiliza perguntas, como: “Então se eu perguntar qual o nome do meu cachorro? (Ou o nome do meu filho), o que você vai responder?”, na expectativa que a criança diga que não sabe, já que não o(a) conhece, ou corrigindo a criança quando ela tentar adivinhar; “Então se eu disser que você é uma menina de dois anos (quando está entrevistando um menino de 5 anos, etc.), o que é que você deve dizer?”, na expectativa que a criança corrija o sexo e idade e reforçando o acerto da criança ao corrigir o (a) entrevistador (a). Nesse momento, o (a) entrevistador (a) finaliza essa fase do protocolo com a pergunta: “Então se eu disser que você está de pé, o que você diz?”, dando continuidade à fase pré-substantiva com prosseguimento para a fase de Estabelecimento de Rapport.

Na fase de Estabelecimento de Rapport, o (a) entrevistador (a) diz à criança que agora que já a conhece melhor, gostaria que lhe contasse coisas que gosta de fazer. Se a criança der uma resposta detalhada, o (a) entrevistador (a) solicita que fale mais sobre a atividade mencionada; se a criança não responder ou der uma resposta curta, o (a) entrevistador (a) diz: “Eu queria mesmo te conhecer melhor. Preciso que você me conte coisas que gosta de fazer” (p. 3) e espera por uma resposta, pedindo, então, que conte mais sobre a atividade que a criança mencionou em seu relato. Após um relato detalhado da criança sobre algo que goste de fazer, o (a) entrevistador (a) pode dar seguimento ao Treino da Memória Episódica, no qual solicitará à criança que relate sobre um evento especial (identificado previamente com o familiar responsável, como por exemplo, o primeiro dia na escola, uma festa de aniversário, a celebração de um feriado, etc).

Nessa etapa da fase pré-substantiva o (a) entrevistador (a) utiliza a pergunta: “Há uns (dias/semanas) foi (Férias/festa de aniversário/o primeiro dia na escola/outro evento). Me conta tudo o que aconteceu (no teu aniversário, Páscoa, etc.)” (p. 4) e

espera por uma resposta. Em sequência, algumas alternativas de perguntas são: “Pensa bem sobre (atividade ou evento) e me conta tudo o que aconteceu nesse dia, desde que você se levantou de manhã até (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”; “E então o que é que aconteceu?”; “Me conta tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama naquela noite” (Lamb et al. 2008, p. 5).

Os questionamentos sobre o evento especial devem ser realizados quantas vezes for necessário, solicitando que a criança conte mais ou que narre tudo sobre isso, até que tenha informado uma quantidade substancial de detalhes ao entrevistador, garantindo que o treino narrativo foi efetivo. Contudo, se a criança não fizer uma descrição detalhada do evento especial, o(a) entrevistador(a) seguirá para perguntas relacionadas ao dia de ontem, solicitando à criança que conte tudo que aconteceu ontem, “desde a hora em que acordou até a hora que foi para a cama” (Lamb et al. 2008, p. 5).

Outras alternativas de perguntas são: “Eu não gostaria que você deixasse alguma coisa de fora. Me conta tudo o que aconteceu desde que você acordou até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”; “E daí o que é que aconteceu?”; “Me conta tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama”; “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)” (Lamb et al. 2008, p. 5). Caso a criança ainda não tenha realizado uma descrição detalhada sobre o dia de ontem, o(a) entrevistador(a) repete as questões pedindo que a mesma fale sobre hoje, usando a hora que chegou no local onde se encontraram como evento final e prosseguindo para a fase substantiva do protocolo.

A fase substantiva é constituída em sua maioria por perguntas abertas, tendo como pergunta principal “Me conta tudo sobre isso” utilizada especialmente para os relatos da criança sobre o abuso sexual ou abuso físico. A fim de esclarecer alguns pontos relatados pela criança na entrevista, o protocolo apresenta perguntas diretas (“E depois, o que aconteceu?”, por exemplo) e de múltipla escolha (“Ele colocou a mão por dentro ou por fora da sua roupa?”, por exemplo), a serem utilizadas somente se estritamente necessário e após a utilização das perguntas abertas de forma extensiva. O uso de perguntas sugestivas, utilizadas quando o entrevistador questiona a criança sobre algo não mencionado anteriormente (“Ele ameaçou fazer algo ruim com a sua família se você me contar tudo?”, por exemplo), é evitado no intuito de diminuir a possibilidade de contaminação dos relatos e a entrevista é finalizada com um tópico neutro (“O que você vai fazer depois que sair daqui?”), por exemplo.

O Protocolo NICHD atende as recomendações da Lei 13.431 (Brasil, 2017) em seu artigo 12, que determina a criação de um ambiente de entrevista acolhedor na oitiva (estabelecimento de rapport concernente à fase pré-substantiva); adaptando a entrevista ao nível de desenvolvimento da criança (minimizando a complexidade linguística e evitando interrupções); preparando a criança para a tarefa de fornecer informações a ser realizada (esclarecendo regras de comunicação, treinando-a a relatar eventos específicos que envolvam a memória episódica), e maximizando perguntas do entrevistador que evoquem o relato livre. Desta forma, os entrevistadores são rotineiramente aconselhados a seguir as recomendações do protocolo NICHD, motivando a cooperação das crianças com o estabelecimento do rapport antes de se concentrarem no evento de interesse (Lamb et al. 2018).

Entretanto, ainda há o que se pesquisar sobre os efeitos de diferentes estratégias para a construção do rapport, visto que apenas alguns pesquisadores avaliaram

empiricamente os diferentes estilos do mesmo ou compararam os resultados de entrevistas com e sem tentativas de construção do vínculo em entrevistas investigativas com crianças. Diversos estudos (Brown, Lamb, Lewis, Pipe, Orbach & Wolfman, 2013; Davis & Bottoms, 2002; Hershkowitz, 2009; Teoh & Lamb, 2010) examinaram a forma como entrevistadores investigativos em contextos forenses preparam crianças para as questões substantivas, avaliando se a quantidade de tempo gasto na fase pré-substantiva estava relacionada à informalidade das crianças. Tais autores elucidam a importância das regras de conversação, que abrange o propósito da entrevista e os papéis das crianças como informantes, afirmando que essas técnicas parecem ajudar as crianças mais novas a serem informativas. Alguns estudos realizados (Brubacher, Roberts & Powell, 2011; Roberts, Lamb & Sternberg, 2004; Sternberg & Lamb, 1997), mostraram, ainda, que a construção do rapport utilizando perguntas abertas aumentou a quantidade de informações fornecidas por crianças em resposta a questionamentos sobre o incidente investigado.

De acordo com Roberts et al. (2004), Sternberg et al. (1997), Wood, McClure e Birch (1996) e Wood e Garven, (2000), a fase para construção do rapport pode beneficiar crianças ao comunicarem o objetivo e regras da entrevista, dando às mesmas o controle sobre o processo, ou seja, sinalizando para as crianças que elas, ao invés dos entrevistadores, são os especialistas e ensinando-as que tipo de informação detalhada era esperada delas. Além disso, ao treinar a narrativa com perguntas abertas no estabelecimento do rapport, os autores afirmam que as crianças deram continuidade a tal padrão quando o entrevistador deu início à fase substantiva da entrevista, reduzindo o risco de sugestibilidade. Assim, enfatiza-se a necessidade de os entrevistadores usarem a fase pré-substantiva para educar e capacitar as crianças a prestarem

informações detalhadas antes de dar início à fase substantiva da entrevista (Roberts et al. 2004; Teoh & Lamb, 2010).

Capacitações e estudos de validação com o protocolo NICHD vêm sendo realizados no Brasil, tendo sido tal protocolo traduzido para o contexto brasileiro. Por exemplo, na Universidade Tuiuti do Paraná foi desenvolvido um estudo (Aznar-Blefari & Padilha, 2015), com o objetivo de capacitar no uso do protocolo a duas psicólogas e uma assistente social por meio de quatro módulos de treinamento apoiados na literatura científica. O estudo teve como desenho experimental o delineamento de sujeito-único (A-B-C-D), no qual o comportamento de cada participante foi avaliado por meio de entrevistas investigativas realizadas em cada módulo do programa. Após análise dos dados, foi observado melhora na qualidade das entrevistas, com utilização de mais perguntas abertas e menos questões fechadas.

A autora da presente tese realizou um dos primeiros estudos de validação do Protocolo NICHD à realidade brasileira, em sua dissertação de mestrado financiada pela FAPESP (Hackbarth et al., 2015, 2018). Inicialmente foi realizado um estudo piloto no qual foi oferecido um curso de capacitação sobre o Protocolo a sete psicólogos brasileiros, que cumpriram a exigência de envio de entrevistas gravadas utilizando o Protocolo NICHD às autoras (Hackbarth et al. 2018). Após a capacitação, observou-se maior média em extensão dos relatos das crianças, bem como maior média de detalhes de relevância forense quando utilizadas questões abertas nas entrevistas, seguidas por perguntas diretas, de múltipla escolha e sugestivas, corroborando as descobertas de estudos de Lamb et al. (2007) de que um protocolo estruturado de entrevista forense melhora a qualidade da informação obtida. Desta maneira, foi possível supor que a participação na capacitação do projeto piloto parece ter sido importante para os

participantes desenvolverem habilidades necessárias para a realização de entrevistas de crianças, de modo a evitar a contaminação dos relatos das supostas vítimas de ASI.

No estudo final (Hackbarth et al. 2015), foi avaliada uma capacitação a 15 participantes (psicólogas forenses e assistentes sociais) de dois municípios brasileiros em dois Estados diferentes. A capacitação envolveu um curso teórico presencial de dois dias de duração, seguido de uma parte prática na qual era preciso gravar em áudio e enviar aos pesquisadores pelo menos uma entrevista realizada antes da capacitação e outra após, utilizando o referido protocolo. Após a capacitação, houve um aumento significativo de perguntas abertas realizadas com o protocolo NICHD (13.6% em contraste com 3,7% sem o Protocolo) e aumento significativo na taxa de detalhes obtidos com as perguntas diretas após a capacitação (0,57 % em contraste com 0,53% sem o Protocolo). Além disso, foi observado que duas participantes não utilizaram perguntas sugestivas após a capacitação. Apesar de as participantes terem, no geral, avaliado a capacitação de modo positivo, o estudo teve limitações, como por exemplo, o número reduzido da amostra de participantes e de entrevistas realizadas por essas (antes e após a capacitação), impossibilitando a realização de análises mais robustas. Além disso, não foi possível seguir plenamente as normas de boas práticas para a realização das entrevistas forenses conforme diretrizes da *American Professional Society on the Abuse of Children* (APSAC), organização não governamental com o propósito de auxiliar profissionais e serviços que trabalham com crianças vítimas de maus-tratos e suas famílias (Miller-Perrin & Perrin, 2012), orientada ao uso de perguntas abertas de forma a obter número maior de detalhes de relevância forense, pois, 26 dentre um total de 28 entrevistas realizadas antes e após a capacitação foram mediadas por operadores de direito, que utilizaram perguntas fechadas e sugestivas após as entrevistas com o protocolo, o que é preocupante.

As entrevistas realizadas pelos participantes dos estudos de Hackbarth et al. (2015, 2018) antes da capacitação do protocolo NICHD também descortinaram limitações inerentes à Rede de Proteção brasileira, na qual a criança é revitimizada pela repetição de entrevistas por diferentes serviços e profissionais dos municípios, e dificuldades da criança em recordar o evento abusivo devido o longo tempo transcorrido entre o suposto evento abusivo e a oitiva da criança. Assim, a experiência dos estudos piloto e do estudo central da autora da presente tese com o Protocolo NICHD denota a necessidade de se realizar mais estudos com amostras representativas, de forma a realizar análises de dados mais complexas. Diante de tal consideração, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo empírico que pudesse ter um maior controle de variáveis concernentes à revitimização e contaminação dos relatos da criança, sem a interferência de operadores de direito no uso de perguntas fechadas e sugestivas durante o Depoimento Especial, para evitar a sugestionabilidade no relato das crianças.

Assim, no esforço em sanar as limitações apontadas, encontra-se a relevância social deste projeto, que contribuiu com a realização de mais um estudo empírico com o Protocolo NICHD para embasar a decisão de sua aplicação prática ao contexto brasileiro.

A pesquisa em contexto análogo ao forense

O estudo análogo permite que o testemunho da criança seja realizado por meio de metodologia complementar à forense, examinando as questões e relatos apresentados em estudos de laboratório ou em ambiente natural por meio de uma analogia entre trabalhos que utilizam recursos semelhantes. Dessa forma, as crianças participam de eventos simulados ou assistem a vídeos curtos, por exemplo, antes que a evocação da memória referente ao evento seja testada por meio das perguntas realizadas por entrevistadores, variando de acordo com o foco do estudo (Lamb et al. 2018).

De acordo com os autores, a vantagem dessa abordagem é que os pesquisadores podem examinar sistematicamente variáveis que influenciam a recordação (ou sugestibilidade), avaliando a precisão dos relatos das crianças de forma objetiva por meio das informações prévias a respeito de um evento experienciado por elas. Cabe mencionar, também, que diversos são os desafios encontrados por entrevistadores forenses para a comprovação de suspeita de ASI em entrevistas com crianças resistentes, muito pequenas ou revitimizadas pela repetição indevida de entrevistas realizadas por diferentes profissionais sem capacitação específica (Elmi et al. 2018; Faust et al. 2009), tornando evidente as lacunas entre as pesquisas baseadas em estudos de laboratório rigidamente controladas e entrevistas forenses reais.

Por essa razão, vêm sendo realizadas pesquisas internacionais (Lamb et al. 2018; Salvagni & Wagner, 2006; Saywitz, Goodman, Nicholas & Moan, 1991; Geiselman & Padilla, 1988) sobre a recordação de eventos naturais que se assemelham a possíveis aspectos de maus-tratos (por exemplo, perícias médicas por meio do toque vaginal e anal) e simulação de eventos mais neutros (por exemplo, atividades lúdicas e entrevista investigativa sobre o evento experienciado) em ambiente análogo ao forense, permitindo que a precisão e confiabilidade das declarações das crianças sejam avaliadas por meio de registros objetivos, com base em fatos relacionados ao que asseguradamente foi vivenciado por elas.

Uma revisão sistemática da literatura internacional sobre estudos análogos ao contexto forense

De acordo com uma revisão sistemática de literatura aqui realizada foram identificados estudos internacionais em contexto análogo ao forense que analisaram, basicamente, a eficácia das perguntas abertas e prejuízos da repetição das entrevistas para a precisão nos relatos das crianças em entrevistas investigativas. Para tanto, a

presente autora empregou o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses, Liberati et al. 2009), que apresenta um conjunto mínimo de elementos baseados em evidências a serem observados em estudos de revisão sistemática e meta-análise. Os critérios utilizados para selecionar as publicações dessa revisão foram: (a) Tipo: Artigos; (b) Tema: estudos que avaliaram entrevistas em contexto análogo ao forense; (c) Período: 1979-2018; (d) Idioma: inglês. Bancos de dados selecionados: Scopus, PubMed, e PsycNET (APA).

Inicialmente as palavras-chave pesquisadas nas bases de dados foram: “entrevista” and “forense” and “criança” and “análogo”, não sendo encontrados estudos nacionais em tal busca. Dessa forma, a busca foi realizada exclusivamente com as palavras-chave “interview”, “forensic”, “child” e “analogue”. Os campos de busca utilizados foram o título, *abstract* e palavras-chave. Adicionalmente a tal busca, foram examinadas a lista de referências dos artigos encontrados e selecionados os que se adequavam aos critérios de inclusão.

A seleção dos artigos foi realizada por meio de leitura de títulos e resumos dos mesmos. Os critérios de exclusão utilizados foram: (a) com ocorrência repetida; (b) publicados em idioma diferentes de inglês; e (c) estudos que não avaliaram entrevistas em contexto análogo ao forense. Todos os estudos selecionados foram lidos e categorizados quanto aos seus objetivos, tarefas experimentais realizadas e modalidade de perguntas empregadas nas entrevistas em contexto análogo ao forense.

Foram identificados 16 artigos nas bases de dados, sendo 6 na PubMed, 2 na PsycNet e 8 na Scopus. Após as exclusões dos artigos repetidos (10), permaneceram 6 estudos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Após busca na lista de referências dos artigos encontrados, foram localizados outros 18 artigos adicionais que se adequaram aos critérios de inclusão e exclusão, totalizando 24 estudos.

A Tabela 1 a seguir, apresenta os estudos selecionados de acordo com a revista científica responsável pela publicação, o país em que o estudo foi desenvolvido e o objetivo principal de cada estudo realizado em contexto análogo ao forense.

Tabela 1

Estudos análogos à situação forense.

Referência	Journal	Local	Objetivos	N
Brown, Lamb, Lewis, Pipe, Orbach e Wolfman (2013)	Journal of Experimental Child Psychology	Inglaterra	Examinar a forma como entrevistadores investigativos prepararam crianças para questões substantivas, avaliando se a quantidade de tempo gasto na fase pré-substantiva do protocolo NICHD estava relacionada à informatividade das crianças.	171
Brubacher, Glisic, Roberts & Powell (2011)	Applied Cognitive Psychology	Canadá	Investigar a memória de crianças sobre a ocorrência de eventos repetidos	39
Brubacher, Roberts & Powell (2011)	Psychology, Public Policy, and Law	Canadá	Determinar se a prática na descrição de eventos repetidos auxilia crianças na recuperação de memórias episódicas	240
Brubacher, Roberts & Powell (2012)	Developmental Psychology	Canadá	Examinar se a utilização de um roteiro para a recordação de informações episódicas melhora a qualidade da memória de crianças, aumentando a quantidade e precisão das informações em situações que envolvem um evento repetido	157
Connolly & Lindsay (2001)	Applied Cognitive Psychology	Canadá	Investigar se a experiência da criança para eventos repetidos diminui a suscetibilidade a sugestões sobre detalhes do evento	96
Connolly & Price (2006)	Experimental Child Psychology	Canadá	Investigar se crianças que experimentam um evento repetidas vezes são mais sugestionáveis do que crianças que o experimentaram uma vez	96
Dent & Stephenson (1979)	British Journal of Social and Clinical Psychology	Grã Bretanha	Investigar efeitos sobre a precisão da recordação de memórias por meio de diferentes técnicas de obtenção de evidências	138
Dent (1986)	British Journal of Social and Clinical Psychology	Grã Bretanha	Investigar a eficácia de diferentes técnicas de entrevista para crianças com deficiência mental (QI entre 50-70)	23
Dickinson, Brubacher & Pool (2015)	Law and Human Behavior	EUA	Mapear sistematicamente tendências de desenvolvimento que operam sobre a capacidade das crianças em responder adequadamente às questões sobre regras básicas em entrevistas	501
Dickinson & Pool (2016)	Law and Human Behavior	EUA	Avaliar se as entrevistas conduzidas por diagramas (bonecos anatômicos) aumentam os relatos verdadeiros e falsos em detrimento das	287

			entrevistas convencionais	
Earhart, Danby, Brubacher, Powell & Sharman (2018)	Child Maltreatment	EUA	Avaliar se (a) crianças na condição "o que" seriam mais propensas a fornecer uma resposta informativa do que aquelas na condição "por que", e (b) se crianças mais velhas são, em geral, mais propensas a fornecer respostas informativas do que crianças mais novas	401
Farrar & Boyer-Pennington (1999)	Journal of Experimental Child Psychology	EUA	Investigar: (a) memória das crianças para atividades típicas e atípicas de um episódio de evento específico e (b) diferenças desenvolvimentais na capacidade de estabelecer uma memória episódica para novas atividades	92
Horowitz (2009)	Legal and Criminological Psychology	EUA	Avaliar o uso de questões diretas, perguntas abertas e questões mistas para elucidar relatos de crianças pequenas sobre um evento simulado	50
Hutcheson, Baxter, Telfer & Warden (1995)	Law and Human Behavior	EUA	Avaliar a modalidade de perguntas utilizadas e a eficácia dessas para a veracidade das informações relatadas	47
Powell & Thomson (1996)	Society for Research in Child Development	EUA	Investigar habilidades de crianças em recordar a ocorrência específica de um evento repetido	106
Powell & Thomson (1997)	Applied Cognitive Psychology	EUA	Examinar (a) papéis separados que a memória temporal e memória de conteúdo desempenham na discriminação de ocorrências de um evento repetido, e (b) verificar o impacto da idade e intervalo de retenção em cada um desses componentes	229
Roberts, Lamb & Sternberg (2004)	Applied Cognitive Psychology	EUA	Avaliar a modalidade das perguntas utilizadas e sua eficácia para a veracidade das informações relatadas	144
Powell, Roberts, Ceci & Hembrooke (1999)	Developmental Psychology	EUA	Realizar uma análise abrangente dos efeitos da sugestibilidade para eventos repetidos.	128
Pearse, Powell & Thomson (2003)	Legal and Criminological Psychology	Austrália	Examinar a utilidade de dicas contextuais no aumento da precisão dos relatos narrativos de crianças sobre a ocorrência de um evento repetido	129
Powell & Thomson (2003)	Law and Human Behavior	Austrália	Explorar se a recordação das crianças sobre um evento repetido poderia ser melhorada, encorajando-as a considerar vários detalhes relacionados a uma série de eventos	56
Roberts & Powell (2005)	Applied Cognitive Psychology	Austrália	Examinar os julgamentos de confiança das crianças na exatidão de memórias após a experiência repetida de um evento	65

Roberts & Powell (2006)	Journal of Experimental Child Psychology	Austrália	Testar se as crianças seriam mais sugestionáveis quando as sugestões fossem consistentes com os principais detalhes experienciados do que quando eram inconsistentes e se esse efeito seria mais forte para eventos repetidos	130
Roberts & Powell (2007)	Child Development	Austrália	Verificar como o momento das entrevistas afetou lembranças das crianças sobre eventos únicos e repetidos	125
Odegard, Cooper & Lampinen (2009)	Child Development	EUA	Examinar a influência do conhecimento prévio sobre a recordação livre, memória de reconhecimento e memória de origem para uma série de eventos semelhantes simulados	40

De acordo com a revisão bibliográfica, foi observado que estudos análogos vêm sendo conduzidos e publicados há mais de quatro décadas, sendo realizados com o intuito de conduzir intervenções por meio de entrevistas estruturadas que amenizem as dificuldades das crianças em oferecer narrativas satisfatórias sem apoio de adultos. Por meio do treino da narrativa sobre eventos neutros, foi verificado, no geral, que as crianças são capazes de evocar memórias sobre experiências relacionadas a atividades lúdicas simuladas, fornecendo detalhes de relevância que podem ser fundamentais em estudos sobre a memória episódica e de reconhecimento (Bowen & Howie, 2002; Saywitz et al. 1991; Saywitz, Snyder, & Lamphear, 1996; Warren & McGough, 1996).

Todavia, os resultados mostraram contradições no que diz respeito a influências de experiências repetidas em atividades lúdicas simuladas para o aumento da sugestibilidade nos relatos da criança. Connolly e Lindsay (2001); Connolly e Price, (2006); Farrar e Boyer-Pennington (1999); Pearse, Powell e Thomson, (2003); Powell e Thomson (1996), reiteram que as crianças nessa condição foram mais sugestionadas, recordaram menos detalhes e que apresentaram mais erros em seus relatos do que as crianças que participaram de um único evento, mesmo quando a memória foi avaliada por meio de perguntas fechadas. Em contraste, Brubacher, Glisic, Roberts e Powell (2011); Brubacher et al. (2012); Powell, Roberts, Ceci e Hembrooke (1999); Powell e

Thomson (2003); Roberts e Powell (2005); Roberts e Powell (2006); Roberts e Powell (2007), encontraram que as crianças na condição de evento repetido em atividades lúdicas simuladas foram mais precisas e mais resistentes a sugestões sobre os detalhes do que as crianças na condição de evento único.

Contudo, os estudos realizados para avaliar a eficácia das perguntas abertas são consonantes sobre o aumento na extensão, precisão e detalhes relatados pelas crianças (Brubacher, Roberts & Powell, 2012; Dent & Stephenson, 1979; Dent, 1986; Hutcheson, Baxter, Telfer & Warden, 1995), confirmando que as perguntas diretas reduziram a quantidade de palavras nos relatos e propiciaram mais erros e confabulações em comparação as perguntas abertas (Horowitz, 2009; Powell & Thomson, 1997; Roberts et al. 2004). Adicionalmente, foi observado que os relatos das crianças maiores são mais precisos do que o das crianças mais novas (Brubacher, Roberts & Powell, 2011; Earhart, Danby, Brubacher, Powell & Sharman, 2018; Odegard, Cooper & Lampinen, 2009; Hutcheson et al. 1995; Powel et al. 1999).

Os demais estudos análogos (Dickinson, Brubacher & Pool, 2015; Dickinson & Pool, 2016; Drohan-Jennings, Roberts & Powell, 2010), se debruçaram sobre a utilidade da construção do rapport, do treino de regras e da realização das entrevistas por meio de roteiros estruturados com perguntas abertas, fechadas e sugestivas, evidenciando riscos para o aumento da sugestionabilidade ao se utilizar outros recursos, como os bonecos anatômicos e o roteiro para reintegração do contexto original (MCR), baseado na EC de Fisher e Geiselman (1992).

No estudo realizado por Dickinson & Pool (2016), dois grupos de crianças participaram de atividades educativas sobre higiene e saúde, sendo entrevistadas sobre o evento encenado. Foi realizada uma apresentação explicativa sobre germes e higiene

para ambos os grupos; contudo ao primeiro grupo, as partes do corpo humano foram apresentadas com a utilização de um boneco anatômico e, após seis dias da ocorrência do evento simulado, os experimentadores entrevistaram as crianças com um roteiro de perguntas abertas e fechadas. Foi observado que as crianças submetidas à encenação com o boneco anatômico apresentaram mais erros e confabulações em seus relatos do que as crianças que não foram expostas a essa condição do estudo, sugerindo que tal abordagem pode ser arriscada, e assim, recomendando-se que não seja utilizada como prática padrão em entrevistas investigativas.

Dickinson et al. 2015, realizaram o treino de regras no intuito de capacitar as crianças a dizer que não sabiam a resposta, não entenderam a pergunta e corrigir o entrevistador quando esse errar, observando-se que as respostas das crianças foram mais precisas, com redução da magnitude relacionada à idade e precisão para crianças mais novas em comparação as mais velhas. Finalmente, Drohan-Jennings, et al. (2010) avaliaram dois grupos de crianças entrevistadas, sendo o primeiro com um roteiro para reintegração do contexto original (MCR) baseado na EC e o segundo por meio de um roteiro estruturado composto por perguntas abertas, fechadas e sugestivas. As crianças na segunda condição foram mais precisas, relatando mais detalhes corretos do que as crianças na primeira condição, evidenciando que o uso de um roteiro estruturado pode evitar a sugestionabilidade nas entrevistas investigativas.

O estudo que inspirou o presente trabalho

A fim de obter maior controle sobre a eficácia das diferentes perguntas do protocolo NICHD, Brown et al. (2013) realizaram, primeiramente, um estudo em situação análoga à entrevista forense, ou seja, realizaram entrevistas com o protocolo NICHD em outro contexto, como em escolas, a fim de analisar a eficácia do uso do

instrumento com crianças em situações que não envolviam suspeita de qualquer tipo de violência. Por não se tratar de uma situação de abuso sexual infantil, geralmente ocorrido em ambiente privado e sem testemunhas, foi possível realizar um registro objetivo do evento experienciado pelas crianças em situação análoga, resultando em informações precisas.

Desta forma, 128 crianças inglesas (70 meninos e 58 meninas), entre 5-7 anos de idade, provenientes de sete escolas diferentes, foram entrevistadas pelos autores no período compreendido entre quatro e seis semanas após a ocorrência de um evento alvo programado em grupos de crianças, que consistiu em tirar fotografias individuais das crianças vestidas de pirata e com o fotógrafo, o qual interagiu com outro fotógrafo (os dois pesquisadores) em uma situação de ligeiro conflito na presença das crianças. As entrevistas foram realizadas utilizando-se um roteiro de perguntas que encorajava a criança a fornecer mais detalhes, com o intervalo previsto pelo Protocolo NICHD quando a criança parecia cansada. No intervalo, o entrevistador consultava a monitora responsável (primeira autora do estudo) por garantir que o protocolo de entrevista foi seguido e que os entrevistadores seguiram o mesmo roteiro para esclarecer informações importantes, aumentando a consistência da entrevista (Brown et al. 2013).

No referido estudo, os pesquisadores analisaram se o modo como os entrevistadores preparam as crianças para a entrevista afetou o relato posterior e sobre a sugestibilidade das crianças quando questionadas sobre um evento fictício (falar sobre um passeio ao Corpo de Bombeiros, com a confirmação prévia da escola de que tal passeio jamais ocorreu). Para tal, as crianças foram entrevistadas em três diferentes condições com o Protocolo NICHD, sendo que em todas as condições foram estabelecidas as regras da entrevista, como a importância em dizer a verdade, dizer “eu

não sei”, ou corrigir o entrevistador quando o mesmo disser algo que não está certo, por exemplo.

Na primeira condição, 24 crianças receberam somente o treino narrativo, para o qual foram utilizadas perguntas abertas a respeito de atividades e interesses da criança conforme a fase de Estabelecimento do Rapport concernente ao Protocolo NICHD. Na segunda condição, 77 crianças receberam treino narrativo concomitante à condição de prática para recordar eventos abordando um evento neutro, conforme a fase para o Treino da Memória Episódica do Protocolo NICHD, na qual é escolhido um evento especial que a criança tenha vivenciado para relatar não relacionado ao evento alvo, por meio das perguntas abertas e perguntas de evocação orientada. Na terceira condição, 27 crianças não receberam treino para o relato narrativo, mas sim para a condição de prática em recordar eventos com as perguntas abertas, sendo realizadas perguntas diretas e de múltipla escolha a respeito de um evento neutro (Brown et al., 2013). Assim, após uma dessas três condições as crianças foram entrevistadas a respeito do evento alvo (dia de fotos vestidas de pirata na escola) e sobre o evento fictício (passeio ao Corpo de Bombeiros).

As crianças foram entrevistadas por alunos de pós-graduação em Psicologia que atuaram como pesquisadores e para tal receberam dois dias de capacitação com o Protocolo NICHD. Tais alunos desconheciam os detalhes sobre o evento alvo e não tinham conhecimento sobre o fato de que o evento fictício (visita ao corpo de Bombeiros) jamais ocorrera, de forma análoga ao psicólogo forense que não sabe previamente se a criança sofreu ou não abuso sexual. Os entrevistadores foram supervisionados pelo primeiro autor para seguirem o protocolo e receberam feedback durante a aplicação das entrevistas (Brown et al. 2013).

A entrevista realizada pelos pesquisadores incluiu uma fase preparatória com foco tanto no evento alvo como no evento fictício e uma segunda parte, composta pela construção do *rapport*, com ou sem a prática em recordação de eventos, constituída de perguntas abertas, por evocação orientada, diretas e fechadas que variaram nas diferentes condições do estudo. Em seguida, foram realizadas perguntas sobre o evento alvo e, para averiguar a efetividade das perguntas sugestivas, foram realizadas perguntas sobre o evento fictício. A ordem pela qual as crianças foram entrevistadas sobre o evento alvo ou fictício foi designada aleatoriamente, compreendendo metade das crianças entrevistadas primeiramente sobre o evento alvo e as demais primeiramente sobre o evento fictício (Brown et al. 2013).

Como resultado do estudo de Brown et al. (2013), foi possível constatar que o uso das perguntas abertas foi eficaz, eliciando maior número de detalhes quando comparado com as perguntas diretas. Além disso, o uso do Protocolo NICHD deu destaque às perguntas por evocação orientada, trazendo mais informações sobre fatos previamente relatados pela criança e, quando questionadas com perguntas sugestivas, as crianças curiosamente mantiveram a acurácia das respostas, contrariando estudos que afirmam que as perguntas sugestivas levam a erros nas respostas da criança, como os de Hershkowitz et al. (2007); Lamb et al. (1996, 2007, 2008); Sternberg, Lamb, Orbach, Esplin e Mitchell (2001). Todavia, não foram utilizadas perguntas com alto nível sugestivo, como (“Ela tirou quatro fotos de você, não tirou?”), por exemplo). As perguntas sugestivas utilizadas no estudo estavam relacionadas a informações anteriormente fornecidas por outras crianças nas entrevistas e, em razão de terem como base informações sobre o mesmo evento, tais perguntas foram influenciadas pelas expectativas do entrevistador relacionadas a possíveis respostas das crianças.

Segundo Brown et al. (2013), é possível que as estratégias preparatórias para a entrevista tenham transmitido segurança às crianças, melhorando a qualidade das informações relatadas, mesmo quando foram utilizadas questões focadas e potencialmente sugestivas. Foi possível verificar que no referido estudo, apesar das questões sugestivas sempre eliciarem informações menos acuradas, o que minimizou o efeito dessa modalidade de pergunta foi o treino para a narração, intercalando perguntas sugestivas com outras categorias de pergunta. Além disso, quando questionadas primeiramente sobre um evento verdadeiro, as crianças preparadas para a entrevista, relataram o evento alvo com maior precisão do que aquelas entrevistadas primeiramente sobre um evento que não ocorreu, evidenciando que a maneira como a criança é preparada para a entrevista pode atenuar a influência negativa quando ocorrem perguntas sugestivas.

Uma limitação constatada no estudo de Brown et al. (2013) foi decorrente do fato de que a monitora (primeira autora) conhecia o evento fictício. Assim, ainda que em seu papel a monitora tenha tido o cuidado de não ir além das informações fornecidas pela criança, é possível que o conhecimento da metodologia do estudo tenha exercido efeitos sutis sobre o curso da entrevista após o intervalo. Mais pesquisas com um monitor que não tenha conhecimento das hipóteses do estudo para controlar tais interferências (análogo a situação vivenciada por profissionais no Fórum Judicial) são sugeridas por Brown et al. (2013), propondo ainda a realização das entrevistas por um número maior de entrevistadores de modo a reduzir as chances de que as expectativas do entrevistador atuem de modo contraproducente conforme fortemente recomendado pela literatura (Cronch et al. 2006; Cyr, Dion, Mcduff & Trotier-Sylvaini, 2012; Herman, 2009; Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz, Horowitz & Esplin, 2002; Lamb et al. 2008; La Rooy et al. 2015; Olafson, 2012; Phillips, Oxburgh, Gavin &

Myklebust, 2012), apontando para bons resultados na recuperação da memória e fidedignidade dos relatos da criança com o protocolo NICHD.

Objetivos

Uma vez que as entrevistas em contexto análogo exigem da criança uma conduta verbal e uso da memória semelhantemente ao que seria esperado no contexto forense, o presente estudo empírico foi realizado com o protocolo NICHD, porém em contexto análogo ao forense para embasar a decisão da aplicação prática de tal protocolo ao contexto brasileiro. A busca nas bases de dados eletrônicas Bireme, INDEXPSI, SciELO, PePSIC, PubMed, Web of Science e PsycINFO com as palavras “entrevista”, “criança”, “forense” e “análogo” como descritores, não resultou em estudos análogos ao contexto forense brasileiro publicados sobre o tema, o que salienta o caráter inovador da tese.

A presente proposta consiste em dar prosseguimento aos esforços de validação do Protocolo NICHD à realidade brasileira, replicando parcialmente o estudo de Brown et al. (2013) por meio de entrevistas realizadas com crianças em ambiente escolar, reproduzindo o mesmo evento simulado utilizado no estudo inglês para avaliar a qualidade das entrevistas com o protocolo realizadas por entrevistadores capacitados.

Mais especificamente pretende-se: 1) avaliar a acurácia das informações fornecidas pelas crianças considerando as diferentes modalidades de perguntas (abertas, evocações orientadas, diretas, múltiplas escolhas e sugestivas) presentes no roteiro do protocolo NICHD, comparando-se entrevistas realizadas sobre um evento alvo encenado com um grupo de crianças sujeitas a entrevistas realizadas com o treino prévio da fase pré-substantiva do protocolo NICHD e um grupo de comparação sem o treino da fase pré-substantiva; e 2) verificar a proporção com que crianças nessas duas condições

relataram, quando perguntadas, ter participado de um evento fictício do qual jamais participaram. Hipotetiza-se que tal como no estudo de Brown et al. (2013) o grupo de crianças que passou por entrevistadores com treino prévio da fase pré-substantiva tenha desempenho superior na extensão dos relatos e número de detalhes relevantes sobre o evento alvo, sendo mais resistentes a perguntas sugestivas do entrevistador sobre o evento fictício do que o grupo controle.

MÉTODO

Participantes

Os participantes do estudo compreenderam 108 crianças de quatro escolas públicas do Estado de Mato Grosso com idades entre 6-8 anos, sendo 34 crianças de 6 anos (31,48%); 62 crianças com 7 anos (57,41%); e 12 crianças com 8 anos de idade (11,11%). A idade média das crianças entrevistadas foi 7 (DP=1,41), compreendendo 51 meninos (47,22%) e 57 meninas (52,78%).

Local

A coleta de dados ocorreu em quatro escolas públicas de um município do Estado de Mato Grosso.

Procedimento

A pesquisa realizou uma replicação sistemática do estudo de Brown et al. (2013), reproduzindo aspectos do procedimento de um estudo original, sob condições que divergem das relações originalmente observadas. Tal tipo de replicação envolve tanto mudanças nas condições experimentais, como nas variáveis dependentes e independentes e no emprego de diferentes populações ou espécies de sujeitos (Sidman, 1960).

Primeiramente o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (nº do processo 62673216.1.0000.5504) e teve seu início após a aprovação conforme o Anexo II. Com o intuito de esclarecer aos pais dos participantes a respeito da pesquisa e colher as assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a autora da tese participou de uma reunião de pais em cada uma das quatro escolas selecionadas, explicando sobre a relevância e contribuições do estudo para o trabalho dos profissionais que atuam na rede de proteção, em particular na área forense, no esforço de combater a violência sexual de crianças.

Além disso, foi esclarecido que a intervenção a ser realizada com as crianças, não apresentava conteúdo relacionado ao ASI e sim, atividades lúdicas a serem realizadas em sala de aula, sob a supervisão do(a) professor(a), seguidas de uma entrevista a respeito dessas atividades para avaliar sua capacidade narrativa, bem como a capacidade para resistir a sugestibilidade do entrevistador quando questionadas sobre um evento fictício (Passeio ao Corpo de Bombeiros). Dessa forma, os pais tiveram a oportunidade de receber informações sobre as habilidades requisitadas em âmbito forense pelas crianças vítimas de maus-tratos, que seriam avaliadas em contexto similar, com o intuito de aperfeiçoar a técnica de entrevista de profissionais. Foi solicitado aos pais e aos professores que não questionassem sobre o evento a ser encenado com as crianças, explicando-lhes que o objetivo era não “contaminar” a memória das crianças.

Ademais, foi realizada a leitura do TCLE, salientando a ausência de consequências negativas caso a criança decidisse não participar, conforme apresenta o Anexo III, ressaltando que as próprias crianças decidiriam sobre sua participação na pesquisa, a despeito dos respectivos pais terem assinado o TCLE para tal finalidade,

conforme Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexo IV). Contudo, aos pais que não estavam presentes nas reuniões escolares foi enviado o TCLE pelo filho, solicitando que lessem e assinassem para autorizar a participação da criança no estudo proposto. Assim, conforme número de alunos disponíveis nas escolas selecionadas para o estudo, os TCLEs foram entregues presencialmente nas reuniões ou enviados pelos alunos aos pais que não estavam presentes, sendo 154 (66,95%) desses assinados pelos mesmos.

Após a coleta dos TCLEs assinados, foi agendado um dia da semana em cada uma das escolas para a leitura do TALE com as crianças que obtiveram a autorização dos pais. Das 154 crianças que foram autorizadas a participar da pesquisa, 140 assinaram os TALEs (90,90%), sendo que nove não assinaram por recusa em participar e cinco por motivo de faltas. Assim, os alunos que se recusaram a participar ou que não obtiveram autorização dos pais para a participação, foram informados de que permaneceriam em sala de aula fazendo atividades diversas no dia em que o evento alvo seria encenado.

Como critérios de inclusão para participação na pesquisa, a criança deveria ter entre 6-8 anos de idade, estar matriculada na escola em que ocorreu a pesquisa, dar o seu assentimento bem como o consentimento dos pais. O número final de crianças entrevistadas refletiu imprevistos que inviabilizaram a realização das 140 entrevistas propostas inicialmente, sendo esses relacionados a fatores como: interrupção de duas das crianças durante a entrevista após a etapa introdutória, alegando não querer mais participar; o fato de que oito crianças faltaram à escola no dia das entrevistas, se ausentando novamente em data posterior quando os entrevistadores retornaram à escola; quatro crianças mudaram de escola antes da realização das entrevistas e 18 das entrevistas realizadas apresentaram problemas técnicos na gravação (inaudível) ou erros

do entrevistador na condução da entrevista (como a não realização da parte fictícia, por exemplo), inviabilizando a codificação das mesmas. Assim, o estudo totalizou 108 entrevistas de 108 crianças participantes, sendo 32 crianças da escola A, 27 da escola B, 25 da escola C e 24 da escola D.

Simulação do evento alvo nas escolas

A simulação do evento alvo foi realizada em quatro semanas em salas cedidas pelas escolas e contou com a presença da autora da tese e na presença adicional de um(a) professor(a) responsável da escola (10 mulheres e 2 homens) que supervisionou as atividades no intuito de disciplinar as crianças e organizá-las para a participação no momento em que o evento alvo foi simulado. A atividade foi realizada por três experimentadoras (A, B e C), representando o papel de auxiliar de fotógrafa (experimentadora A), papel de fotógrafa no evento alvo simulado com as crianças (experimentadora B) e da experimentadora C que simulou ser fotógrafa de outro grupo de alunos na mesma escola ao entrar na sala e discutir com a experimentadora B durante a encenação. Todas as experimentadoras eram alunas de graduação em Psicologia, de uma Instituição de Ensino Superior particular no Noroeste do Estado do Mato Grosso. As experimentadoras obtiveram créditos e certificados de participação no estudo como auxiliares de pesquisa.

Inicialmente, a experimentadora A convidou grupos de 10 crianças por vez presentes em sala de aula, para conhecer uma fotógrafa (experimentadora B), comunicando que, conforme combinado no dia em que assinaram TALE, iriam participar de uma atividade de brincadeiras em outra sala. As crianças foram direcionadas para a outra sala disponibilizada pela escola e, após se acomodarem em suas respectivas cadeiras, o evento alvo foi encenado em aproximadamente 15 minutos. Durante a encenação, que foi gravada em vídeo, a fotógrafa (experimentadora B)

convidou as crianças para ver um livro sobre piratas, questionando sobre as roupas que as personagens usavam e comentando sobre as imagens de piratas e monstros do livro.

Logo após, as crianças foram convidadas pela experimentadora B a vestirem individualmente trajes de pirata (botas, camisa, colete, bermuda, tapa-olho, lenço, chapéu, cinto, espada, mão de gancho e luneta) por cima de sua roupa de escola. Posteriormente, a experimentadora B tirou uma fotografia de cada criança vestida de pirata sentada em uma cadeira. A fotógrafa (experimentadora B) estava vestida de vaqueira (*cowgirl*), com camisa xadrez, chapéu, cinto, botas e laço para laçar boi e, nesse momento, uma fotografia individual da criança foi tirada na companhia da mesma, sendo as fotografias deletadas após a simulação do evento alvo.

Depois disso, a experimentadora C entrou na sala e propositalmente teve uma breve discussão com a fotógrafa. A mesma simulou um problema relacionado a um defeito em seu equipamento de fotografia, exigindo em tom alto de voz que a experimentadora B emprestasse a máquina fotográfica que estava utilizando. A experimentadora C ameaçou não realizar seu trabalho, caso a experimentadora B não emprestasse essa máquina fotográfica, levando a experimentadora B a explicar pacientemente que não poderia emprestar aquela máquina no momento, mas que emprestaria uma máquina reserva de qualidade similar. A experimentadora C saiu da sala de aula se queixando da qualidade da máquina emprestada pela experimentadora B, encerrando a discussão ao bater a porta em posse do equipamento reserva. Finalmente, as crianças retiraram as roupas de pirata e cada criança utilizou a câmera fotográfica para tirar uma fotografia da experimentadora B, regressando para a sala de aula com o grupo.

Capacitação de Entrevistadores e Monitoras

A capacitação dos entrevistadores e monitoras se deu em conjunto do modo descrito a seguir. Duas semanas após a realização da simulação do evento alvo nas escolas, 25 estagiários do terceiro ano do curso de Psicologia (18 mulheres e sete homens) e dois alunos (dois homens) do quarto e quinto ano do mesmo curso da mesma Instituição Particular Superior de Ensino participaram da capacitação para a realização das entrevistas investigativas sobre o evento alvo, bem como outras três alunas do quinto ano do mesmo curso (três mulheres), que atuaram como monitoras (oferecendo feedback após as entrevistas realizadas pelos demais). Os entrevistadores e monitoras desconheciam os objetivos do estudo e receberam o mesmo treinamento de três dias intensivos com duração total de 10 horas sobre o Protocolo NICHD, adaptado conforme o conteúdo programático apresentado em Hackbarth et al. (2015; 2018), que seguiu o modelo de treinamento de cinco dias intensivos com base no estudo desenvolvido em Quebec no Canadá, por Cyr e Lamb (2009).

No presente estudo, o treinamento foi distribuído em três tardes concernentes aos dias de Estágio Supervisionado Básico II e III dos alunos do terceiro ano do curso de Psicologia, orientado para a prática das técnicas de entrevista e observação em diversos contextos institucionais, conforme previsto na ementa do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Psicologia da referida instituição. Adicionalmente, participaram do treinamento as monitoras (três alunos do quinto ano do curso de Psicologia), no intuito de identificar dificuldades e erros apresentados pelos entrevistadores, fornecendo feedback posterior a realização das entrevistas com as crianças.

A Tabela 2 a seguir apresenta uma síntese do conteúdo apresentado e discutido no treinamento:

Tabela 2

Conteúdo programático da parte teórica da capacitação

Período	Tema	Atividade
Dia 1	Abuso sexual infantil, depoimento especial de crianças e desenvolvimento infantil (memória, processos cognitivos e capacidades comunicativas em crianças).	Dinâmicas e aula dialogada sobre revisão teórica da literatura. Exibição de trechos do filme: A Caça (Vinterberg, 2012).
Dia 2	O Protocolo NICHD, objetivos e fases Efeitos da sugestibilidade.	Apresentação do conteúdo oral dialogado e discussão.
Dia 3	Aplicação prática do Protocolo NICHD	Apresentação de atendimentos em áudio. Simulação do uso (<i>Role-playing</i> em duplas alternando papel entrevistador/criança).

O conteúdo apresentado baseou-se em informações extraídas de Brown e Lamb (2009); Harris, Goodman, Augusti, Chae e Alley (2009); Klemfuss e Ceci (2009); Lamb et al. (2007; 2008); Williams et al. (2014), entre outras.

Dessa forma, a primeira e segunda tarde de capacitação tiveram duração de quatro horas cada e a terceira tarde a duração de duas horas, com carga horária total de 10 horas, estabelecida como limite pela instituição de ensino devido às atividades práticas posteriores a serem realizadas a campo e encontros para supervisão, com limite total de 40 horas de estágio, carga horária determinada na Matriz Curricular do curso.

Em um quarto momento, os mesmos alunos receberam a capacitação em três grupos separados com duração total de duas horas, treinando a realização da entrevista conforme roteiro apresentando no Anexo VIII, que compreende perguntas sobre o evento alvo (dia das fotos na escola) e fictício (passeio ao corpo de Bombeiros com a classe). Os alunos estavam cientes de não ter ocorrido o evento fictício nas duas diferentes condições (com e sem o treino preparatório). A condição preparatória diz respeito à utilização da fase introdutória do protocolo, que compreende o estabelecimento das regras básicas para a entrevista, incluindo a importância de dizer a verdade, não tentar adivinhar a resposta, dizendo "eu não sei" quando necessário, corrigindo o entrevistador quando ele/ela cometer um erro; o estabelecimento de rapport, composto por perguntas abertas relacionadas a temas neutros e pessoais para o treino da habilidade narrativa da criança e o treino da memória episódica, estabelecido por perguntas abertas a respeito de um evento especial (nesse caso o dia das crianças, que havia ocorrido entre quatro dias e três semanas antes da entrevista). A condição não preparatória se refere somente às perguntas substantivas sobre o evento alvo e evento fictício.

Assim, na primeira condição a fase preparatória foi seguida de perguntas sobre o evento alvo, tais como: *“Ouvi dizer que, há algumas semanas, alguém te chamou na sua classe para tirar umas fotos. Eu não estava lá, mas eu gostaria de saber tudo o que aconteceu. Me conta tudo que você se lembra sobre esse dia. Tente não esquecer nada. Quero que me conte o máximo que se lembrar”*; *“É importante pra mim saber tudo que aconteceu quando você tirou as fotos. Me conta tudo sobre isso”*; *“Ouvi dizer que você usou um traje de pirata. Me conta tudo sobre isso”* e perguntas sobre o evento fictício, como: *“Ouvi dizer que, há algumas semanas, você e sua classe fizeram um passeio ao Corpo de Bombeiros. Eu não estava lá, mas eu gostaria de saber tudo que aconteceu.*

Me conta tudo o que você se lembra sobre esse dia, quando você foi para o Corpo de Bombeiros. Tente não esquecer nada. Quero que me conte o máximo que se lembrar” e “Você fez um passeio vestido de bombeiro com a sua classe?”.

Entrevista com as Crianças

Após cerca de um mês da atividade simulada (tirar fotografia com a fantasia de pirata), as crianças foram entrevistadas por 27 entrevistadores (também alunos do mesmo curso de Psicologia), sob monitoramento das alunas capacitadas para fornecer feedback e supervisionados pela primeira autora desse trabalho. Os entrevistadores realizaram 58 entrevistas ao grupo com a parte pré-substantiva (GPS) que contou com a fase preparatória do protocolo NICHHD, seguindo com o roteiro de perguntas (Anexo VIII) sobre o evento alvo e fictício. Os entrevistadores do grupo controle (GC) realizaram 50 entrevistas sem o uso da fase preparatória do protocolo NICHHD, seguindo apenas o roteiro de perguntas sobre o evento alvo e fictício (Anexo VIII). No entanto, foram utilizadas perguntas abertas e de evocação orientadas adicionais ao GC conforme necessidade em explorar mais detalhes sobre o evento alvo e fictício, seguindo a recomendação recebida no treinamento oferecido para o uso do protocolo NICHHD.

Os entrevistadores realizaram um número de 3-5 entrevistas na condição experimental do GPS e de 2-7 entrevistas na condição do GC. Adicionalmente, dois entrevistadores realizaram entrevistas em ambas condições experimentais (sendo uma de cada). Nesse sentido, o grupo na condição GPS apresentou uma média de equivalente a 14.5 entrevistas por entrevistador ($SD = 14.66$) e o grupo na condição GC uma média de 12.5 entrevistas ($SD = 18,52$).

As entrevistas foram realizadas individualmente em vários dias seguidos no intervalo de quatro a seis semanas após a simulação do evento alvo, em salas distintas fornecidas pelas escolas, conforme programado, sendo iniciadas com o GPS e

prossequindo com as entrevistas ao GC, conforme disponibilidade de dias e horários dos entrevistadores nos dias estipulados para a coleta. A primeira escola teve 19 entrevistas realizadas após quatro semanas de intervalo; na segunda escola 14 entrevistas foram realizadas após quatro semanas; oito delas após cinco semanas; e 12 entrevistas após seis semanas de intervalo; a terceira escola teve 15 entrevistas realizadas após quatro semanas; quatro entrevistas realizadas após cinco semanas de intervalo; e na quarta escola 15 entrevistas foram realizadas após quatro semanas; 20 entrevistas após cinco semanas; e uma após seis semanas de intervalo, todas com o monitoramento de três alunos de graduação em Psicologia.

Desempenho das Monitoras

As monitoras foram orientadas a observar a primeira entrevista realizada pelos entrevistadores, sendo cada uma responsável por 36 entrevistas do total de entrevistas realizadas. Ao término da observação as monitoras deveriam apontar em que momento o(a) entrevistador(a) deveria utilizar mais perguntas abertas e perguntas de evocação orientada, minimizando o uso de perguntas diretas e de múltipla escolha, evitando o uso de perguntas sugestivas, nas próximas entrevistas. Além do mais, as monitoras deveriam solicitar aos entrevistadores que pedissem às crianças para que dessem respostas verbais nos casos em que gesticulavam a resposta com a cabeça, apontavam para algum objeto ou parte do corpo, entre outras observações, sinalizando em que momento não seguiram fielmente o roteiro de perguntas e instruções pertinentes à fase pré-substantiva e ao roteiro de perguntas sobre o evento alvo e fictício para que o conduzissem de forma fidedigna.

Análise de Dados

Após um mês da realização de todas as entrevistas, foi dado início ao treinamento de codificação das entrevistas para outros 19 alunos de Psicologia da mesma instituição de ensino e um egresso que codificaram as entrevistas realizadas de acordo com o Manual de Codificação *Quality of Interview Content Analysis of Investigative Interviews Codebook* desenvolvido por Orbach e Lamb (não publicado), extensivamente utilizado nas pesquisas com o protocolo NICHD (por exemplo, Brown et al. 2013; Cyr & Lamb, 2009; Hackbarth et al. 2015, 2018; Katz & Hershkowitz, 2012; Lamb et al. 1996; Lamb, Hershkowitz & Lyon, 2013; Malloy et al. 2011; Orbach, Hershkowitz, Lamb, Sternberg, Esplin & Horowitz, 2000).

Os alunos selecionados para a análise dos dados realizaram somente a codificação das entrevistas, não tendo realizado outras atividades, como entrevistas ou participação na simulação do evento alvo (experimentadores). No treinamento, os alunos foram orientados a categorizar o tipo de perguntas utilizadas pelo entrevistador, classificando-as como perguntas abertas (Me conta mais sobre isso); perguntas de evocação orientada (“Você me disse que estava usando uma fantasia de pirata, fale mais sobre essa fantasia”); perguntas diretas (“De que cor era a espada de pirata?”); perguntas de múltipla escolha (“Você tirou uma ou duas fotos sentado na cadeira?”) ou perguntas sugestivas (“Você estava com a roupa da escola por baixo da fantasia?”), e identificando se as perguntas eram centrais ou periféricas. Em relação ao conteúdo relatado pelas crianças no evento alvo e fictício, os codificadores foram treinados para codificar a frequência de palavras utilizadas pelas crianças em seus relatos e a frequência de detalhes relevantes gerados a partir das questões apresentadas nas entrevistas. Ao final do treino de codificação foi realizado um exercício prático a partir de uma das gravações de entrevista realizada na escola por um dos entrevistadores, com

o auxílio da autora para esclarecer características de cada categoria de perguntas utilizadas pelo entrevistador na fase substantiva da entrevista.

Para avaliar a aplicação das entrevistas realizadas, as informações quantitativas e qualitativas concernentes ao tipo de perguntas utilizadas pelos entrevistadores, a extensão dos relatos da criança (medido pelo número de palavras relatadas pela criança na parte substantiva da entrevista) relacionadas aos eventos alvo e fictício e o número de detalhes relevantes gerados a partir das questões apresentadas foram tabulados de acordo com a codificação apresentada nas instruções contidas no referido Manual. Esse categoriza as perguntas como sendo abertas (“Me conta tudo sobre isso”); por evocação orientada (“Você me disse que assistiu televisão, me conta mais sobre isso”); diretas (“Quantos anos ele tem?”); de múltipla escolha (“Ele passou a mão por cima ou por baixo da sua roupa?”); e sugestivas (“Ele tomou banho com você, não tomou?”).

Assim, foram contabilizadas a frequência de perguntas utilizadas nas entrevistas de acordo com a condição, a frequência de palavras utilizadas pelas crianças em seus relatos e a frequência de detalhes relevantes gerados a partir das questões apresentadas nas entrevistas. Os detalhes de relevância forense foram computados a partir da análise minuciosa das informações obtidas nos relatos das crianças. Um detalhe foi considerado relevante quando ofereceu qualquer informação relacionada ao evento alvo que tivesse sido comunicado pelo entrevistado durante a entrevista. Nesse sentido, o detalhe era respaldado pela identificação ou caracterização de uma pessoa, objeto, local, ação, emoção, pensamento e sensação relacionados ao evento alvo (Orbach & Lamb, não publicado).

Posteriormente, tais resultados foram avaliados com base no teste estatístico não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, a fim de analisar a proporção de informação precisa relatada pela criança, de acordo com o tipo de pergunta utilizada e com a condição de

preparação da entrevista. Complementarmente, pelo teste *U de Mann-Whitney* para comparação de duas proporções foi analisado se a condição preparatória com o treino de regras básicas e estabelecimento do rapport na entrevista afetou o relato posterior da criança sobre os eventos, bem como se a mesma relatou a ocorrência de eventos fictícios quando usadas às questões sugestivas nesta condição e na condição não preparatória. A acurácia das respostas das crianças às perguntas sugestivas dos entrevistadores foi medida de acordo com a porcentagem de cada modalidade de pergunta sobre o evento alvo e o fictício (separadamente) versus respostas corretas e incorretas da criança. Finalmente, três dos codificadores capacitados pela autora codificaram 20% das transcrições a fim de avaliar a confiabilidade da codificação realizada pelos demais referente às informações quantitativas e qualitativas relacionadas aos eventos alvo e fictício. A fidedignidade da codificação a partir das questões apresentadas variou de 72% a 100%, apresentando média equivalente a 89,6%.

Resultados

Os resultados do teste Kruskal-Wallis indicaram que não houve diferenças significativas em relação à idade e gênero ($\chi^2 = 1,6653$, $p=0,1969$); e duração das entrevistas ($\chi^2 = 3,5558$, $p=0,05934$) tanto para o GPS quanto para o GC. Assim, os grupos eram equivalentes em termos de tais variáveis.

Desempenho dos Entrevistadores

Evento Alvo

A Tabela 3 a seguir descreve o desempenho das dos entrevistadores do GPS e no GC para o evento alvo (tirar fotografias vestidos de pirata) com os resultados do teste de

Kruskal-Wallis para os dois grupos em relação às diversas modalidades de perguntas e extensão de detalhes fornecidos pelas crianças.

Tabela 3:

Desempenho dos entrevistadores do GPS e GC ao evento alvo

Variável	Kruskal-Wallis	Valor <i>p</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>
			GPS	GPS	GC	GC
Perguntas Sugestivas	0,056	0,8122	0,12	(0,378)	0,12	(0,328)
Perguntas Abertas	8,524	0,0035*	5,64	(2,706)	7,34	(3,224)
Perguntas Diretas	0,486	0,4859	2,09	(2,163)	1,76	(1,836)
Evocações Orientadas	10,106	0,0015*	3,03	(2,582)	5,40	(4,091)
Múltipla Escolha	1,306	0,2532	0,83	(1,157)	1,10	(1,359)
Perguntas Centrais	8,339	0,0039*	11,53	(5,648)	15,36	(7,450)
Perguntas Periféricas	0,823	0,3643	0,10	(0,447)	0,16	(0,468)
Total de Perguntas	8,313	0,0039*	11,64	(5,562)	15,52	(7,560)
Detalhes Centrais	2,108	0,1465	16,50	(12,863)	21,46	(16,386)
Detalhes Periféricos	1,501	0,2206	4,60	(7,054)	2,58	(3,807)
Total de Detalhes	0,325	0,5686	20,93	(15,266)	24,02	(18,522)

*Efeito significativo ($p < 0.05$)

Contrariando a hipótese inicial, os resultados apontaram que as perguntas abertas, recomendadas por favorecerem o aumento na extensão narrativa, precisão e detalhes relatados pelas crianças foram significativamente menos frequentes para o GPS ($\chi^2 = 8.5242$; $p = 0.0035$). Na mesma linha, as evocações orientadas, recomendadas por trazerem mais informações sobre fatos previamente relatados pela criança foram menos frequentes no GPS em comparação ao GC ($\chi^2 = 10.106$; $p = 0.0015$), bem como as perguntas centrais (enunciados do entrevistador solicitando informações sobre conteúdo relacionado ao evento alvo) foram significativamente menos frequentes no GPS ($\chi^2 = 8.3134$; $p = 0.0039$). Dessa forma, contrário ao esperado, houve uma frequência total de

perguntas dos entrevistadores às crianças do GC significativamente maior em comparação ao GPS ($\chi^2 = 8,313, p = 0,0039$).

Como resultado dos testes de *Kruskal-Wallis* para o evento alvo, a frequência de perguntas abertas dos entrevistadores foi 23.4% menor para o GPS em relação ao GC; o número de evocações orientadas foi 43.9% menor para o GPS em relação ao GC; número de perguntas centrais foi 24.9% menor para o GPS em relação ao GC; e por fim, o total de perguntas foi 25% menor para o GPS em relação ao GC.

Evento Fictício

A Tabela 4 descreve o desempenho dos entrevistadores do GPS e GC para o evento fictício (passeio ao Corpo de Bombeiros que jamais ocorreu) com os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* para os dois grupos em relação às diversas modalidades de perguntas e extensão de detalhes fornecidos pelas crianças.

Tabela 4:

Desempenho dos entrevistadores do GPS e GC ao evento fictício

Variável	<i>Kruskal-Wallis</i>	<i>Valor p</i>	Médias GPS	Desvios padrões	Médias GC	Desvios padrões
Perguntas Sugestivas	0,209	0,6477	1,17	(0,381)	1,26	(0,600)
Perguntas Abertas	1,068	0,3013	0,69	(1,079)	0,86	(1,107)
Perguntas Diretas	1,843	0,1746	0,05	(0,292)	0,14	(0,495)
Evocações Orientadas	4,774	0,0289*	0,00	(0,000)	0,08	(0,274)
Múltipla Escolha	3,272	0,0705	0,57	(0,797)	0,84	(0,889)
Total de Perguntas	4,227	0,0398*	2,48	(1,760)	3,18	(2,154)
Perguntas Centrais	3,898	0,0483*	2,48	(1,760)	3,12	(2,106)
Perguntas Periféricas	3,546	0,0597	0,00	(0,000)	0,10	(0,416)
Detalhes Centrais	0,0021	0,9637	1,76	(1,790)	3,10	(8,690)
Detalhes Periféricos	0,671	0,4126	1,98	(3,823)	1,84	(3,019)
Total de Detalhes	0,288	0,5919	3,74	(4,270)	4,94	(9,842)

*Efeito significativo ($p < 0.05$)

Contrariando a hipótese inicial, os resultados apontaram que as Perguntas de Evocação Orientada (4,7738, $p = 0,0289$) foram significativamente menos frequentes no GPS, assim como as Perguntas Centrais foram significativamente menos frequentes para o GPS ($\chi^2 = 3,898$, $p = 0,0483$) e o Total de Perguntas (perguntas em todas as modalidades realizadas pelo entrevistador) ($\chi^2 = 4,2265$, $p = 0,0398$) significativamente menos frequentes para o GPS.

Como resultado dos testes de *Kruskal-Wallis* para o evento fictício, a frequência de perguntas centrais dos entrevistadores foi 20.5% menor para o GPS em relação ao GC e por fim o número total de perguntas 22% menor para o GPS em relação ao GC. O número de Evocações Orientadas, apesar do resultado apresentado, não pode ser interpretado devido à grande quantidade de contagens igual a zero, dado que essa modalidade de pergunta não era prevista pelo roteiro de entrevista (Anexo VIII), a não ser nos casos em que a criança confirmou ter feito o passeio ao Corpo de Bombeiros e o entrevistador tenha optado pelo uso dessa modalidade de questionamento.

Desempenho das crianças

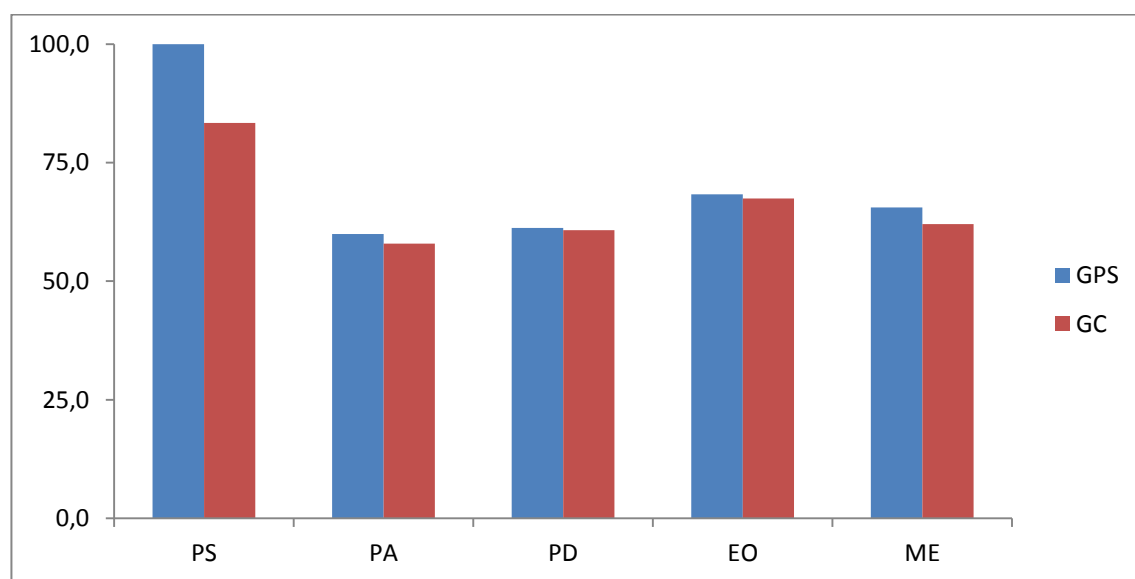
Evento Alvo

Para a análise da acurácia (respostas corretas com relação às variáveis perguntas sugestivas (PS), perguntas abertas (PA), perguntas diretas (PD), evocações orientadas (EO) e múltipla escolha (ME) conjuntamente), foi realizada a soma do total de perguntas e das respostas corretas das variáveis presentes no roteiro de entrevista para o evento alvo (ver Anexo VIII), nos grupos GPS e GC. Nesse sentido, houve uma diminuição na frequência de perguntas para o GPS e, conseqüentemente, frequência menor de respostas corretas para esse grupo em comparação ao GC (médias iguais a 5,83 e 8,58), ou seja, as crianças de ambos os grupos (GPS e GC) tiveram a mesma

proporção de respostas corretas para o evento alvo, conforme a figura 1 a seguir que apresenta a porcentagem para modalidade de pergunta x respostas corretas:

Figura 1

Respostas corretas das crianças do GPS e GC em porcentagem para cada modalidade de pergunta sobre o evento alvo



PS = Perguntas Sugestivas

PD = Perguntas Diretas

ME = Múltipla Escolha

PA = Perguntas Abertas

EO = Evocações Orientadas

Vale ressaltar que conforme análise descritiva realizada para examinar o percentual de respostas incorretas das crianças no evento alvo às perguntas sugestivas, foi encontrado que do total de 1466 questões em todas as modalidades de perguntas (sugestivas, abertas, evocação orientada, diretas e múltipla escolha), 14 (0,95%) questões eram perguntas sugestivas sobre o evento alvo, apresentando somente uma resposta errada (7,15%) dada por um participante de sete anos de idade do sexo masculino (GC).

É importante salientar que das 108 crianças, 41 (38%) descreveram com propriedade o evento alvo (média igual a 74,5), não apresentando qualquer resposta

incorreta a todas as modalidades de perguntas (21 crianças do GPS e 20 do GC). Além disso, 38 (35%) crianças (23 crianças do GPS e 15 do GC) apresentaram 1-2 respostas erradas às diferentes modalidades de pergunta (média igual a 73), evidenciando baixa frequência de respostas incorretas sobre o evento alvo. A comparação entre as proporções foi feita pelo teste *U de Mann-Whitney* para comparação de duas proporções (ou teste normal), sendo apresentadas 1-2 respostas erradas por 40% das crianças no GPS e de 30% das crianças no GC, indicando ausência de diferença significativa ($z = 1,048, p = 0,2948$).

Entretanto, 29 (27%) crianças apresentaram alta taxa de erros, considerando como critério entre 3-9 respostas incorretas (2 crianças do GPS e 27 crianças do GC). Em análise com o teste *U de Mann-Whitney*, foi verificado que a proporção de crianças com alta taxa de erros foi de 3,4% no GPS e de 54% no GC, sendo o teste para comparação de proporções altamente significativo ($z = 5,910, p = 3,4 \times 10^{-9}$), o que indica que a proporção de crianças com alta taxa de erros foi expressivamente maior no GC do que no GPS.

Evento Fictício

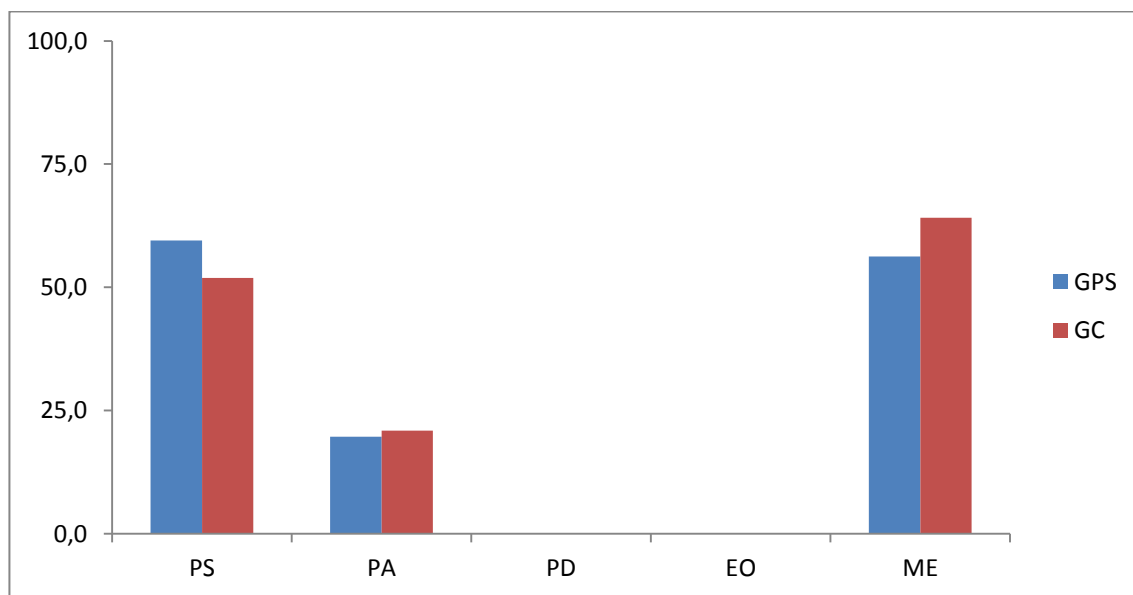
Conforme análise descritiva realizada para verificar a taxa de respostas incorretas nas respostas das crianças às perguntas sugestivas para o evento fictício, foi observado que para o total de 303 perguntas em todas as modalidades mencionadas, 131 dessas (43,23%) foram perguntas sugestivas, apresentando 51 respostas erradas da parte das crianças (38,93%). O percentual de respostas incorretas para cada uma das faixas etárias dos participantes foi calculado pelo procedimento de *Bonferroni* para controlar o nível de significância em 5%, permitindo constatar que a idade das crianças não foi um diferencial para o percentual de respostas incorretas às perguntas sugestivas ($p =$

0,4444). Desse total, 48 perguntas foram realizadas às crianças de seis anos de idade, que apresentaram 20 respostas incorretas (41,66%); 58 perguntas às crianças de sete anos de idade, que apresentaram 22 respostas incorretas (37,93%); e 25 perguntas às crianças de oito anos de idade, que apresentaram nove respostas incorretas (36%).

No total, das 108 crianças entrevistadas, 48 crianças (44,44%) afirmaram erroneamente ter participado do passeio ao Corpo de Bombeiros com a classe, sendo 19 crianças do GPS (32,76%) e 29 crianças do GC (58,0%). O teste de comparação de duas proporções foi realizado pelo teste *U de Mann-Whitney* e apresentou resultado significativo, indicando que a proporção de crianças que afirmaram erroneamente ter participado do passeio ao Corpo de Bombeiros foi maior no grupo GC do que no GPS ($z = 2,632$, $p = 0,0085$), conforme a Figura 3 a seguir para modalidade de pergunta x respostas incorretas:

Figura 2

Porcentagem de respostas incorretas de crianças do GPS e GC as perguntas sugestivas, abertas e de múltipla escolha do entrevistador



PS = Perguntas Sugestivas

PA = Perguntas Abertas

ME = Múltipla Escolha

Dados qualitativos ilustrativos do desempenho e dificuldades das crianças

No que se refere às respostas incorretas dos participantes nas duas condições experimentais correspondentes as diferentes faixas etárias, uma das crianças (Participante [P] 15, GPS) de seis anos de idade, sexo masculino, apresentou respostas corretas sobre o evento alvo, porém, quando questionado sobre o evento fictício demonstrou confusão relatando sobre outro momento em que visitou o Corpo de Bombeiros com a família. Nessa ocasião, o entrevistador deveria ter utilizado a orientação prevista pelo roteiro de entrevista, enfatizando que perguntou sobre um momento diferente, quando as crianças foram com a classe ao Corpo de Bombeiros. Entretanto, o entrevistador encerrou a entrevista sem fazer uso de qualquer modalidade de pergunta, ou seja, não dando oportunidade para a criança corrigir o seu relato.

P46, sete anos de idade, sexo masculino, (GPS), apresentou respostas corretas às perguntas sobre o evento alvo, corrigindo o entrevistador ao realizar a pergunta sugestiva “me conta sobre sua fantasia de marinheiro” com a resposta “não, eu me vesti de pirata”. Ao ser questionado sobre o evento fictício, a criança confirmou ter realizado o passeio após a pergunta sugestiva prevista no roteiro (“Ouvi dizer que, há algumas semanas, você e sua classe fizeram um passeio ao Corpo de Bombeiros. Eu não estava lá, mas eu gostaria de saber tudo que aconteceu. Me conta tudo o que você se lembra sobre esse dia, quando você foi para o Corpo de Bombeiros. Tente não esquecer nada. Quero que me conte o máximo que se lembrar”). Apesar da afirmativa inicial, a criança afirmou não se lembrar desse dia após a realização da segunda pergunta (“É importante pra mim, saber tudo que aconteceu quando você foi ao Corpo de Bombeiros com a sua classe. Me conta tudo que você se lembrar sobre isso”) e complementou dizendo: “Não lembro, porque não posso mentir, né?”.

P50, oito anos, sexo masculino, (GPS), apresentou respostas corretas e detalhadas a todas as perguntas sobre o evento alvo, contudo quando questionado sobre o evento fictício relatou sobre um dia que presenciou os “bombeiros jogando água na rua com uma mangueira” e mesmo depois das demais perguntas previstas no roteiro (“É importante pra mim, saber tudo que aconteceu quando você foi ao Corpo de Bombeiros com a sua classe. Me conta tudo que você se lembrar sobre isso”; e “Você fez um passeio com a sua classe vestido de bombeiro?”), respondeu incorretamente relatando sobre brincadeiras de bombeiro com os colegas, demonstrando não ter compreendido que a pergunta envolvia um passeio com a classe.

P61, seis anos, sexo feminino, (GC), apresentou respostas incorretas a todas as perguntas realizadas pela entrevistadora, confundindo o traje de pirata com o traje do marinheiro e dizendo não lembrar desse dia. Contudo, apesar de sua inaptidão para se lembrar do dia das fotos a participante negou ter feito o passeio ao Corpo de Bombeiros quando utilizada a pergunta sugestiva sobre o evento fictício, demonstrando assertividade e boa memória ao ser questionada sobre algo que não havia experienciado.

P59, sete anos, sexo feminino, (GC) apresentou resistência para o relato detalhado sobre a participação no evento alvo, sendo breve em suas respostas mesmo quando a entrevistadora utilizou extensivamente as perguntas abertas e de evocação orientada, apesar de apresentar respostas corretas a todas as perguntas nessa fase da entrevista. Quando questionada sobre o evento fictício, a criança demonstrou cansaço e perguntou se já poderia sair para o recreio. A entrevistadora explicou que poderia ir para o recreio após o término da entrevista e nesse momento a criança aparentou tentar adivinhar a resposta correta ao dizer: “o dia da criança não é?”. Apesar da explicação correta da entrevistadora que esclareceu não ser sobre esse dia que estavam falando,

mas sobre o dia do passeio ao Corpo de Bombeiros com a classe, a criança confirmou ter participado do evento fictício.

P60, oito anos, sexo masculino, (GC), apresentou respostas corretas e detalhadas a todas as perguntas realizadas no evento alvo, contudo, ao ser questionado sobre o evento fictício, demonstrou confundir a pergunta da entrevistadora, relatando uma atividade diferente com a família ao dizer: “passeio de caminhão no sítio?”. Ao ser orientado pela pergunta do roteiro que esclarece que o interesse é saber sobre o passeio ao Corpo de Bombeiros com a classe, a criança prontamente corrigiu sua resposta, negando ter participado.

Discussão

O primeiro objetivo da presente tese foi avaliar a acurácia das informações fornecidas pelas crianças em função de diferentes modalidades de perguntas (abertas, evocações orientadas, diretas, múltiplas escolhas e sugestivas) presentes no roteiro do protocolo NICHD, comparando-se entrevistas realizadas sobre um evento alvo encenado com um grupo de crianças sujeitas ao treino prévio da fase pré-substantiva do protocolo NICHD (GPS) e um grupo de comparação sem o treino da fase pré-substantiva (GC).

Os resultados apresentados contradizem a hipótese inicial do presente estudo e resultados de Brown et al., 2013 referente à maior precisão das informações nas respostas das crianças do GPS (com treino da parte pré-substantiva do Protocolo), a fim de prepará-las para o relato narrativo extenso e detalhado. Os resultados relativos ao desempenho dos entrevistadores revelaram um número significativamente menor de perguntas abertas, evocações orientadas, perguntas centrais e total de perguntas do GPS em relação ao GC para os eventos alvo e fictício. Uma hipótese plausível para explicar

esses resultados na contramão do esperado muito possivelmente referem-se ao fato de que a maioria dos entrevistadores do GPS encerrou a fase pré-substantiva do protocolo antes do tempo quando ainda havia detalhes centrais a serem explorados que auxiliariam as crianças a realizarem uma narrativa mais extensa sobre evento alvo. Em síntese, o procedimento utilizado pelos entrevistadores do GPS parece não ter tido a fidelidade recomendada pelo Protocolo NICHD em termos de boas práticas para um instrumento investigativo.

Dificuldades e desafios relacionados ao treino dos entrevistadores para seguir recomendações de boas práticas em entrevistas investigativas têm sido apontados também por inúmeros pesquisadores internacionais do mesmo protocolo (Cederborg, Orbach, Sternberg, & Lamb, 2000; Craig, Scheibe, Kircher, Raskin & Dodd, 1999; Johnson, Magnussen, Thoresen, Lonnum, Burrell, & Melinder, 2015; Korkman, Santtila, Westeraker & Sandnabba, 2008; Lamb & Brown, 2006; Lamb et al. 2018; Luther, Snook, Barron, & Lamb, 2015; Powell & Hughes-Scholes, 2009; Yi et al. 2015), afirmando que a orientação para o uso das perguntas abertas de forma extensiva raramente é seguida, mesmo após treinamento oferecido a entrevistadores experientes capacitados sobre a eficácia dessa modalidade de pergunta em detrimento das perguntas fechadas.

Dessa forma, é plausível afirmar que a inexperiência dos entrevistadores (alunos de graduação em Psicologia no presente estudo, em contraste com alunos de pós-graduação utilizados no estudo de Brown et al., 2013) e o curto tempo de treinamento dos mesmos justifiquem os resultados apresentados, dificultando que as crianças do GPS fizessem relatos mais extensos e detalhados. Cabe enfatizar, também, que entrevistar crianças é uma tarefa difícil, que exige sensibilidade do entrevistador à etapa do desenvolvimento da criança, compreendendo a técnica para recuperação e relato de

informações efetivas sem as expectativas habituais dos adultos sobre como se comunicar com as crianças (Lamb et al. 2018).

Entretanto, a evidência que emerge desse trabalho é que o encerramento antecipado da fase pré-substantiva do protocolo pelos entrevistadores influenciou a produção e responsividade das crianças quando questionadas sobre o evento alvo, reduzindo as chances para que fizessem relatos extensos e mais detalhados após serem submetidas ao treino preparatório, tal qual previsto em estudos que avaliam a efetividade da fase de treino e construção do rapport (Ahern, Hershkowitz, Lamb, Blasbalg & Winstanley, 2014; Price Ahern, & Lamb, 2016).

Por outro lado, relatos sobre experiências traumáticas que se distinguem de eventos neutros vivenciados pelas crianças, tendem a ser mais precisos, evidenciando que memórias de experiências negativas permanecem acessíveis por mais tempo que memórias de eventos cotidianos (Goodman, Quas, Batterman-Faunce, Riddlesberger & Kuhn, 1994). Nesse sentido, há que se considerar que o evento alvo era uma atividade neutra o que pode ter dificultado o desempenho das crianças. Estudos empíricos apontam que quando as crianças recordam eventos neutros ou positivos após atrasos prolongados, o esquecimento é muitas vezes frequente (Flin, Boon, Knox & Bull, 1992; Goodman, Batterman-Faunce, Schaaf & Kenney, 2002; Hudson & Fivush, 1991; Jones & Pipe, 2002; Ornstein, Baker-Ward, Gordon & Merritt, 1997; Salmon & Pipe, 2000), enquanto memórias de experiências dolorosas e estressantes podem mudar pouco ao longo de vários anos (Burgwyn-Bailes, Baker-Ward Gordon & Ornstein, 2001; Merritt, Ornstein & Spicker, 1994; Peterson, 1999, 2011; Peterson & Whalen, 2001).

Pesquisas recentes evidenciam ainda que a forte emoção afeta os processos de cognição e comportamento da vítima, ressaltando que a emoção, realmente, auxilia o

processo de recordação, sem entretanto, imunizar esse tipo de lembrança de todos processos de distorções a que a memória está sujeita (Brainerd, Stein, Silveira, Rohenkohl & Reyna, 2008; Kesinger & Shacter, 2006; Pergher, Grassi-Oliveira; Ávila & Stein, 2006). Por outro lado, alguns pesquisadores argumentam que, a memória emocional é suscetível a distorções, tanto as memórias de conotação emocional extremamente negativas como as lembranças de um crime de abuso sexual, até de fatos positivos, envolvendo alusão de felicidade, podem acabar sucumbindo a esses processos de esquecimento e distorções (Kesinger & Shacter, 2006), uma vez que ao serem evocadas, as lembranças estão sujeitas a processos de interpretação, de integração ou de supressão de dados, fato que torna cada experiência lembrada, única.

Ainda assim, no presente estudo construir o rapport no intuito de estabelecer as regras e a prática narrativa antes da discussão dos eventos sob investigação não garantiu que, os entrevistadores fizessem perguntas que maximizassem a prática narrativa, ressaltando a importância do treino para que os entrevistadores ofereçam mais suporte as crianças resistentes, conforme sugere literatura recente (Ahern, Hershkowitz, Lamb, Blasbalg, & Karni-Visel, 2018) sobre os efeitos positivos dessa prática constante para monitorar a motivação e assegurar a responsividade de crianças relutantes durante a entrevista. Tais autores afirmam que ainda há muito a aprender sobre como construir o vínculo por meio do estabelecimento de regras e prática narrativa com crianças considerando suas características pessoais e investigando qual a melhor maneira para restabelecê-lo quando há dificuldades na interação entre o entrevistador e a criança.

Características relacionadas à resistência da criança podem ser identificadas logo ao iniciar a entrevista, quando se mostram menos cooperativas e informativas na fase pré-substantiva. Diversos pesquisadores (Hershkowitz, Orbach, Lamb, Pipe, Sternberg & Horowitz, 2006; Katz, Hershkowitz, Malloy, Lamb, Atabaki & Spindler, 2012;

Orbach & Lamb, 2007) afirmam que, nesses casos, os entrevistadores devem oferecer mais suporte para que a dinâmica entre o entrevistador e a criança não seja negativa, o que possivelmente representou um desafio para os entrevistadores iniciantes do presente estudo que, no geral, não responderam de forma favorável à relutância, obtendo relatos esparsos.

Embora tenham sido identificadas falhas no treino preparatório com as crianças do GPS, foi constatado que a replicação dos resultados de Brown et al. (2013) foi possível no que tange ao treino da assertividade pelo estabelecimento das regras básicas previstas na fase pré-substantiva do protocolo NICHD, como por exemplo com P46 (GPS), que se mostrou preparado para dizer que não sabia, não se lembrava ou para corrigir o entrevistador. O exemplo apresentado nesse estudo salienta a importância em fornecer instrução explícita preparando a criança para corrigir o entrevistador durante uma entrevista, estratégia importante uma vez que as crianças raramente dizem "não sei", por não reconhecerem que seja uma resposta valiosa ou por não serem reforçadas a corrigir os adultos em outros contextos (Brubacher, Poole & Dickinson, 2015; Earhart La Rooy, Brubacher & Lamb, 2014; Evans, Roberts, Price & Stefek, 2010; Hunt & Borgida, 2001; Lamb, Orbach, Sternberg, Hershkowitz & Horowitz, 2000; Roberts & Lamb, 1999; Scoboria & Fisico, 2013).

Analisando o desempenho das crianças no sentido de emitirem respostas corretas e incorretas ao evento alvo, independentemente do desempenho do entrevistador, verificou-se que a mesma proporção de respostas corretas foram emitidas para ambos os grupos; 38% das crianças descreveram o evento alvo sem respostas incorretas em ambos os grupos e 35% das crianças apresentaram uma baixa frequência de respostas incorretas (1 a 2 erros) de forma igual para o GPS e GC. Entretanto, quando se analisa que 27% das crianças apresentaram altas taxas de erros para o evento alvo (3 a 9 erros),

os participantes do GPS apresentaram significativamente menor taxa de erros do que o GC.

É possível que esse resultado favorável ao GPS em termos do desempenho das crianças resida no fato de que apesar das dificuldades dos entrevistadores de tal grupo com a prática narrativa (“Me conta mais sobre isso”), aspecto mais difícil do protocolo, os mesmos realizaram a parte pré-substantiva relativa ao treino de discriminação entre verdade e mentira, treino esse mais circunscrito e fácil de executar. Foi observado, por exemplo, que o P46 (GPS), corrigiu o entrevistador ao realizar a pergunta sugestiva “me conta sobre sua fantasia de marinheiro” com a resposta “não, eu me vesti de pirata”. Ao ser questionado sobre o evento fictício, a criança confirmou ter realizado o passeio, mas corrigiu sua resposta em seguida e complementou dizendo: “Não lembro, porque não posso mentir, né?”.

Hipotetiza-se ainda que o episódio envolvendo uma situação de conflito no evento alvo, na qual um suposto fotógrafo tem uma discussão com o experimentador saindo da sala alterado (batendo a porta), pode ser mais corriqueiro para uma criança latina do que uma criança inglesa como no estudo de Brown et al., 2013. Segundo Nelson (1992); Tessler e Nelson (1994); Wang (2016), a autobiografia é condicionada pelo tempo e pela cultura, assim como a memória autobiográfica, o que permite salientar as divergências contextuais intrínsecas ao contexto brasileiro como pertinentes para os resultados apresentados.

O segundo objetivo da tese envolveu verificar a proporção com que crianças dos grupos GPS e GC relataram, quando perguntadas, ter participado de um evento fictício do qual jamais participaram. Hipotetizou-se que, tal como no estudo de Brown et al. (2013), o grupo de crianças que passou por entrevistadores com treino prévio da fase

pré-substantiva (GPS) seriam mais resistentes a perguntas sugestivas do entrevistador sobre o evento fictício do que o grupo controle.

No que se refere às hipóteses apresentadas como segundo objetivo dessa tese, relativa à maior resistência das crianças do GPS em comparação ao GC às perguntas sugestivas do entrevistador sobre o evento fictício foi constatado que independentemente da faixa etária, os resultados foram exitosos indicando maior significância de correção para as crianças do GPS. Assim tudo leva a crer que o treino com a fase pré-substantiva do protocolo, e em particular o treino de discriminação entre uma verdade e uma mentira as preparou para resistirem às perguntas sugestivas sobre o passeio ao Corpo de Bombeiros com a classe, tal como em Brown et al. (2013).

Conforme literatura especializada, construir rapport adequadamente por meio do treino da verdade e mentira e treino para a narrativa com as crianças antes de realizar as perguntas sobre o evento alvo em investigação é uma prática amplamente recomendada, (Saywitz et al. 2015), garantindo que quando os entrevistadores adotam um estilo comportamental de suporte as crianças, essas são mais capazes de resistir a perguntas sugestivas e podem, adicionalmente, relatar eventos mais precisos (Almerigogna, Ost, Bull & Akehurst, 2007; Carter, Bottoms & Levine 1996; Goodman, Bottoms, Schwartz-Kenney, & Rudy, 1991; Quas & Lench, 2007).

Foram observados erros de procedimento dos entrevistadores ao não seguir as perguntas previstas pelo roteiro estruturado (Anexo VIII), como por exemplo, na entrevista realizada com a P15 (GPS), que apresentou respostas corretas a todas as perguntas sobre o evento alvo, mas que ao se equivocar sobre ter realizado o passeio ao corpo de Bombeiros com a classe devido à experiência anterior em passeio com a família, não recebeu o suporte previsto pela orientação do roteiro que esclarece sobre o

que o entrevistador realmente quer investigar. Entretanto, foi observado que a dificuldade da criança em responder precisamente a pergunta sugestiva, pode ter como motivo tal experiência se tratar de um evento neutro, propiciando o engano uma vez que é comum crianças visitarem o Corpo de Bombeiros.

Devem também ser consideradas variáveis externas ao entrevistador que podem representar conflito mesmo quando a entrevista é conduzida de maneira adequada, destacando, como exemplo, a entrevista realizada com a P59 (GC), que aparentou cansaço e possivelmente estar com fome ao questionar sobre a hora do recreio, sendo posteriormente sugestionada pela pergunta sobre o evento fictício. Vale destacar ainda que a participante pertencia ao GC, o que parece explicar os prejuízos relacionados ao não estabelecimento do rapport entre a criança e entrevistadora e o despreparo para resistir às perguntas sugestivas devido à ausência do treino de regras previsto na fase pré-substantiva do protocolo.

Essa constatação também ratifica estudos sobre a mentira em âmbito forense, evidenciando que as crianças detêm habilidades para diferenciar a verdade da mentira e fazer relatos confiáveis a respeito de suas experiências, resistindo a perguntas sugestivas do entrevistador. Pesquisas apontam ainda para a tendência dos adultos em julgar as crianças com base em crenças conservadoras, classificando-as como inclinadas a mentir sobre suas experiências devido à fase de desenvolvimento em que se encontram (DePaulo, Charlton, Cooper, Lindsay & Muhlenbruck, 1997; Vrij & Baxter, 1999; Westcott, Davies, Graham & Clifford, 1991). De fato, pesquisas sobre a mentira sugerem que a capacidade de enganar o outro se desenvolve com a idade (DePaulo, Stone & Lassiter 1985; Talwar e Lee, 2002), contrariando a hipótese de que as crianças estariam mais pré-dispostas a mentir que os adultos, o que contribui ainda para o fácil

reconhecimento das revelações falsas da criança (Edelstein, Luten, Ekman & Goodman, 2006; Frank & Ekman, 2004).

Dessa forma, apesar das controvérsias sobre a credibilidade do testemunho da criança, tema em discussão desde o século XIX (Vandervort, 2006), a literatura aponta que as crianças são capazes de reconhecer o significado de falar a verdade, senão em casos nos quais se realizam questionamentos altamente sugestivos, salientando que a melhor maneira de melhorar o desempenho das crianças é melhorar as perguntas realizadas (Mulder & Vrij, 1996; Russel, 2006; Saywitz, Lyon & Goodman, 2010). Nesse contexto, salienta-se, ainda o valor de uma conduta ética, que considere o objetivo da atuação profissional e procedimentos avaliativos utilizados, sendo premente recorrer ao repertório teórico e prático adequados com cautela a fim de evitar qualquer prejuízo a suposta vítima de violência (Williams & Castro, 2016).

Avaliações de entrevistas conduzidas usando o Protocolo NICHD mostram que o instrumento auxilia para a promoção de relatos detalhados mesmo com as crianças propensas a serem reticentes (por exemplo, vítimas de abuso intrafamiliar), sem aumentar o número de relatos falsos (Lamb, 1994; Lamb & Fauchier, 2001; La Rooy, Lamb & Memon, 2011). É importante que os entrevistadores empreguem esforços para gerenciar o bem-estar das crianças durante as entrevistas e aprimorar a experiência do processo, sem comprometer a confiabilidade das informações eliciadas (Lamb et al. 2018).

A principal limitação do presente estudo foi a restrição da carga horária para a capacitação das monitoras, ocasionando que não recebessem treinamento adicional para a orientação e feedback dos participantes após as entrevistas realizadas, o que parece ter contribuído para que os entrevistadores se sentissem inseguros quanto ao seu

desempenho e cometessem mais erros de procedimento. As monitoras foram capacitadas junto aos entrevistadores e orientadas a solicitar que esses seguissem o roteiro de entrevista fielmente, sanando suas dúvidas conforme a demanda, quando poderiam ter recebido formação adicional para o desempenho da monitoria. Além disso, não houve observação do comportamento das monitoras, não se podendo afirmar que as mesmas apresentaram a conduta esperada. Adicionalmente, devido regras estipuladas pelas escolas em que a pesquisa foi realizada, não foi possível cumprir o intervalo recomendado no momento em que a criança parecia cansada, conforme proposta do Protocolo NICHD e prática realizada em Brown et al. (2013), devido atividades escolares e curto tempo para a realização das entrevistas com o grupo de crianças no período de aula.

Finalmente, dificuldades individuais das crianças não foram avaliadas (como deficiência intelectual ou dificuldades de aprendizagem), que podem ter prejudicado o desempenho nas entrevistas, sendo impossível averiguar se tais variáveis contribuíram com prejuízos na acurácia do relato das crianças, prejudicando o desempenho de relatos mais extensos e detalhados.

Sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas no Brasil com o intuito de capacitar profissionais e/ou alunos de pós-graduação experientes na condução das entrevistas investigativas com crianças, avaliando a relevância da fase pré-substantiva do protocolo NICHD em contexto análogo para a construção do vínculo e maior extensão de relatos, conforme aponta a literatura internacional (Brubacher et al. 2012; Dent & Stephenson, 1979; Dent, 1986; Horowitz, 2009; Hutcheson et al. 1995; Powell & Thomson, 1997; Roberts, Lamb & Sternberg, 2004). Futuros estudos poderiam adicionalmente usar eventos fictícios mais dramáticos (como um incêndio na escola)

como tentativa de evitar contaminação da parte da criança com eventos corriqueiros como uma visita ao corpo de bombeiros.

Apesar das limitações do estudo, os dados apresentados ratificam o uso da fase pré-substantiva do protocolo NICHD, capacitando as crianças para fornecerem descrições mais precisas sobre suas experiências, bem como a fidedignidade das codificações realizadas por meio do Manual de Codificação (Orbach & Lamb, não publicado), que descreve categoricamente as modalidades de pergunta utilizadas, tendo sido identificadas corretamente pelos codificadores. Dada a complexidade da tarefa enfrentada por entrevistadores forenses para obter relatos completos e precisos de crianças em entrevistas investigativas, o presente estudo contribuiu como uma base crescente de evidências em estudos empíricos realizados no Brasil, fornecendo suporte adicional para auxiliar os profissionais forenses a seguir os princípios de boas práticas nas entrevistas com crianças em casos de suspeita de maus-tratos.

Finalmente, o presente estudo descortina a complexidade de se entrevistar crianças e o alto grau de exigência profissional a ser desenvolvido em entrevistas investigativas. No presente estudo análogo, os entrevistadores e pesquisadores conheciam a veracidade dos fatos encenados, porém, no contexto forense raramente há informações de que a crianças tenha sofrido de fato abuso sexual infantil, impedindo portanto de contrastar o desempenho do entrevistador com a taxa de respostas “corretas” das crianças como analisamos aqui. Tal fato é sobretudo preocupante quando temos dados do alto grau de inferência de operadores de Direito no sentido de fazerem perguntas sugestivas, tal como observado no estudo de Hackbarth et al. (2015).

Considerações Finais

A pergunta de pesquisa que direcionou a presente tese foi avaliar a acurácia das informações fornecidas pelas crianças em função de diferentes modalidades de perguntas presentes no roteiro do protocolo NICHHD, verificando a proporção com que crianças que receberam o treino prévio da fase pré-substantiva do protocolo NICHHD e crianças que não receberam o treino da fase pré-substantiva relataram ter participado de um evento fictício do qual jamais participaram, tal como no estudo de Brown et al. (2013), que inspirou a realização desse estudo análogo. Contrariando a hipótese inicial referente à precisão das informações apresentadas nas respostas das crianças quando utilizada a fase pré-substantiva do Protocolo NICHHD, o número de perguntas abertas, perguntas de evocação orientada, perguntas centrais e total de perguntas do GPS em relação ao GC foi significativamente menor, representando erros de procedimento dos entrevistadores para a condução do estabelecimento do rapport na fase pré-substantiva do protocolo, que tem como objetivo realizar o treino para a prática narrativa extensa e detalhada por meio das perguntas abertas.

Contudo, os resultados replicaram o estudo de Brown et al. (2013) indicando significância para o treino de regras pertinente a fase pré-substantiva do protocolo, que prepara as crianças por meio da prática para diferenciar verdade e mentira, para dizer que não sabem, não se lembram ou para corrigir o entrevistador quando errar. Tal como em Brown et al. (2013), os relatos incorretos a respeito do evento fictício foram mais frequentes no GC, evidenciando que o treino para a construção do rapport foi eficaz para o preparo das crianças em resistir às perguntas sugestivas sobre o evento fictício.

Inicialmente, vale destacar que a revisão de literatura internacional sobre estudos análogos apresentada na introdução da tese auxiliou a gerar um consenso sobre o uso das perguntas abertas, classificadas como favoráveis para gerar maior extensão de

relatos e número de acertos nas respostas das crianças, indicando ainda que os relatos das crianças maiores são mais precisos que o das crianças mais novas e que a construção do rapport, o treino de regras e o uso de roteiros estruturados nas entrevistas apresentam vantagens para o aumento na qualidade das mesmas.

Contudo, a corrente pesquisa inspirada no estudo análogo realizado por Brown et al. (2013) apresentou resultados adversos às hipóteses iniciais de que as crianças que receberam o treino preparatório realizariam relatos mais extensos e detalhados, expondo a necessidade de maior carga horária de treinamento para os entrevistadores, que devido a inexperiência em entrevistar crianças encerraram a fase pré-substantiva da entrevista quando ainda haviam detalhes centrais a serem explorados, prejudicando o treino narrativo que possivelmente contribuiria para relatos mais extensos, com maior número de detalhes relevantes pelas crianças do GPS em comparação ao GC. Assim, o presente estudo levanta questões importantes sobre a necessidade de um programa rigoroso de treinamento, feedback e monitoramento à profissionais experientes para garantir a adesão contínua dos requisitos no uso do Protocolo NICHD e das recomendações de boas práticas nas entrevistas investigativas.

Em contrapartida, os resultados apresentados confirmam a eficácia da fase pré-substantiva do protocolo NICHD apresentados em Brown et al. (2013) para a obtenção de relatos acurados mesmo quando utilizadas as perguntas sugestivas, e corroboram a literatura a respeito das habilidades da criança para fazer revelações genuínas sobre suas experiências, bem como resistir às perguntas sugestivas do entrevistador, indicando que a tendência dos adultos em considerar que as crianças não são capazes de fazer um relato fidedigno sobre suas experiências merece atenção em pesquisas futuras.

Apesar das limitações encontradas trata-se de um estudo pioneiro no Brasil no sentido de utilizar uma metodologia experimental para um estudo análogo a estudos

forenses o que descortina novas possibilidades de estudos em nossa realidade. Finalmente, apesar das dificuldades enfrentadas o estudo reforça a utilidade do Protocolo NICHD em nossa realidade na medida em que enfatiza a importância do estabelecimento do rapport e do treino de regras com as crianças na fase pré-substantiva da entrevista, direcionando os entrevistadores para o uso das perguntas abertas e de evocação orientada que efetivamente promovem uma resposta precisa a uma variedade de tipos de perguntas, obtendo informações acuradas ao se evitar a contaminação dos relatos da criança por meio das perguntas fechadas ou sugestivas.

O estudo realizado por Brown et al. (2013), foi o primeiro estudo análogo a examinar a eficácia das perguntas de evocação orientada (que retomam mais informações sobre fatos previamente relatados pela criança), cuja efetividade tem sido comprovada em estudos empíricos com o protocolo NICHD (Hershkowitz, 2001; Hershkowitz, Lamb, Orbach, Katz & Horowitz, 2012; Lamb, Sternberg, Orbach, Esplin, Stewart & Mitchell, 2003; Maras & Bowler, 2012) sendo o presente trabalho, o segundo estudo realizado a nível internacional e primeiro a nível nacional com tal propósito.

A tese descortina a complexidade de entrevistas investigativas realizadas com crianças, demonstrando a utilidade da fase pré-substantiva do protocolo NICHD para a redução de relatos falsos sobre um evento fictício que retrata a baixa taxa de inadequação de crianças. O trabalho realizado representa um passo importante para enfrentar desafios referentes ao estabelecimento e manutenção do rapport com crianças resistentes pelos entrevistadores forenses, comprovando a importância do investimento na fase preparatória do protocolo NICHD para a acurácia dos relatos das crianças, que se mostraram preparadas para resistir às perguntas sugestivas. Espera-se que o estudo realizado promova discussões em âmbito jurídico sobre a crença errônea de que as crianças não possuem recursos para resistir às perguntas sugestivas do entrevistador,

ressaltando a importância do uso de um protocolo de entrevista que ofereça apoio cognitivo e emocional. O referido estudo fez premente ainda a necessidade de treino e feedback extensivo aos entrevistadores, dos quais se exige sensibilidade para examinar as percepções das crianças sobre o processo de entrevista e estabelecimento do rapport, corroborando demais trabalhos realizados com o protocolo NICHD no Brasil, que apontam o investimento contínuo em treinamento adequado e de qualidade para profissionais que realizam a oitiva da criança no Judiciário por meio de estratégias confiáveis na realização de entrevistas com crianças em âmbito jurídico.

Referências

- Ahern, E. C., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Winstanley, A. (2014). Support and reluctance in the pre-substantive phase of alleged child abuse victim investigative interviews: Revised versus standard NICHD protocols. *Behavioral Sciences & the Law*, 32(6), 762–774. doi: 10.1002/bsl.2149.
- Ahern, E. C., & Lamb, M. E. (2016). Children's reports of disclosure recipient reactions in forensic interviews: Comparing the NICHD and MoGP protocols. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 1(9). doi:10.1007/s11896-016-9205-x.
- Ahern, B., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Karni-Visel, Y. (2018). Examining reluctance and emotional support in forensic interviews with substantiated victims of physical abuse. *Applied Developmental Science* 12(1). doi: 10.1080/10888691.2017.1387057.
- Ackerman, P. T., Newton, J. E. O., McPherson, W. B., Jones, J. G., & Dykman, R. A. (1998). Prevalence of post traumatic stress disorder and other psychiatric diagnoses in three groups of abused children (sexual, physical, and both). *Child Abuse & Neglect*, 22(8), 759-774. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00062-3.
- Aldridge, J., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2004). Using a human figure drawing to elicit information from alleged victims of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology in the Public Domain*, 72(2), 304-316. doi: 10.1037/0022-006X.72.2.304.
- Alves, C. M., & Lopes, E. J. (2007). Falsas memórias: Questões teórico-metodológicas. *Paidéia*, 17(36), 45-56. doi: 10.1590/S0103-863X2007000100005.
- Almerigogna, J., Ost, J., Bull, R., & Akehurst, L. (2007). A state of high anxiety: How non-supportive interviewers can increase the suggestibility of child witnesses. *Applied Cognitive Psychology*, 21(7), 963–974. doi: 10.1002/acp.1311.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 559-578. doi: 10.1590/S0102-79721998000300014.
- Aznar-Blefari, C., & Padilha, M. G. S. (2015). Capacitação para o uso do Protocolo NICHD em profissionais sul-brasileiros. *Revista de Psicología (Universidad do Chile)*, 24(1), 1-19. doi: 10.5354/0719-0581.2015.37198.
- Blasbalg, U., Hershkowitz, I., & Karni-Visel, Y. (2018). Support, reluctance, and production in child abuse investigative interviews. *Psychology, Public Policy, and Law*, 24(4), 518-527. doi.org/10.1037/law0000183.
- Brainerd, C. J., Stein, L. M., Silveira, R. A., Rohenkohl, G., & Reyna, V. F. (2008). How does negative emotion induce false memories? *Psychological Science*, 19(9), 919-925. doi: 10.1111/j.1467-9280.2008.02177.x.
- Brasil. (1990, 27 set.). *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil (2017, 5 abr.). *Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e

altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União.

Briere, J., & Conte, J. R. (1993). Self-reported amnesia for abuse in adults molested as children. *Journal of Traumatic Stress, 6*(1), 21-31. doi: 10.1002/jts.2490060104.

Briere, J., & Elliott, D. M. (2003). Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect, 27*(10), 1205-1222. doi: 10.1016/j.chiabu.2003.09.008.

Bowen, C. J., & Howie, P. M. (2002). Context and cue cards in young children's testimony: A comparison of brief narrative elaboration and context reinstatement. *Journal of Applied Psychology, 87*(6), 1077-1085. doi: 10.1037//0021-9010.87.6.1077.

Brown, D. A.; & Lamb, M. E. (2009). Forensic interviews with children. A two way street: Supporting interviewers in adhering to best practice recommendations and enhancing children's capabilities in forensic interviews. In: K. Kuehnle & M. Connell (Org). *The evaluation of child sexual abuse allegations. A comprehensive guide to assessment and testimony.* (pp. 299-309). New Jersey: Wiley.

Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M. E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013). The NICHD investigative interview protocol: An analogue study. *Journal of Experimental Psychology: Applied, 19*(4), 367-382. doi: 10.1037/a0035143.

Brubacher, S. P., Roberts, K. P., & Powell, M. (2011). Effects of practicing episodic versus scripted recall on children's subsequent narratives of a repeated event. *Psychology, Public Policy, and Law, 17*(2), 286-314. doi: 10.1037/a0022793.

Brubacher, S. P., Glisic U., Roberts, K. R., & Powell, M. (2011). Children's ability to recall unique aspects of one occurrence of a repeated event. *Applied Cognitive Psychology, 25*, 351-358. doi: 10.1002/acp.1696.

Brubacher, S. P. & Roberts, K. P., & Powel, M. (2012). Retrieval of episodic versus generic information: Does the order of recall affect the amount and accuracy of details reported by children about repeated events? *Developmental Psychology, 48*(1), 111-122. doi: 10.1037/a0025864.

Brubacher, S. P., Poole, D. A., & Dickinson, J. J. (2015). The use of ground rules in investigative interviews with children: A synthesis and call for research. *Developmental Review, 36*(6), 15-33. doi.org/10.1016/j.dr.2015.01.001.

Burgwyn-Bailes, E., Baker-Ward, L., Gordon, B. N., & Ornstein, P. A. (2001). Children's memory for emergency medical treatment after one year: The impact of individual difference variables on recall and suggestibility. *Applied Cognitive Psychology, 15*(7). doi.org/10.1002/acp.833.

Carter, C. A., Bottoms, B. L., & Levine, M. (1996). Linguistic and socioemotional influences in the accuracy of children's reports. *Law and Human Behavior, 20*(3), 335-358. doi: 10.1007/BF01499027.

Cederborg, A. C., Orbach, Y., Sternberg, K. J., & Lamb, M. E. (2000). Investigative interviews of child witnesses in Sweden. *Child Abuse & Neglect*, *24*(10), 1355–1361. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00183-6.

Connolly, D. A., & Lindsay, D. S. (2001). The influence of suggestions on children's reports of a unique experience versus an instance of a repeated experience. *Applied Cognitive Psychology*, *15*(2), 205-223. doi.org/10.1002/1099-0720(200103/04)15:2%3C205::AID-ACP698%3E3.0.CO;2-F.

Connolly, D. A., & Price, H. L. (2006). Children's suggestibility for an instance of a repeated event versus a unique event: The effect of degree of association between variable details. *Journal of Experimental Child Psychology*, *93*(3), 207–223. doi: 10.1016/j.jecp.2005.06.004.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 de outubro). (1989). Brasília, DF: Saraiva.

Craig, R. A., Scheibe, R., Kircher, J., Raskin, D. C., & Dodd, D. (1999). Interviewer questions and content analysis of children's statements of sexual abuse. *Applied Developmental Science*, *3*(2), 77–85. doi: http://dx.doi.org/10.1207/s1532480xads0302_2.

Cronch, L. E., Viljoen, J. L., & Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: Current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, *11*(3), 195-207. doi:10.1016/j.avb.2005.07.009.

Cross, T. P., & Whitcomb, D. (2017). The practice of prosecuting child maltreatment: Results of an online survey of prosecutors. *Child Abuse & Neglect* *69*(2), 20–28. doi: 10.1016/j.chiabu.2017.04.007.

Cyr, M., & Lamb, M. E. (2009). Assessing the effectiveness of the NICHD investigative interview protocol when interviewing French-speaking alleged victims of child sexual abuse in Quebec. *Child Abuse & Neglect*, *33*(5), 257–268. doi: 10.1016/j.chiabu.2008.04.002.

Cyr, M., Dion, J., McDuff, P., & Trotier-Sylvaini, K. (2012). Transfer of skills in the context of nonsuggestive investigative interviews: Impact of structured interview protocol and feedback. *Applied Cognitive Psychology*, *26*(4), 516-524. doi: 10.1002/acp.2822.

Davis, S. L., & Bottoms, B. L. (2002). Effects of social support on children's eyewitness reports: A test of the underlying mechanism. *Law & Human Behavior*, *26*(2), 185–215. doi: 10.1023/A:1014692009941.

Dent, H. R. (1986). An experimental study of the effectiveness of different techniques of questioning mentally handicapped child witnesses. *British Journal of Clinical Psychology*, *25*(1), 13-17. doi/10.1111/j.2044-8260.1986.tb00666.x

Dent, H. R., & Stephenson, G. M. (1979). An experimental study of the effectiveness of different techniques of questioning child witnesses. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, *18*(1), 41-51. doi/10.1111/j.2044-8260.1979.tb00302.x

DePaulo, B. M., Stone, J. L., & Lassiter, G. D. (1985). Deceiving and detecting deceit. In B. Schlenker (Ed.), *The self and social life* (pp. 323–370). New York: McGraw Hill.

DePaulo, B. M., Charlton, K., Cooper, H., Lindsay, J. L., & Muhlenbruck, L. (1997). The accuracy–confidence correlation in the detection of deception. *Personality and Social Psychology Review*, *1*(4), 346–357. doi: 10.1207/s15327957pspr0104_5.

Dickinson, J. J., Brubacher, S. P., & Poole, D. A. (2015). Children’s performance on ground rules questions: Implications for forensic interviewing. *Law and Human Behavior*, *39*(1), 87–97. doi: 10.1037/lhb0000119.

Dickinson, J. J., & Poole, D. A. (2017). The influence of disclosure history and body diagrams on children’s reports of inappropriate touching: Evidence from a new analog paradigm. *Law and Human Behavior*, *41*(1), 1–12. doi: 10.1037/lhb0000208.

Dobke, V. (2001). *Abuso sexual: A inquirição das crianças: Uma abordagem interdisciplinar*. Porto Alegre, RS: Lenz.

Drohan-Jennings, D. M., Roberts, K. P., & Powell, M. B. (2010). Mental context reinstatement increases resistance to false suggestions after children have experienced a repeated event. *Psychiatry, Psychology and Law*, *17*(4), 594–606. doi: 10.1080/13218711003739110.

Earhart, B., La Rooy, D. J., Brubacher, S. P., & Lamb, M. E. (2014). An examination of “don’t know” responses in forensic interviews with children. *Behavioral Sciences & The Law*, *32*(6), 746–761. doi: 10.1002/bsl.2141.

Earhart, B., Danby, M. C., Brubacher, S. P., Powell, M. B., & Sharman, S. (2018). A comparison of responses to substantive transition prompts in interviews with children. *Child Maltreatment*, *23*(3), 221–225. doi: 10.1177/1077559518756827.

Edelstein, R. S., Luten, T. L., Ekman, P., & Goodman, G. S. (2006). Detecting Lies in Children and Adults. *Law and Human Behavior*, *30*(1), 1–10. doi: 10.1007/s10979-006-9031-2.

Elliott, D. M., & Briere, J. (1995). Posttraumatic stress associated with delayed recall of sexual abuse: A general population study. *Journal of Traumatic Stress*, *8*(4), 629–647. doi: 10.1007/BF02102892.

Elmi, M. H., Daignault, I. V., & Hébert, M. (2018). Child sexual abuse victims as witnesses: The influence of testifying on their recovery. *Child Abuse & Neglect*, *86*(2), 22–32. doi: 10.1016/j.chiabu.2018.09.001.

Erdelyi, M. H. (2001). Defense processes can be conscious or unconscious. *American Psychologist*, *56*(9), 761–762. doi: 10.1037/0003-066X.56.9.761.

Evans, A. D., Roberts, K. P., Price, H. L., & Stefek, C. P. (2010). The use of paraphrasing in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect*, *34*(8), 585–592. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.01.008.

Farrar, M. J., & Boyer-Pennington, M. E. (1999). Remembering specific episodes of a scripted event. *Journal of Experimental Child Psychology*, *73*(4), 266–288. doi: <https://doi.org/10.1006/jecp.1999.2507>.

Faust, D., Bridges, A. J., & Ahern, D. C. (2009). Methods for the identification of sexually abused children. In K. Kuehnle & M. Connell (Eds), *The evaluation of child sexual abuse allegations. A comprehensive guide to assessment and testimony* (pp. 3-19). Hoboken, NJ: Wiley.

Feix, L. F., & Pergher, G. K. (2010). Memória em julgamento: Técnicas de entrevista para minimizar as falsas memórias. In L. M. Stein (Ed.), *Falsas memórias: Fundamentos científicos e suas aplicações jurídicas* (pp. 209-227). Porto Alegre, RS: ArtMed.

Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). *Memory enhancing techniques for investigating interviewing: The cognitive interview*. Springfield, MA: Charles C. Thomas.

Fivush, R., & Wang, Q. (2005). Emotion talk in mother-child conversations of the shared past: The effects of culture, gender, and event valence. *Journal of Cognition and Development* 6(4). 489–506. doi: 10.1207/s15327647jcd0604_3.

Flin, R., Boon, J., Knox, A., & Bull, R. (1992). The effect of a five month delay on children's and adults' eyewitness memory. *British Journal of Psychology*, 83(3), 323–336. doi: 10.1111/j.2044-8295.1992.tb02444.x.

Frank, M. G., & Ekman, P. (2004). Nonverbal detection of deception in forensic contexts. In W. T. O'Donohue & E. R. Levensky (Eds.), *Handbook of forensic psychology* (pp. 635–653). San Diego, CA: Elsevier.

Geiselman, R. E., & Padilla, J. (1988). Interviewing child witnesses with the cognitive interview. *Journal of Police Science and Administration*, 80(6), 236-242. doi: 10.1037/0021-9010.80.6.671.

Williams, L. C. A. & Castro, M. S. L. B. (2016). Ética na atuação profissional e na pesquisa em Psicologia Forense. Em: P. I. C, Gomide, & S. S. S, Junior. (Orgs). *Introdução à Psicologia Forense*. Curitiba: Juruá.

Goodman, G. S., Bottoms, B. L., Schwartz-Kenney, B. M., & Rudy, L. (1991). Children's testimony about a stressful event: Improving children's reports. *Journal of Narrative and Life History*, 1(1), 69–99. doi: 10.1075/jnlh.1.1.05chi.

Goodman, G. S., Quas, J. A., Batterman-Faunce, J. M., Riddlesberger, M. M., & Kuhn, J. (1994). Predictors of accurate and inaccurate memories of traumatic events experienced in childhood. *Consciousness and Cognition*, 3(3-4), 269–294. doi: 10.1006/ccog.1994.1016.

Goodman, G. S., Batterman-Faunce, J. M., Schaaf, J. M., & Kenney, R. (2002). Nearly 4 years after an event: Children's eyewitness memory and adults' perceptions of children's accuracy. *Child Abuse & Neglect*, 26(8), 849–884. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00354-X.

Goodman G. S., Ghetti, S., Quas, J. A., Edelstein, R. S., Alexander, K. W., Redlich, A. D., Cordon, I. M., & Jones, D. P. H. (2003). A prospective study of memory for child sexual abuse new findings relevant to the repressed-memory controversy. *Psychological Science*, 14(2), 113-8. doi:10.1111/1467-9280.01428.

Hackbarth, C., Williams, L. C. A., & Lopes, N. R. L. (2015). Avaliação de capacitação para utilização do protocolo NICHD em duas cidades brasileiras. *Revista de Psicologia (Universidad do Chile)*, 24(1), 1-18. doi: 10.5354/0719-0581.2015.36916.

Hackbarth, C., Williams, L. C. A., & Lopes, N. R. L. (2018). Estudo piloto a profissionais sobre o uso do Protocolo NICHD para investigar abuso sexual infantil. Em: L. Habigzang, P.I. Cunha e G. M. Rocha. *Intervenção e pesquisa com vítimas de violência*. Curitiba: Editora: Juruá.

Harris, L. S; Goodman, G. S; Augusti, E. M; Chae, Y; Alley, D. Children's resistance to suggestion. In: K. Kuehnle & M. Connel. (2009) (Orgs). *The evaluation of child sexual abuse allegations. A comprehensive guide to assessment and testimony*. (182-198). New Jersey: Wiley.

Han, J. J., Leichtman, M. D., & Wang, Q. (1998). Autobiographical memory in Korean, Chinese, and American children. *Developmental Psychology*, 34(4). doi: 10.1037//0012-1649.34.4.701.

Herman, S. (2009). Forensic child sexual abuse evaluations. Accuracy, ethics, and admissibility. In K. Kuehnle & M. Connel (Eds.) *The evaluation of child sexual abuse allegations. A comprehensive guide to assessment and testimony* (pp. 247-255). Hoboken, NJ: Wiley.

Hershkowitz, I. (2001). Children's responses to open-ended utterances in investigative interviews. *Legal and Criminological Psychology*, 6(1), 49-63. doi: 10.1348/135532501168190.

Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Pipe, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 753-769. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.10.016>.

Hershkowitz, I. (2009). Socioemotional factors in child sexual abuse investigations. *Child Maltreatment*, 14(2). doi: 10.1177/1077559508326224.

Hershkowitz, I., Horowitz, D., Lamb, M. E., Orbach, Y., & Sternberg, K. J. (2004). Interviewing youthful suspects in alleged sex crimes: A descriptive analysis. *Child Abuse & Neglect*, 28(4), 423-438. doi: 10.1016/j.chiabu.2003.09.021.

Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Lamb, M. E. (2005). Trends in children's disclosure of abuse in Israel: A national study. *Child Abuse & Neglect*, 29(11), 1203-1214. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.04.008.

Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 753-769. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.10.016.

Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: The role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31(2), 99-110. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.09.005.

Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect, 31*(2), 111-123. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.09.004.

Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Orbach, Y., Katz, C., & Horowitz, D. (2012). The development of communicative and narrative skills among preschoolers: Lessons from forensic interviews about child abuse. *Child Development, 83*, 611–622. doi: 10.1111/j.1467-8624.2011.01704.x.

Horowitz, S. W. (2009). Direct mixed and open questions in child interviewing: An analog study. *Legal and Criminological Psychology, 14*(1), 135–147. doi: 10.1348/135532508X298441.

Hudson, J. A., & Fivush, R. (1991). As time goes by: Sixth graders remember a kindergarten experience. *Applied Cognitive Psychology, 5*(4), 347–360. doi: 10.1002/acp.2350050405.

Hunt, J. S., & Borgida, E. (2001). Is that what I said? Witnesses' responses to interviewer modifications. *Law and Human Behavior, 25*(6), 583–603. doi: 10.1023/A:1012754207074.

Hutcheson, G. D., Baxter, J. S., Telfer, K., & Warden, D. (1995). Child witness statement quality question type and errors of omission. *Law and Human Behavior, 19* (6). doi.org/10.1007/BF01499378.

Izquierdo, I. (2009). *A arte de esquecer*. (p.125). Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

Johnson, M., Magnussen, S., Thoresen, C., Lonnum, K., Burrell, L. V., & Melinder, A. (2015). Best practice recommendations still fail to result in action: A national 10-year follow-up study of investigative interviews in CSA cases. *Applied Cognitive Psychology, 29*(5), 661–668. doi: 10.1002/acp.3147.

Jones, C. H., & Pipe, M.-E. (2002). How quickly do children forget events? A systematic study of children's event reports as a function of delay. *Applied Cognitive Psychology, 16*(7), 755–768. doi: 10.1002/acp.826.

Katz, C. & Hershkowitz, I. (2012). The effect of multiple art prompts on children's testimonies in sexual abuse investigations. *Child Abuse & Neglect, 36*(11-12), 753-759. doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.07.002.

Katz, C., Hershkowitz, I., Malloy, L. C., Lamb, M. E., Atabaki, A., & Spindler, S. (2012). Non-verbal behavior of children who disclose or do not disclose child abuse in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect, 36*(1), 12–20. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.08.006.

Katz, C., Barnett, Z., & Hershkowitz, I. (2014). The effect of drawing on children's experiences of investigations following alleged child abuse. *Child Abuse & Neglect, 38*(5), 858-867. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.01.003.

Kesinger, E. A., & Shacter, D. L. (2006). When the red sox shocked the yankees: Comparing negative and positive memories. *Psychonomic Bulletin & Review, 13*(5), 757-763. doi: 10.3758/BF03193993.

Klemfuss, J. Z & Ceci, S. (2009). Normative memory development and the child witness. In: K. Kuehnle & M. Connel (Orgs). (153-173). New Jersey: Wiley.

Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkellor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113(1), 164-180. doi: 10.1037/0033-2909.113.1.164.

Korkman, J., Santtila, P., Westeraker., & Sandnabba, N. K (2008). Interviewing techniques and follow-up questions in child sexual abuse interviews. *European Journal of Developmental Psychology*, 5(1), 108–128. doi: 10.1080/17405620701210460.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Hovav, M., Manor, T., & Yudilevitch, L. (1996). Effects of investigative utterance types on Israeli children's responses. *International Journal of Behavioral Development*, 19(3), 627-637. doi: 10.1177/016502549601900310.

Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Hershkowitz, I., & Horowitz, D. (2000). Accuracy of investigators' verbatim notes of their forensic interviews with alleged child abuse victims. *Law and Human Behavior*, 24(6), 699–707. doi: 10.1023/A:1005556404636.

Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Esplin, P. W. (2002). The effects of intensive training and ongoing supervision on the quality of investigative interviews with alleged sex abuse victims. *Applied Developmental Science*, 6(3), 114 –125. doi: 10.1207/S1532480XADS0603_2.

Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Hershkowitz, I., & Horowitz, D. (2003). Differences between accounts provided by witnesses and alleged victims of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(9), 1019-1031. doi: 10.1016/S0145-2134(03)00167-4.

Lamb, M. E., & Garretson, M. E. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behavior*, 27(2), 71-157. doi: 10.1023/A:1022595129689.

Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(5), 926–934. doi: 10.1037/0022-006X.71.5.926

Lamb, M. E., & Brown, D. A. (2006). Conversational apprentices: Helping children become competent informants about their own experiences. *British Journal of Developmental Psychology*, 24, 215–234. doi: 10.1348/026151005X57657.

Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2007). A structured forensic interview protocol improves the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31(11), 1201-1231. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.03.021.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I. Y., Orbach., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: Structured investigative interviews of child victims and witnesses*. Wiley

Series in Psychology of Crime, Policing and Law. Chichester, UK and Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I., & Lyon, T. D. (2013). Interviewing victims and suspected victims who are reluctant to talk. *APSAC Advisor*, 25(4), 16-19.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I. Y., Orbach, W. E., & Esplin, P. W. (2018). *Tell me what happened: Structured investigative interviews of child victims and witnesses*. Wiley Series in Psychology of Crime, Policing and Law. Chichester (2nd) UK: Wiley Blackwell.

La Rooy, D., Brubacher, S. P., Aromäki-Stratos, A., Cyr, M., Hershkowitz, I., Korkman, J., Myklebust, T., ... Lamb, M. E. (2015). The NICHD protocol: A review of an internationally-used evidence-based tool for training child forensic interviewers. *Journal of Criminological Research, Policy and Practice*, 1(2), 76-89. doi: 10.1108/JCRPP-01-2015-0001.

Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gotzsche, P. C., Ioannidis, J. P., ... Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PloS Medicine*, 6(7). doi:10.1371/journal.pmed.1000100.

Loftus, E. F., & Hoffman, H. G. (1989). Misinformation and memory: The creations of new memories. *Journal of Experimental Psychology. General*, 118(1), 100-104. doi: 10.1037/0096-3445.118.1.100.

Loftus, E.F. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 70-75.

Loftus, E. F. (2003a). Make believe memories. *American Psychologist*, 277, 867-873.

Loftus, E. F. (2003b). Our changeable memories: Legal and practical implications. *Nature Reviews: Neuroscience*, 4, 231-234.

London, K. (2010). Special issue: Child witnesses in the 21 St. century. Society for child and family policy and practice. *The Advocate*. 33(1), 1-2. doi: 10.1002/9780470479216.corpsy0902.

Luther, K., Snook, B., Barron, T., & Lamb, M. E. (2015). Child interviewing practices in Canada: A box score from field observations. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 30(3), 204–212. doi: 10.1007/s11896-014-9149-y.

Lynskey, M. T., & Fergusson, D. M. (1997). Factors protecting against the development of adjustment difficulties in young adults exposed to childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 21(12), 1177-1190. doi: 10.1016/S0145-2134(97)00093-8.

Lyon, T. D., & Dorado, J. (2008). Truth induction in young maltreated children: The effects of oath-taking and reassurance on true and false disclosures. *Child Abuse and Neglect*, 32(7), 738-748. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.08.008.

Malloy, L. C., Brubacher, S. P., & Lamb, M. E. (2011). Expected consequences of disclosure revealed in investigative interviews with suspected victims of child sexual

abuse. *Applied Developmental Science*, 15(1), 8-19, doi:10.1080/10888691.2011.538616.

Maras, K. L., & Bowler, D. M. (2012). Context reinstatement effects on eyewitness memory in autism spectrum disorder. *British Journal of Psychology*, 103(3), 330–342. doi: 10.1111/j.2044-8295.2011.02077.x.

Memon, A., Meissner, C. A., & Fraser, J. (2010). The cognitive interview: A meta analytic review and study space analysis of the past 25 years. *Psychology, Public Policy, and Law*, 16(4), 340. doi: doi/10.1037/a0020518.

Merritt, K. A., Ornstein, P. A., & Spicker, B. (1994). Children's memory for a salient medical procedure: Implications for testimony. *Pediatrics*, 94(1), 17–23.

Miller-Perrin, C., & Perrin, R. (2012). *The APSAC handbook on child maltreatment* (3rd ed., pp. 337-360). Thousand Oaks, CA: Sage.

Ministério da Saúde - Secretaria de Assistência à Saúde. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Brasília: Ministério da Saúde.

Mulder, M., & Vrij, A. (1996). Explaining conversation rules to children: An intervention study to facilitate children's accurate responses. *Child Abuse and Neglect*, 20(7), 623-631.

National Children's Advocacy Center (2013). *Position paper on the introduction of evidence in forensic interviews of children*. Huntsville, AL: Author.

Nelson, K. (1992). The emergence of autobiographical memory at age. *Human Development*, 35, 172-177. doi: 10.1159/000277149.

Neter, J., Wasserman, W., & Kutner, M. H. (1990). *Applied linear statistical models*, 3rd Ed. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, p. 1181.

Nisbett, R. E., & Miyamoto, Y. (2005) The influence of culture: Holistic versus analytic perception. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(10). 467–473. doi: 10.1016/j.tics.2005.08.004.

Nurcombe, B. (2000). Child sexual abuse I: Psychopathology. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 34(1), 85-91. doi: 10.1046%2Fj.1440-1614.2000.00642.x.

Odegard, T. N., Cooper, C. M., & Lampinen, J. M. (2009). Children's eyewitness memory for multiple real-life events. *Child Development*, 80(6), 1877–1890. doi: 10.1111/j.1467-8624.2009.01373.x.

O'Donohue, S., & Fanetti, M (1996). Assessing the occurrence of child sexual abuse: An information processing, hypothesis testing approach. *Aggression and Violent Behavior*, 1(3), 269-281. doi:10.1016/S1359-1789(96)00001-8.

Olafson, E. (2012). A call for field-relevant research about child forensic interviewing for child protection. *Journal of Child Sexual Abuse, 21*(1), 109-129. doi: 10.1080/10538712.2012.642469.

Orbach, Y., & Lamb, M. E. Manuscrito não publicado disponibilizado pelos autores.

Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect, 24*(6), 733-752. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00137-X.

Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2007). Young children's references to temporal attributes of allegedly experienced events in the course of forensic interviews. *Child Development, 78*(4), 1100–1120. doi: 10.1111/j.1467-8624.2007.01055.x

Ornstein, P. A., Baker-Ward, L., Gordon, B. N., & Merritt, K. A. (1997). Children's memory for medical experiences: Implications for testimony. *Applied Cognitive Psychology, 11*(7), 87–104. doi: 10.1002/(SICI)1099-0720(199712)11:7%3CS87::AID-ACP556%3E3.0.CO;2-Z.

Paolucci, E. O., Genuis, M. L., & Violato, C. (2001). A meta-analysis of the published research on the effects of child sexual abuse. *Journal of Psychology, 135*(1), 17-36. doi: 10.1080/00223980109603677.

Payne, D. G., Elie C. J., Blackwell, J. M., & Neuschatz, J. (1996). Memory illusions: Recalling, recognizing and recollecting events that never occurred. *Journal of Memory and Language, 35*(2), 261-285. doi:10.1006/jmla.1996.0015.

Pearse, S. L., Powell, M. B., & Thomson, D. M. (2010). The effect of contextual cues on children's ability to remember an occurrence of a repeated event. *Legal and Criminological Psychology, 8*(1). doi.org/10.1348/135532503762871228.

Peixoto, C. E., Ribeiro, C., & Alberto, I. (2013). O protocolo de entrevista forense do NICHD: Contributo na obtenção do testemunho da criança no contexto português. *Ministério Público, 134*, 181-219.

Pergher, G. K., Grassi-Oliveira, R., Ávila, L. M., Stein, L. M. (2006). Memória, humor e emoção. *Revista de Psiquiatria 28*(1), 66-68. doi: 10.1590/S0101-81082006000100008.

Peterson, C. (1999). Children's memory for medical emergencies: 2 years later. *Developmental Psychology, 35*(6), 1493–1506. doi: 10.1037/0012-1649.35.6.1493.

Peterson, C. (2011). Children's memory reports over time: Getting both better and worse. *Journal of Experimental Child Psychology, 109*(3), 275–293. doi: 10.1016/j.jecp.2011.01.009.

Peterson, C., & Whalen, N. (2001). Five years later: Children's memory for medical emergencies. *Applied Cognitive Psychology, 15*(7), S7–S24. doi: https://doi.org/10.1002/acp.832.

Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The relationship between question type

and investigation relevant information. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 27(1), 45-54. doi:10.1007/s11896-011-9093-z.

Powell, M. B., & Thomson, D. M. (1996). Children's memory of an occurrence of a repeated event: Effects of age, repetition, and retention interval across three question types. *Child Development*, 67(5), 1988-2004. doi: 10.1111/j.1467-8624.1996.tb01839.x

Powel, M. B., & Thomson, D. M. (1997). Contrasting memory for temporal-source and memory for content in children's discrimination of repeated events. *Applied Cognitive Psychology*, 11(4), 339-360.

Powell, M. B., Roberts, K. P., Ceci, S. J., & Hembrooke, H. (1999). The effects of repeated experience on children's suggestibility. *Developmental Psychology*, 35(6), 1462-1477. doi: 10.1037/0012-1649.35.6.1462.

Powell, M. B., & Thomson, D. M. (2003). Improving children's recall of an occurrence of a repeated event: Is it a matter of helping them to generate options? *Law and Human Behavior*, 27(4). doi: 10.1023/A:102403293

Powell, M. B., & Hughes-Scholes, C. H. (2009). Evaluation of the questions used to elicit evidence about abuse from child witnesses: An Australian study. *Psychiatry Psychology and Law*, 16(3), 369-378. doi: 10.1080/13218710902930325.

Price, E. A., Ahern, E. C., & Lamb, M. E. (2016). Rapport-building in investigative interviews of alleged child sexual abuse victims. *Applied Cognitive Psychology*, 30, 743-749. doi: 10.17863/CAM.411.

Quas, J. A., & Lench, H. C. (2007). Arousal at encoding, arousal at retrieval, interviewer support, and children's memory for a mild stressor. *Applied Cognitive Psychology*, 21(3), 289-305. doi: 10.1002/acp.1279.

Quas, J. A., Goodman, G. S., Ghetti, S., Alexander, K. W., Edelstein, R. S., Redlich, A. D., (...) Jones, D. P. (2005). Childhood sexual assault victims: Long-term outcomes after testifying in criminal court. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 70(2). doi: 10.1111/j.1540-5834.2005.00336.x.

Roberts, K. P., & Lamb, M. E. (1999). Children's responses when interviewers distort details during investigative interviews. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 23-31.

Roberts, K. P., Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (2004). The effects of rapport-building style on children's reports of a staged event. *Applied Cognitive Psychology*, 18(2), 189-202. doi: 10.1002/acp.957.

Roberts, K. P., & Powell, M. B. (2005). Evidence of metacognitive awareness in young children who have experienced a repeated event. *Applied Cognitive Psychology*, 19(8), 1019-1031. doi: 10.1002/acp.1145.

Roberts, K. P., & Powell, M. B. (2006). The consistency of false suggestions moderates children's reports of a single instance of a repeated event: Predicting increases and decreases in suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 94(1), 68-89. doi: 10.1016/j.jecp.2005.12.003.

Roberts, K. P., & Powell, M. B. (2007). The roles of prior experience and the timing of misinformation presentation on young children's event memories. *Child Development, 78*(4), 1137-1152. doi: 10.1111/j.1467-8624.2007.01057.x.

Russell, A. (2006). Best practices in child forensic interviews: Interview instructions and truth-lie discussions. *Hamline Journal of Public Law and Policy 28*(1), 99–130.

Salmon, K., & Pipe, M.-E. (2000). Recalling an event one year later: The impact of props, drawing and a prior interview. *Applied Cognitive Psychology, 14*(2), 99–120. doi: 10.1002/(SICI)1099-0720(200003/04)14:23.O.CO;2-5.

Salvagni, E. P., & Wagner, M. B. (2006). Estudo de caso-controle para desenvolver e estimar a validade discriminante de um questionário de avaliação de abuso sexual em crianças. *Jornal de Pediatria, 82*(6), 431-436. doi: 10.1590/S0021-75572006000800007.

Saywitz, K. J., Goodman, G. S., Nicholas, E., & Moan, S. J. (1991). Children's memories of a physical examination involving genital touch: Implications for reports of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 59*(5), 682–691. doi: 10.1037/0022-006X.59.5.682.

Saywitz, K. J., Snyder, L., & Lamphear, V. (1996). Helping children tell what happened: A follow-up study of the narrative elaboration procedure. *Child Maltreatment, 1*, 200–212.

Saywitz, K. J., Larson, R. P., Hobbs, S. D., & Wells, C. R. (2015). Developing rapport with children in forensic interviews: Systematic review of experimental research. *Behavioral Sciences & the Law, 33*(4), 372–389. doi: 10.1002/bsl.2186.

Saywitz, K. J., Lyon, T. D., & Goodman, G. S. (2010). Interviewing children. In J. E. B. Myers (Ed.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (3d ed.) (pp. 337-360). Newbury Park, CA: Sage.

Sidman, M. (1960). *Tactics of scientific research: Evaluating experimental data in psychology*. New York: Basic Books.

Scoboria, A., & Fisico, S. (2013). Encouraging and clarifying “don't know” responses enhances interview quality. *Journal of Experimental Psychology: Applied, 19*(1), 72–82. doi: 10.1037/a0032067.

Sternberg, K. J., & Lamb, M. E. (1997). Effects of introductory style on children's abilities to describe experiences of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 21*(2), 1133-1146. doi: 10.1016/S0145-2134(97)00071-9.

Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free recall prompts in the course of forensic interviews. *Journal of Applied Psychology, 86*(5), 997-1005. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.03.021.

Talwar, V., & Lee, K. (2002). Development of lying to conceal a transgression: Children's control of expressive behavior during verbal deception. *International Journal of Behavioral Development, 26*(5), 436–444. doi: 10.1080/01650250143000373.

Tyler, K. A. (2002). Social and emotional outcomes of childhood sexual abuse: A review of recent research. *Aggression and Violent Behavior, 7*(6), 567-589. Doi: 10.1016/S1359-1789%2801%2900047-7.

Teoh, Y. S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: rapport-building, instruction, and evaluation. *Applied Developmental Science, 14*(3), 154–163. doi: 10.1080/10888691.2010.494463.

Tessler, M., & Nelson, K. (1994). Making memories: The influence of joint encoding on later recall by young children. *Consciousness and Cognition, 3*(3-4), 307-326. doi: 10.1006/ccog.1994.1018.

Vandervort, F. E. (2006). Videotaping investigative interviews of children in cases of child sexual abuse: One community approach. *Journal of Criminal Law and Criminology, 4*(96), 1353-1416.

Viana, C. N. (2018). A falibilidade da memória nos relatos testemunhais: As implicações das falsas memórias no contexto dos crimes contra a dignidade sexual. *Revista Brasileira de Políticas Públicas, 8*(2), 1035-1056. doi: 10.5102/rbpp.v8i2.5318.

Vilela, L. F. (2008.). *Manual para atendimento às vítimas de violência na rede de saúde pública do Distrito Federal*. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Vrij, A., & Baxter, M. (1999). Accuracy and confidence in detecting truth and lies in elaborations and denials: Truth bias, lie bias and individual differences. *Expert Evidence, 7*(1), 25–36. doi: 10.1023/A:1008932402565.

Wang, Q. (2016). Remembering the self in cultural contexts: A cultural dynamic theory of autobiographical memory. *Memory Studies, 9*(3) 295–304 doi: 10.1177/1750698016645238.

Warren, A. R., & McGough, L. S. (1996). Research on children's suggestibility: Implications for the investigative interview. *Criminal Justice & Behavior, 23*(2), 269–303. doi: 10.1177/0093854896023002003.

Westcott, H., Davies, G., Graham, M., & Clifford, B. (1991). Adults' perceptions of children's videotaped truthful and deceptive statements. *Children and Society, 5*(2), 123–135. doi: 10.1111/j.1099-0860.1991.tb00378.x.

Williams, L. M. (1994). What does it mean to forget child sexual abuse? A reply to Loftus, Garry, and Feldman (1994). *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62*(6), 1182-1186. doi: 10.1037/0022-006X.62.6.1182.

Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., & Padilha, M. G. S. (2012). Guia de entrevista forense NICHHD. Versão Português – Brasil. Recuperado de <http://nichdprotocol.com/the-nichd-protocol/>.

Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: O protocolo NICHHD. *Temas em Psicologia, 22*(2), 1-18. doi: 10.9788/TP2014.2-12.

Williams, L. C. A., & Habigzang, L. F. (2014). Uma breve introdução: Tecnologia social da ciência psicológica para o enfrentamento da violência da criança e

do adolescente. Em: L.C.A. Williams & L. F. Habigzang. *Crianças e adolescentes vítimas de violência: Prevenção, avaliação e intervenção*. (pp. 9-12). Curitiba: Juruá.

Williams, L. C. A., (2014). Virginia Woolf's history of sexual victimization: A case study in light of current research. *Psychology*, 5(10), 1151-1164. doi: 10.4236/psych.2014.510128.

Whitcomb, D., Goodman, G. S., Runyan, D., & Hoak, S. (1994). The emotional effects of testifying on sexually abused children. National Institute of Justice Research Brief. *Monographs of the Society for Research in Child Development* 57(5), 1-142. doi 10.2307/1166127.

Wood, J. M., McClure, K. A., & Birch, R. A. (1996). Suggestions for improving interviews in child protection agencies. *Child Maltreatment*, 1(3), 223-230. doi: 10.1177/1077559596001003005.

Wood, J. M., & Garven, S. (2000). How sexual abuse interviews go astray: Implications for prosecutors, police and child protection services. *Child Maltreatment*, 52(2), 109-129. doi: 10.1177/1077559500005002003.

World Health Organization. (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: WHO.

Yi, M; Jo, E., & Lamb, M. E. (2015). Effects of the NICHD protocol training on child investigative interview quality in korean police officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 31(2). doi:10.1007/s11896-015-9170-9.

Yi, M., Lamb, M. E., & Jo, E. (2015). The quality of Korean police officers' Investigative interviews with alleged sexual abuse victims as revealed by self-report and observation. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 30(4), 274-281. doi: 10.1007/s11896-014-9157-y.

ANEXO I

Guia de Entrevista Forense NICHD^{2 3}Versão Português – Brasil⁴

I. Introdução

1. **“Olá, meu nome é _____ e sou _____ (identificar profissão). (Apresentar todas as outras pessoas presentes na sala; idealmente mais ninguém estará presente).**

Hoje é _____ (data) e agora são _____ (horas). Estou entrevistando _____ (nome do entrevistado/a) no/a _____ (local).”

“Como você pode ver, temos aqui uma câmera de vídeo e um microfone para gravar a nossa conversa. Assim, é mais fácil me lembrar de tudo o que você vai me contar. Às vezes, esqueço de algumas coisas e a gravação me ajuda a ouvir com toda a atenção sem ter que escrever tudo o que você disser”.

“Parte do meu trabalho envolve falar com crianças (jovens) sobre as coisas que aconteceram com elas. Eu me encontro com muitas crianças (jovens) e assim elas podem me contar a verdade sobre coisas que lhes aconteceram. Por isso, antes de começarmos, quero ter certeza de que você compreendeu que é muito importante contar a verdade” (com crianças pequenas explicar: “Aquilo que é verdade e aquilo que é mentira”).

“Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”

(Esperar pela resposta, e depois dizer:)

2. “Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?”

(Esperar pela resposta).

3. “Isso é verdade porque você pode ver que estou de fato sentado(a)”.

“Já vi que você compreende o que significa contar a verdade. É muito importante que hoje você me diga só a verdade. Você deve me falar só das coisas que realmente aconteceram com você”.

(Pausa)

² NICHD – National Institute of Child Health and Human Development

³ Versão traduzida do original em inglês: Lamb, M.E.; Hershkowitz, I.; Orbach, Y. & Esplin, P.W. (2008). Appendix 1 – Investigative interview protocol. In Lamb, M.E.; Hershkowitz, I.; Orbach, Y. & Esplin, P.W., *Tell me what happened – Structured investigative interviews of child victims and witnesses* (pp. 283-299) England:Wiley-Blackwell

⁴ Tradução de Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, Chayene Hackbarth, Carlos Aznar Blefari e Maria da Graça Saldanha Padilha com base na versão original em inglês e na versão para Portugal de Carlos Eduardo Peixoto, Isabel Alberto e Catarina Ribeiro, em 2010 (instrumento não publicado).

4. “Se eu fizer uma pergunta que você não entendeu, diga “eu não entendi”. Está bem?”

(Pausa)

“Se eu não entender o que você está me contando, vou pedir para você me explicar melhor”.

(Pausa)

5. “Se eu fizer uma pergunta e você não souber a resposta diga apenas “eu não sei”.

“Então se eu perguntar qual o nome do meu cachorro? (Ou o nome do meu filho), o que você vai responder?”

(Esperar pela resposta).

(Se a criança responder, “Não sei”, dizer:)

6. “Certo. Você não sabe mesmo”.

(se a criança tentar ADIVINHAR, dizer:)

“Não, você não sabe a resposta porque você não me conhece. Quando não sabe a resposta, não precisa responder – pode dizer que não sabe”.

(Pausa)

7. “E se eu disser coisas erradas, você deve me avisar. Está bem?”

(Espere por uma resposta).

8. “Então se eu disser que você é uma menina de dois anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.), o que é que você deve dizer?”

(Se a criança não o corrigir, dizer:)

“O que você deve dizer se eu errar e disser que você é uma menina de 2 anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.)?”

(Espere por uma resposta).

9. “Correto. Agora você já sabe o que fazer quando eu errar ou disser alguma coisa que não está certa”.

(Pausa)

10. “Então se eu disser que você está de pé, o que você diz?”

(Espere por uma resposta)

“Correto”

II. Estabelecimento de Rapport:

“Agora quero te conhecer melhor”.

1. “Me conta coisas que você gosta de fazer”.

(Espere que a criança responda).

(Se a criança der uma resposta detalhada, passe para a questão 3).

(Se a criança não responder, se der uma resposta curta, ou ficar empacada, pode perguntar:)

2. “Eu queria mesmo te conhecer melhor. Preciso que você me conte coisas que gosta de fazer”.

(Espere por uma resposta).

3. “Me conta mais sobre (atividade que a criança mencionou no seu relato. Evitar abordar temáticas como programas de televisão, filmes e fantasia)”.

(Espere por uma resposta).

III. Treino da Memória Episódica

Evento Especial

(Nota: Esta seção é alterada dependendo do incidente abusivo).

(Antes da entrevista, identifique um acontecimento recente que a criança tenha vivido - primeiro dia na escola, festa de aniversário, celebração de um feriado, etc, e em seguida faça perguntas. Se possível, escolha um acontecimento que tenha ocorrido na mesma época que o suposto ou alegado abuso. Se o abuso aconteceu durante um dia ou evento particular, pergunte sobre outro acontecimento).

“Eu quero saber mais sobre você e sobre as coisas que você faz”.

1. “Há uns (dias/semanas) foi (Férias/festa de aniversário/o primeiro dia na escola/outro evento). Me conta tudo o que aconteceu (no teu aniversário, Páscoa, etc.)” (Espere por uma resposta).

1a. “Pensa bem sobre (atividade ou evento) e me conta tudo o que aconteceu nesse dia, desde que você se levantou de manhã até (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1b. “E então o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama naquela noite”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

(Se a criança fizer uma descrição pobre do acontecimento, continue com as questões 2 - 2e).

(Nota: se a criança fizer uma descrição detalhada do acontecimento, diga:)

“É muito importante que você me conte tudo o que lembrar sobre as coisas que aconteceram com você. Você pode me contar coisas boas e coisas ruins”.

Ontem

2. “Eu quero ficar sabendo das coisas que acontecem com você. Me conta tudo o que aconteceu ontem, desde a hora que você acordou até ir para a cama”.

(Espere por uma resposta).

2a. “Eu não gostaria que você deixasse alguma coisa de fora. Me conta tudo o que aconteceu desde que você acordou até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

2b. “E daí o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama”.

(Espere por uma resposta)

2d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo desta seção).

Hoje

SE A CRIANÇA NÃO FORNECER UMA DESCRIÇÃO DETALHADA SOBRE ONTEM, REPITA AS QUESTÕES 2 A 2e SOBRE HOJE, USANDO “A HORA QUE VOCÊ CHEGOU AQUI” COMO EVENTO FINAL.

“É mesmo muito importante que você me conte tudo o que aconteceu realmente com você”.

Parte Substantiva da Entrevista

IV. Transição para as questões substantivas:

“Agora que conheço você um pouco mais, queria falar sobre porque você veio aqui hoje”.

(Se a criança começa a falar, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação - Exemplo: “o David mexeu no meu pipi” ou “o papai me bateu”) - prossiga para a questão 10.

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação, prossiga para a questão 1).

1. “Eu entendo que pode ter acontecido alguma coisa com você. Me conta tudo o que aconteceu desde o início até ao fim”.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação, prossiga para a questão 2).

2. “Como eu já te contei, o meu trabalho consiste em falar às crianças sobre as coisas que podem ter acontecido com elas. É muito importante que você me conte por que (você está aqui/veio aqui/eu estou aqui). Me conta por que você acha que (a sua mãe, o seu pai, a sua avó) te trouxe aqui hoje (ou “porque você acha que eu estou conversando com você hoje)”.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer qualquer alegação e o entrevistador não sabe se existiu algum contato prévio com outras instituições, prossiga para as questões 4 e 5).

(Se a criança não fizer qualquer alegação e o entrevistador sabe que existiu algum contato prévio com a rede de proteção, prossiga para a questão 3).

3. “Ouvi falar que você conversou com (Médico/Professor/Assistente Social/outro profissional) no (data e local). Me conta sobre o que falaram.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação e não existam marcas físicas visíveis, prossiga para a questão 5).

(Quando as marcas físicas forem visíveis, o entrevistador viu fotografias delas ou lhe contaram sobre elas, ou ainda quando a entrevista ocorreu em um hospital ou logo a seguir ao exame médico, diga:)

4. “Posso ver (eu ouvi) que você tem (marcas/feridas/hematoma) no/na (localização no corpo da criança). Me conta tudo sobre isso.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 5).

5. “Alguém anda te incomodando?”

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar e não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 6).

6. “Aconteceu alguma coisa com você no/em (local/data do alegado incidente)?”

(Nota: não mencione o nome do alegado suspeito ou qualquer pormenor da alegação).

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 7).

7. “Alguém fez alguma coisa com você que você achou que não era certo?”

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 8).

PAUSA – Você está preparado para continuar? Será melhor fazer um intervalo antes de continuar?

SE DECIDIR CONTINUAR, VOCÊ DEVERÁ FORMULAR VERSÕES ESPECÍFICAS DAS QUESTÕES 8 E 9 COM OS FATOS DISPONÍVEIS ANTES DA ENTREVISTA. ASSEGURE-SE QUE AS QUESTÕES SUGIRAM O MENOR NÚMERO DE DETALHES POSSÍVEL. SE VOCÊ AINDA NÃO FORMULOU TAIS QUESTÕES, FAÇA UM INTERVALO E FORMULE-AS CUIDADOSAMENTE ANTES DE PROSEGUIR.

8. “Alguém (fazer breve sumário das alegações ou suspeita sem adiantar nomes para o alegado ofensor ou providenciar pormenores demasiados)” (Por exemplo: “Alguém te bateu?” ou “alguém mexeu no seu pipi? “ou outras partes privadas do seu corpo?”)

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, continue com a questão 9).

9.O/A teu/tua professor/a (médico(a)/psicólogo(a)/vizinho(a)) me contou/ me mostrou (“que você mexeu no pipi de outras crianças/ ”um desenho que você fez”) e eu queria saber se alguma coisa aconteceu com você. Alguém (fazer breve sumário das alegações ou suspeitas sem adiantar nomes do suposto ofensor ou sem dar muitos detalhes)”. Por exemplo: (“Alguém na tua família te bateu?” ou “alguém mexeu no teu pipi? “ou outras partes privadas do seu corpo?”).

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, continue com a seção XI).

V. Investigação do(s) incidente(s)

Questões Abertas

10. (SE A CRIANÇA TIVER MENOS DE 6 ANOS DE IDADE, REPITA A ALEGAÇÃO USANDO AS PRÓPRIAS PALAVRAS DA CRIANÇA SEM DAR DETALHES OU NOMES QUE A CRIANÇA NÃO TENHA MENCIONADO).

(Então diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(se a criança tiver mais de 6 anos de idade diga simplesmente:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

10a. “E depois o que é que aconteceu?” ou “Me conta mais sobre isso”.

(Espere pela resposta).

(Use esta questão quantas vezes forem necessárias até obter uma descrição completa do suposto incidente).

(NOTA: SE A DESCRIÇÃO DA CRIANÇA FOR GENÉRICA, IR PARA A QUESTÃO 12 (DIFERENCIAÇÃO DOS INCIDENTES). SE A CRIANÇA DESCREVER UM INCIDENTE ESPECÍFICO, PROSSIGA PARA A QUESTÃO 10b).

10b. “Lembra daquele (a) (dia/noite) e me conta tudo o que aconteceu desde (acontecimento precedente já mencionado pela criança) até (alegado evento abusivo conforme descrito pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes precisar para assegurar que todos os detalhes do incidente foram descritos).

10c. “Me conta mais sobre (pessoa/objeto/atividade mencionados pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes precisar ao longo da seção).

10d. “Você me contou que (pessoa/objeto/atividade mencionada pela criança), me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes precisar durante a seção).

[Se você ficar confuso sobre determinados detalhes (por exemplo, sobre a sequência dos incidentes), pode ser útil dizer:]

“Você já me contou muita coisa, e isso foi muito útil, mas estou um pouco confuso(a). Para ter certeza de que entendi, comece desde o começo e me conte (como é que tudo começou/ o que aconteceu exatamente/ como é que tudo acabou/ etc.)”.

Questões específicas relacionadas com a informação relatada pela criança:

(Se ainda faltam alguns pormenores centrais da alegação ou se esses são pouco claros após a utilização exaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. É importante salientar a importância de realizar questões abertas com questões diretas, sempre que apropriado).

(Nota: primeiro foque a atenção da criança no detalhe mencionado, e depois faça a pergunta direta).

Formato geral das questões diretas:

11. Você contou (pessoa/objeto/atividade), (completar a questão direta).

Exemplos:

1. “Você contou que estava fazendo compras. Onde você estava exatamente?” (pausa para a resposta). **“Me conta mais sobre essa loja”.**

2. “Há pouco você me disse que a tua mãe ‘te bateu com essa coisa comprida’. Me conta mais sobre aquela coisa.”.

3. “Você falou de um(a) vizinho(a). Você sabe o nome dele(a)?” (pausa para a resposta) **“Me fala sobre esse teu vizinho”** (Não pedir uma descrição).

4. “Você disse que um dos teus colegas viu isso. Como ele/ela se chama?” (pausa para a resposta) **“Me conta o que ele estava fazendo lá”.**

Separação de Incidentes

12. “Isso aconteceu uma vez ou mais do que uma vez?”

(Se o incidente aconteceu uma vez, prossiga para o Intervalo). (Na página 11).

(Se o incidente aconteceu mais do que uma vez prossiga para a questão 13. LEMBRE-SE DE EXPLORAR OS INCIDENTES INDIVIDUAIS DESCRITOS EM DETALHES CONFORME ESTÁ DESCRITO A SEGUIR).

Explorando Incidentes Específicos quando há múltiplos incidentes

Questões Abertas

13. “Me conta tudo sobre a última vez (a primeira vez/no momento em que no (localização)/a hora que (alguma atividade específica/outra vez que você se lembre bem) em que aconteceu alguma coisa.”

(Espere por uma resposta).

13a. “E daí o que aconteceu?” ou “Me conta mais sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes precisar durante a seção).

13b. “Lembre-se daquele (dia/noite) e me conta tudo o que aconteceu, desde (incidentes prévios mencionados pela criança) até (suposto incidente abusivo conforme descrito pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize variantes dessa questão quantas vezes precisar até que todas os detalhes do incidente sejam descritos pela criança).

13c. “Me conta mais sobre (Pessoa/objeto/ atividade referida pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes precisar durante a seção).

13d. Você disse que (pessoa/objeto/ atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes precisar na seção).

Questões específicas relacionadas com as informações dadas pela criança

(Se ainda faltaram alguns pormenores centrais da alegação ou se esses são pouco claros após a utilização exaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. É importante salientar que deve utilizar questões abertas emparelhadas com questões diretas à elaboração, sempre que apropriado).

(Nota: Primeiro focalize a atenção da criança no detalhe mencionado, e só depois faça questão direta).

Formato geral das questões diretas

14. “Você contou que (pessoa/ objeto/ atividade mencionada pela criança), (Como/ Quando/ Onde/ Quem/ Qual/ O quê) (completar a questão direta)”.

Exemplos:

1. Você contou que estava vendo televisão. Onde é que você estava exatamente?

(Espere por uma resposta).

“Me conta tudo sobre isso”.

2. “Há pouco você contou que seu pai “te deu uma surra”. Me conta exatamente o que ele te fez”.

3. “Você contou que um(a) amigo(a) estava presente. Como é que ele/ela se chama?

(Espere por uma resposta).

“Me conta o que ele/ela estava fazendo”.

4. “Há pouco você me contou que o teu tio te “meteu o dedo” (te deu um beijo na boca/ fez sexo com você/ etc.). Me conta exatamente o que ele te fez.”

REPITA TODA A SEÇÃO PARA TANTOS INCIDENTES MENCIONADOS PELA CRIANÇA QUE VOCÊ QUEIRA DESCREVER. A NÃO SER QUE A CRIANÇA TENHA ESPECIFICADO APENAS DOIS INCIDENTES, PERGUNTE SOBRE “O ÚLTIMO” E DEPOIS “O PRIMEIRO”, E DEPOIS “OUTRA VEZ QUE VOCÊ SE LEMBRE BEM”.

VI. Intervalo

(Diga à criança:)

“Agora quero ter a certeza que eu entendi tudo e ver se há mais alguma coisa que eu preciso te perguntar”. Eu vou só (pensar sobre o que você me disse/ rever as minhas anotações/ conferir com NOME).

(Durante o Intervalo, reveja as informações que você recolheu, compare com as exigências de sua instituição forense, veja se faltam algumas informações e planeje o resto da entrevista. CERTIFIQUE-SE DE FORMULAR AS QUESTÕES ESPECÍFICAS POR ESCRITO).

Depois do Intervalo

(De forma a obter mais informações importantes que ainda não foram descritas pela criança, faça questões adicionais diretas e abertas, conforme foi descrito anteriormente). Retome as questões abertas (“Me conta mais sobre isso”) depois de fazer uma questão direta. Depois de finalizar estas questões, proceda para a seção VII.

VII. Obtendo informações que ainda não foram mencionadas pelas crianças

(Você deve fazer essas questões apenas se já tentou utilizar outras estratégias e ainda sente que faltam informações de relevância forense. É muito importante emparelhar questões abertas (“Me conta tudo sobre isso”) sempre que possível).

(Nota: No caso de múltiplos incidentes, você deve direcionar a criança para os incidentes relevantes utilizando as próprias palavras da criança, fazendo questões específicas apenas depois de dar oportunidade à criança de elaborar sobre os detalhes centrais do incidente).

(ANTES DE PROSSEGUIR PARA O PRÓXIMO INCIDENTE, CERTIFIQUE-SE DE QUE VOCÊ OBTEVE TODOS OS DETALHES QUE FALTAVAM SOBRE CADA INCIDENTE ESPECÍFICO).

Formato geral das questões específicas baseadas em informação que ainda NÃO foram mencionadas pela criança

“Quando você me contou sobre (incidente específico identificado no tempo ou espaço) você disse que (Pessoa/Objeto/Ação). (Fez/era questão específica)?”

(Espere por uma resposta).

(Quando apropriado, continue com uma questão aberta; diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

Exemplos:

1. “Quando você me contou sobre aquela vez na garagem, você disse que ele tirou a calça dele. Aconteceu alguma coisa com as suas roupas?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

2. “Quando você me contou sobre a última vez, contou que ele te tocou. Ele te tocou por cima da tua roupa?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

3. “Ele te tocou por baixo da tua roupa?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

4. “Você me contou que alguma coisa aconteceu no parquinho. Alguém viu o que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

5. “Você sabe se aconteceu alguma coisa parecida com outras crianças?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:) “Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

VIII. Se a criança não mencionar as informações esperadas

Utilize apenas as dicas que forem relevantes.

Se tiver conhecimento de conversas em que a informação foi mencionada diga:

1. “Me contaram que você falou com (...) no (data/local). Me conta sobre o que falaram”.

(Se a criança não fornecer mais informações, faça a questão 2; Se a criança fornecer mais informações, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se tem conhecimento de anteriores revelações e a informação ainda não lhe foi revelada diga:

2. Me contaram (ele/ ela me disse) que você disse (resuma a alegação específica, porém se possível, sem mencionar detalhes incriminatórios).

“Me conta tudo sobre isso.”

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

3. Se alguma coisa foi observada, diga:

a. **“Me contaram que alguém viu (...). Me conta tudo sobre isso”**.

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se a criança negar, vá para a 3b.

b. **Aconteceu alguma coisa com você em/no** (tempo/espaço)? **Me conta tudo sobre isso.”**

(Prossiga com outros estímulos abertos, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se a criança apresentar/apresentou lesões ou marcas físicas, diga:

4. **“Vejo** (me disseram) **que você tem** (marcas/se machucou/tem um dodói) no (...).

Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como? **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

5. **“Alguém te...”** (faça um resumo sem mencionar o nome do ofensor, a não ser que a criança já o (a) tenha nomeado ou fornecido mais detalhes incriminatórios).

Se a criança negar prossiga para a próxima seção.

Se a criança responder afirmativamente diga:

“Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

IX. Informações sobre a revelação

“Você disse porque veio falar comigo hoje. Me contou muita coisa e isso me ajudou a entender o que aconteceu”.

(Se a criança mencionou ter contado a outra pessoa sobre o(s) incidente(s), prossiga para a questão 6. Se a criança não mencionou ter contado a outra pessoa, averigue a possibilidade de revelação imediata dizendo:)

1. **“Me conta o que é que aconteceu depois** (do último incidente)”

(Espere por uma resposta).

2. “E daí o que aconteceu?”

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes precisar na seção).

(Se a criança fizer uma revelação, prossiga para a questão 6. Se não fizer, faça as questões seguintes).

3. “Alguém mais sabe o que aconteceu?”

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

(Se a criança confirmar, mas não a identificar o nome, pergunte:)

“Quem?”

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

4. “Agora quero saber como é que as outras pessoas descobriram o que aconteceu (último incidente)”.

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

(Se faltar informação, faça as seguintes questões).

5. “Quem foi a primeira pessoa, além de você e do (suposto ofensor) a descobrir que (suposto abuso descrito pela criança)?”

(Espere por uma resposta).

6. “Me conta tudo o que conseguir sobre como (“a primeira pessoa mencionada pela criança”) descobriu”.

(Espere por uma resposta).

(Depois diga:)

“Me conta mais sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

“Me conta tudo o que vocês falaram”.

(Espere por uma resposta).

7. “Alguém mais sabe sobre (suposto abuso descrito pela criança)?”

(Espere por uma resposta).

(Depois diga:) “Me conta mais sobre isso”.

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

“Me conta tudo sobre o que falaram”

(Espere por uma resposta).

(Se a criança não disser que contou a alguém, pergunte:)

REPITA TODA A SEÇÃO SE NECESSÁRIO PARA CADA INCIDENTE DESCRITO PELA CRIANÇA

X. Encerramento

(Diga:)

“Hoje você me contou muitas coisas e eu quero te agradecer por ter me ajudado”.

1. “Há mais alguma coisa que você acha que eu deveria saber?”

(Espere por uma resposta).

2. “Há alguma coisa que você quer me contar?”

(Espere por uma resposta).

3. “Há alguma pergunta que você queira fazer?”

(Espere por uma resposta).

4. “Se quiser falar comigo outra vez, pode me ligar para este número de telefone (forneça à criança um cartão com o seu nome e o número de telefone)”.

XI. Tópico Neutro

“O que você vai fazer hoje depois de sair daqui?”

(Converse com a criança durante alguns minutos sobre um tópico neutro).

“São (especifique as horas) e esta entrevista acabou”.

ANEXO II

Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHHD em contexto análogo ao forense

Pesquisador: Chayene Hackbarth

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 62673216.1.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.184.785

Apresentação do Projeto:

Estudo Experimental - Intervenção. O abuso sexual infantil é um problema de saúde pública que apresenta desafios para o Judiciário dada a dificuldade de se apresentar provas para comprovação dessa violência. O presente estudo faz parte de outras investigações brasileiras testando a aplicabilidade do Protocolo NICHHD do National Institute of Child Health and Human Development para a investigação de casos com suspeita de abuso sexual infantil em nossa realidade. Trata-se de um estudo análogo ao forense e inédito no Brasil no qual será feita uma replicação de um estudo internacional para a avaliação da qualidade das entrevistas realizadas com o referido Protocolo por entrevistadores capacitados pela autora, verificando se o uso do Protocolo em contexto análogo ao forense possibilitará uma melhora na qualidade das entrevistas. Para tal, serão entrevistadas 130 crianças em cinco escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso a respeito de um evento encenado pelos pesquisadores. A vantagem do estudo análogo é que ele permite maior número de participantes e dificulta a interferência de variáveis concernentes à revitimização e contaminação dos relatos da criança, bem como a interferência dos operadores de direito no uso de perguntas fechadas e sugestivas que podem ocorrer durante o Depoimento Especial. Na análise dos dados, serão codificadas as informações quantitativas e qualitativas concernentes ao tipo de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP **Município:** SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.184.785

perguntas utilizadas, a extensão dos relatos da criança, bem como o número de detalhes relevantes gerados a partir das questões apresentadas. A fim de analisar a proporção de informação precisa relatada pela criança as informações serão tabuladas e codificadas para posterior comparação com testes estatísticos como ANOVA.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário: replicar o estudo realizado por Brown et al., (2013), sanando as limitações apontadas. Em outras palavras pretende-se avaliar a qualidade de entrevistas realizadas com o Protocolo NICHHD por entrevistadores capacitados em contexto análogo ao forense, ou seja, no contexto escolar, os quais serão supervisionados a fim de garantir que o Protocolo de entrevista seja seguido e para que as informações apresentadas nas respostas das crianças para as diferentes modalidades de perguntas concernentes ao Protocolo sejam precisas.

Objetivo secundário: analisar se a condição preparatória para a entrevista afeta o relato posterior desta sobre os eventos; se a criança relatará a ocorrência de falsos eventos quando usadas as questões sugestivas e investigar a eficácia do uso das perguntas de múltipla escolha na fase substantiva do Protocolo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram ponderados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com relevância científica e social, sendo estudo Experimental - Intervenção, com a participação de 130 crianças selecionadas em sala de aula para participarem de um evento alvo e um fictício, em que serão entrevistadas com a utilização do Protocolo investigativo NICHHD (National Institute of Child Health and Human Development) a respeito dos mesmos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

-Folha de rosto enviada e assinada, tendo 130 participantes na pesquisa;

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235**Bairro:** JARDIM GUANABARA**CEP:** 13.565-905**UF:** SP**Município:** SAO CARLOS**Telefone:** (16)3351-9683**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.184.785

- Enviado os cinco termos de autorização das instituições onde ocorrerá o recrutamento dos participantes e realização da pesquisa;
- TCLE do responsável legal pelo participante foi revisto e está adequado;
- Enviado o termo de autorização da escola para a realização de Gravação e uso de áudio e imagem dos participantes;
- TALE adequado;
- Cronograma de realização da pesquisa foi revisto e está adequado.

Recomendações:

Nenhum recomendação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto respeitando os critérios da Resolução 466/2012.

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_799526.pdf	28/06/2017 13:08:00		Aceito
Outros	TERMO_ESCOLA.pdf	28/06/2017 13:05:10	Chayene Hackbarth	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/06/2017 12:57:07	Chayene Hackbarth	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	28/06/2017 12:56:05	Chayene Hackbarth	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	30/05/2017 11:34:16	Chayene Hackbarth	Aceito
Outros	Justificativas.pdf	04/04/2017 11:21:05	Chayene Hackbarth	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado.pdf	04/04/2017 11:16:37	Chayene Hackbarth	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Seduc.pdf	04/04/2017 11:14:21	Chayene Hackbarth	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP **Município:** SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.184.785

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Marechal_Rondon.pdf	04/04/2017 11:13:52	Chayene Hackbarth	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anchieta.pdf	04/04/2017 11:12:41	Chayene Hackbarth	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Ana_Neri.pdf	04/04/2017 11:11:49	Chayene Hackbarth	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	21_abril.pdf	04/04/2017 11:09:30	Chayene Hackbarth	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	9_maio.pdf	04/04/2017 11:01:08	Chayene Hackbarth	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	22/11/2016 16:13:18	Chayene Hackbarth	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 24 de Julho de 2017

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

ANEXO III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LAPREV



Laboratório de Análise e Prevenção da Violência

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Psicologia

Caixa Postal 676 - 13.565-90 - São Carlos - SP

Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357

www.ufscar.br/laprev

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Seu filho(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada *Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense*. Tal Protocolo é o instrumento forense mais utilizado no mundo e tem o nome de NICHD porque foi desenvolvido pelo *National Institute of Child Health and Human Development* (Instituto Nacional da Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano), nos Estados Unidos. Trata-se de um roteiro de entrevista para crianças, composto por perguntas abertas para garantir que os relatos trazidos pelas mesmas não sejam ocasionados por perguntas sugestivas. As entrevistas são gravadas em áudio para posterior análise e transcrição das falas, garantindo assim a sua precisão. O Protocolo NICHD foi elaborado com base no conhecimento das pesquisas de Psicologia sobre o desenvolvimento infantil, de acordo com características individuais da criança, levando em conta a idade, etapa de desenvolvimento, linguagem, memória, pressão ambiental e o impacto emocional que uma entrevista difícil pode causar na criança. Esse protocolo foi desenvolvido para entrevistar crianças em casos de suspeita de abuso sexual. Contudo, **não** será esse o objetivo da entrevista no presente estudo, ou seja, **não serão feitas** quaisquer questões sobre possibilidade ou não de abuso sexual. Ao invés disso, utilizaremos o Protocolo NICHD para perguntar à criança sobre uma atividade que será encenada na classe e queremos observar como ela irá relatar a encenação.

Assim, esta pesquisa tem como **objetivo** fazer uma replicação de uma pesquisa realizada na Inglaterra⁵ para a avaliação da qualidade das entrevistas realizadas com o Protocolo NICHD por entrevistadores capacitados a realizar entrevistas investigativas em contexto similar ao forense e clínico, ou seja, na escola, avaliando a precisão das informações apresentadas nas respostas das crianças após o uso do Protocolo. Adicionalmente, pretendemos avaliar se a condição preparatória para a entrevista afeta o relato posterior da criança sobre os eventos; se a criança relatará a ocorrência de falsos eventos quando usadas as questões sugestivas e investigar a eficácia do uso das perguntas de múltipla escolha com o Protocolo. Estudos com o Protocolo são úteis para auxiliar psicólogos a estudarem os tipos de entrevistas que são melhores para entrevistar crianças no Fórum Judicial.

⁵ Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M. E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013). The NICHD Investigative Interview Protocol: An Analogue Study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 19(4), 367–382. doi: 10.1037/a0035143.

As crianças cujos pais ou mães autorizarem a participação do filho serão convidadas na sala de aula a participar de uma atividade de 15 minutos de duração que ocorrerá em outra sala da escola, mas com a supervisão do professor responsável ou outros educadores da escola, na qual um pesquisador representará o papel de um fotógrafo e convidará as crianças para ver um livro sobre piratas, colocando fantasias de piratas por cima da roupa ou do uniforme da escola das crianças. Posteriormente, o mesmo pesquisador irá tirar fotos das crianças vestidas de pirata. Essas fotos não serão divulgadas para não identificar os participantes e podem ser entregues aos responsáveis caso tenham interesse, sendo descartadas após a coleta de dados para manter a privacidade dos mesmos. Em seguida o mesmo pesquisador irá encenar uma pequena discussão com um segundo pesquisador, afirmando que está procurando a máquina fotográfica. O conflito será resolvido emprestando uma máquina reserva para o pesquisador que precisava da outra máquina. Finalmente, as crianças irão retirar a roupa de pirata e utilizarão a câmera para tirar uma fotografia do pesquisador que fez o papel de fotógrafo, voltando para a sala de aula. Após cerca de um mês, as crianças serão entrevistadas individualmente em sessões de 20 minutos aproximadamente, que serão realizadas pelos alunos de Graduação em Psicologia a respeito do evento vivenciado com o Protocolo NICHHD. Nessas entrevistas elas serão solicitadas a descrever o que aconteceu na sala e analisaremos o quanto elas se recordarão do evento e se o relato da criança foi fiel ao que aconteceu. Se der autorização para a gravação e uso de áudio e imagem do seu filho ou filha no estudo, solicitamos que não conte para a criança sobre a encenação a ser feita, pois de propósito queremos que a informação seja nova no dia do evento a ser encenado na escola. Como benefício de participar da pesquisa, as crianças terão a oportunidade de participar de uma atividade lúdica, em uma brincadeira que envolve um teatro, se engajando no faz de conta e se divertindo. Além disso, terão a oportunidade de lidar com pesquisadores, que além de psicólogos ou estudantes de Psicologia, tem treino clínico empático com alta probabilidade de engajamento e interação positiva, possibilitando como benefício indireto o aprendizado das habilidades necessárias para realizar o relato narrativo, que pode ser útil em diversas situações do dia-a-dia da criança.

A criança só irá participar da pesquisa se quiser, mesmo que o pai ou mãe tenha dado o consentimento para a gravação e uso de áudio e imagem. Desta forma, os possíveis riscos envolvem desconforto, cansaço ou frustração ao realizar as atividades e responder as perguntas e sofrer algum tipo de acidente físico em função das instalações da escola e das brincadeiras em grupo. Para evitar ou reduzir os riscos, a pesquisadora estará sempre presente e está apta a perceber sinais de desconforto, cansaço e frustração. Não haverá qualquer tipo de consequência negativa para crianças que não quiserem participar da pesquisa ou que desistirem da mesma a qualquer momento da atividade ou para as crianças cujos pais não derem essa autorização, ou mesmo para aquelas crianças que não se interessarem em participar, ainda que os pais assim tenham autorizado. Cabe ressaltar que os responsáveis pela criança têm plena liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento da participação de seu filho na pesquisa em qualquer fase da mesma.

Os participantes não terão custos ou compensação financeira pela participação na pesquisa. Todos os dados coletados serão confidenciais de forma a assegurar a privacidade da criança e de sua família. Os resultados divulgados em congressos ou revistas científicas serão apresentados de forma a não identificar seu filho ou filha e a escola em que foi realizado o estudo, ou a sua família.

Ao assinar esse Termo você ficará com uma via assinada e rubricada pelos pesquisadores e responsáveis legais pelo participante com o telefone e endereço do Laprev (Laboratório responsável pela pesquisa), podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Coordenadora – LAPREV/Professora Titular

Pesquisadora/Psicóloga– Doutoranda/ Laprev

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos, SP, Brasil. Fone (16) 3351-8110.

Juína, ___ de _____ de ____.

Participante da pesquisa

ANEXO IV**Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE****LAPREV**

Laboratório de Análise e Prevenção da Violência

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Psicologia

Caixa Postal 676 - 13.565-90 - São Carlos - SP

Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357

www.ufscar.br/laprev

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense*, realizada por Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Chayene Hackbarth, com quem você pode falar no telefone (66) 996960302. Seus pais permitiram que você participe da pesquisa.

Queremos saber como você se sairá na entrevista que será realizada com um roteiro de perguntas sobre uma atividade que faremos juntos aqui na escola. Você só precisa participar da pesquisa se quiser. É um direito seu recusar sua participação e não terá problema se desistir da pesquisa em qualquer momento, ou seja, nada de negativo acontecerá se você recusar ou desistir de participar.

A pesquisa será feita em uma sala aqui na escola na presença do professor da sua classe ou de outros professores. A atividade terá duração de 15 minutos, na qual um pesquisador vai representar o papel de um fotógrafo e convidará você para ver um livro sobre piratas, colocando fantasia de pirata por cima da sua roupa ou do seu uniforme escolar. Essa fantasia terá botas, camisa, colete, brinco, tapa-olho, chapéu, gravata, cinto e espada e depois, o mesmo pesquisador irá tirar fotos suas vestido(a) de pirata.

O pesquisador estará vestido de peão de boiadeiro, com camisa jeans, colete, chapéu, cinto, botas e laço para laçar boi e nesse momento duas fotos suas também serão tiradas na companhia dele. Depois de passadas quatro a seis semanas, nós voltaremos aqui para fazer uma entrevista de 20 minutos com você e para isso, será usado o roteiro de entrevista. A sessão de fotos e a entrevista são atividades seguras, mas apesar de nosso esforço para você gostar da atividade, há sempre a possibilidade de você sentir desconforto em algum momento da pesquisa. Caso isso aconteça, você poderá contar para o pesquisador que o ajudará e se você quiser ou se achar necessário vai parar a pesquisa. Lembre-se que você também poderá pedir para os seus pais nos telefonar a qualquer momento usando o número indicado no começo do texto. Ninguém, além de nós ou dos seus pais, verá suas fotos e nem saberá que você participou dessa pesquisa. Não contaremos o seu nome a outras pessoas, ou daremos suas fotos e as informações que você nos der a estranhos. As fotos serão descartadas no final da pesquisa. Os resultados vão ser apresentados em congressos ou em revistas científicas, mas quando isso acontecer não mostraremos a sua foto ou identificaremos o seu nome, e a sua escola ou a sua família.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa *Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHHD em contexto análogo ao forense*.

Entendi o desconforto (coisas ruins) e benefícios (coisas boas) que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma via deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Juína, ____ de _____ de _____.

Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Coordenadora – LAPREV/Professora Titular

Ma. Chayene Hackbarth

Pesquisadora/Psicóloga– Doutoranda/ Laprev

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos, SP, Brasil. Fone (16) 3351-8110.

Assinatura da criança

ANEXO V

Carta de Autorização para fotos e filmagens



LAPREV

Laboratório de Análise e Prevenção da Violência

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Psicologia

Caixa Postal 676 - 13.565-90 - São Carlos - SP

Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357

www.ufscar.br/laprev


AUTORIZAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, responsável pela Escola Estadual _____, autorizo a realização do estudo *Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense*, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Juína, 31 de março de 2017.

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Ms. Chayene Hackbarth

ANEXO VI

Carta de Autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

SEDUC
SECRETARIA DE
ESTADO DE EDUCAÇÃO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Assessoria pedagógica de Juína
+55 (66) 3566-4506 | (66) 3566-1106
Rua Vanor Lauro de Melo, 39
CEP: 78.320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
jna.ass.pedagogica@seduc.mt.gov.br

MATO GROSSO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.SEDUC.MT.GOV.BR

Ofício nº 03/2017 APJ

24 de Fevereiro de 2017.

Da: Assessoria Pedagógica de Juína

Para Sra.: Chayene Hackbarth

MD: Pesquisadora/Psicóloga – Doutoranda / LAPREV

Ao tempo em que a cumprimentamos, utilizamos deste para, em resposta ao vosso requerimento protocolado nesta assessoria, informar que o pleiteado é possível de ser atendido, não tendo qualquer restrição por parte deste órgão. No entanto, precisamos esclarecer que nossas unidades escolares gozam de total autonomia para dirimir sobre estes casos. Porém, caso a unidade escolar venha ser parceira nesta pesquisa, o que vejo como uma grande oportunidade, esta deverá preencher o mesmo termo de compromisso que é destinado aos estagiários, inclusive para os membros apoiadores na pesquisa que ingressarão no espaço escolar.

Em relação a entrevistar os alunos, este caso deve ser tratado com os responsáveis direto pelos alunos envolvidos na pesquisa mediante a assinatura de termo de autorização para as entrevistas. Estes assuntos deverão ser discutidos também com os diretores de cada uma das escolas que participarão da pesquisa.

Por último, e mais uma vez, registramos que esta assessoria não tem

nada contra esta pesquisa nas escolas da rede pública estadual, contanto que todos os processos de registros para resguardar os direitos da unidade escolar e dos alunos sejam efetivados de forma transparente, junto aos interessados, ou seja, gestores das escolas e os pais dos alunos envolvidos na pesquisa.

Sem mais para o momento e certo de contar com vossa compreensão no que ora orientamos, antecipamos agradecimento e desejamos sucesso na empreitada de vossa pesquisa.



MARCOS MORANDI
Ass. Ped. de Juína
Decreto nº 23/2015

ANEXO VII**Ofício para autorização de pesquisa científica****LAPREV**

Laboratório de Análise e Prevenção da Violência

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Psicologia

Caixa Postal 676 - 13.565-905 - São Carlos - SP

Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357

www.ufscar.br/laprev

OFÍCIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Venho por meio desta solicitar autorização para a realização da pesquisa de Doutorado intitulada *Avaliação do Protocolo de Entrevista Investigativa NICHD em contexto análogo ao forense* nas escolas municipais da cidade de Juína, MT, esclarecendo que tal Protocolo é o instrumento forense mais utilizado no mundo e tem o nome de NICHD porque foi desenvolvido pelo National Institute of Child Health and Human Development, nos Estados Unidos.

Trata-se de um roteiro de entrevista para crianças, composto por perguntas abertas para garantir que os relatos trazidos pelas mesmas não sejam ocasionados por perguntas sugestivas. As entrevistas são gravadas em áudio para posterior análise e transcrição das falas, garantindo assim a sua precisão. O Protocolo NICHD foi elaborado com base no conhecimento das pesquisas de Psicologia sobre o desenvolvimento infantil, de acordo com características individuais da criança, levando em conta a sua idade, etapa de desenvolvimento, linguagem, memória, pressão ambiental e o impacto emocional que uma entrevista difícil pode causar na criança. Utilizaremos o Protocolo NICHD para perguntar à criança a respeito de uma atividade que será encenada na classe e queremos observar como ela irá relatar a encenação.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma replicação de uma pesquisa realizada na Inglaterra para a avaliação da qualidade das entrevistas realizadas com o Protocolo NICHD por entrevistadores capacitados a realizar entrevistas investigativas em contexto similar ao forense e clínico, ou seja, na escola, avaliando a precisão das informações apresentadas nas respostas das crianças após o uso do Protocolo. Adicionalmente, pretendemos avaliar se a condição preparatória para a entrevista afeta o

relato posterior da criança sobre os eventos; se a criança relatará a ocorrência de falsos eventos quando usadas as questões sugestivas e investigar a eficácia do uso das perguntas de múltipla escolha com o Protocolo.

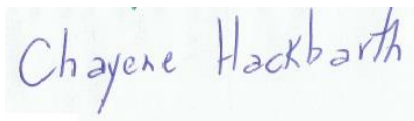
As crianças cujos pais ou mães autorizarem a participação do filho serão convidadas a participar de uma atividade na sala de aula com duração de 15 minutos, na qual um pesquisador representará o papel de um fotógrafo e convidará as crianças para ver um livro sobre piratas, colocando fantasias de piratas por cima da roupa ou do uniforme da escola das crianças. Posteriormente, o mesmo pesquisador irá tirar fotos das crianças vestidas de pirata e depois irá encenar uma pequena discussão com um segundo pesquisador, que estará procurando uma máquina fotográfica. O conflito será resolvido emprestando uma máquina reserva para o pesquisador que precisava da máquina. Finalmente, as crianças irão retirar a roupa de pirata e utilizarão a câmera para tirar uma fotografia só do pesquisador que fez o papel de fotógrafo, voltando para a sala de aula. As fotos tiradas durante a encenação não serão reveladas e nem utilizadas para fins de pesquisa e posteriormente, as crianças serão entrevistadas individualmente por alunos de Graduação em Psicologia a respeito do evento vivenciado com o Protocolo NICHD.

Estudos como o presente protocolo são úteis para auxiliar psicólogos a estudarem que tipos de entrevistas são melhores para entrevistar crianças no Fórum Judicial. Espera-se com este trabalho comprovar a precisão das informações apresentadas nas respostas das crianças quando utilizado o Protocolo NICHD para os diferentes tipos de pergunta.

Todos os dados coletados serão confidenciais de forma a assegurar a privacidade da criança e de sua família. Os resultados divulgados em congressos ou revistas científicas serão apresentados de forma a não identificar as crianças e a escola em que foi realizado o estudo, ou a sua família.

Gratas pela colaboração

Atenciosamente



Chayene Hackbarth



Dra. Lúcia C. de Albuquerque Williams

Ma. Chayene Hackbarth

Dra. Lúcia C. de Albuquerque Williams

CRP /MT: 18/00096

CRP 06/03491-4

Anexo VIII

Roteiro de Entrevista do evento alvo e fictício

Guia de Entrevista

I. Introdução

1. **“Olá, meu nome é _____ e sou _____ (identificar profissão). (Apresentar todas as outras pessoas presentes na sala; idealmente mais ninguém estará presente).**

Hoje é _____ (data) e agora são _____ (horas). Estou entrevistando _____ (nome do entrevistado/a) no/a _____ (local).” PERGUNTAR A IDADE

“Como você pode ver, temos aqui uma câmera de vídeo e um microfone para gravar a nossa conversa. Assim, é mais fácil me lembrar de tudo o que você vai me contar. Às vezes, esqueço de algumas coisas e a gravação me ajuda a ouvir com toda a atenção sem ter que escrever tudo o que você disser”.

“Parte do meu trabalho envolve falar com crianças (jovens) sobre as coisas que aconteceram com elas. Eu me encontro com muitas crianças (jovens) e assim elas podem me contar a verdade sobre coisas que lhes aconteceram. Por isso, antes de começarmos, quero ter certeza de que você compreendeu que é muito importante contar a verdade” (com crianças pequenas explicar: “Aquilo que é verdade e aquilo que é mentira”).

“Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”

(Esperar pela resposta, e depois dizer:)

2. **“Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?”**

(Esperar pela resposta).

3. **“Isso é verdade porque você pode ver que estou de fato sentado(a)”.**

“Já vi que você compreende o que significa contar a verdade. É muito importante que hoje você me diga só a verdade. Você deve me falar só das coisas que realmente aconteceram com você”.

(Pausa)

4. **“Se eu fizer uma pergunta que você não entendeu, diga “eu não entendi”. Está bem?”**

(Pausa)

“Se eu não entender o que você está me contando, vou pedir para você me explicar melhor”.

(Pausa)

5. **“Se eu fizer uma pergunta e você não souber a resposta diga apenas “eu não sei”.**

“Então se eu perguntar qual o nome do meu cachorro? (Ou o nome do meu filho), o que você vai responder?”

(Esperar pela resposta).

(Se a criança responder, “Não sei”, dizer:)

6. “Certo. Você não sabe mesmo”.

(se a criança tentar ADIVINHAR, dizer:)

“Não, você não sabe a resposta porque você não me conhece. Quando não sabe a resposta, não precisa responder – pode dizer que não sabe”.

(Pausa)

7. “E se eu disser coisas erradas, você deve me avisar. Está bem?”

(Espere por uma resposta).

8. “Então se eu disser que você é uma menina de dois anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.), o que é que você deve dizer?”

(Se a criança não o corrigir, dizer:)

“O que você deve dizer se eu errar e disser que você é uma menina de 2 anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.)?”

(Espere por uma resposta).

9. “Correto. Agora você já sabe o que fazer quando eu errar ou disser alguma coisa que não está certa”.

(Pausa)

10. “Então se eu disser que você está de pé, o que você diz?”

(Espere por uma resposta)

“Correto”

II. Estabelecimento de Rapport:

“Agora quero te conhecer melhor”.

1. “Me conta coisas que você gosta de fazer”.

(Espere que a criança responda).

(Se a criança der uma resposta detalhada, passe para a questão 3).

(Se a criança não responder, se der uma resposta curta, ou ficar empacada, pode perguntar:)

2. “Eu queria mesmo te conhecer melhor. Preciso que você me conte coisas que gosta de fazer”.

(Espere por uma resposta).

3. “Me conta mais sobre (atividade que a criança mencionou no seu relato. Evitar abordar temáticas como programas de televisão, filmes e fantasia)”.

(Espere por uma resposta).

III. Treino da Memória Episódica

Evento Especial

(Nota: Esta seção é alterada dependendo do incidente abusivo).

(Antes da entrevista, identifique um acontecimento recente que a criança tenha vivido - primeiro dia na escola, festa de aniversário, celebração de um feriado, etc, e em seguida faça perguntas. Se possível, escolha um acontecimento que tenha ocorrido na mesma época que o suposto ou alegado abuso. Se o abuso aconteceu durante um dia ou evento particular, pergunte sobre outro acontecimento).

“Eu quero saber mais sobre você e sobre as coisas que você faz”.

1. “Há uns (dias/semanas) **foi** (Férias/festa de aniversário/o primeiro dia na escola/outro evento). **Me conta tudo o que aconteceu** (no teu aniversário, Páscoa, etc.)” (Espere por uma resposta).

1a. “Pensa bem sobre (atividade ou evento) **e me conta tudo o que aconteceu nesse dia, desde que você se levantou de manhã até** (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1b. “E então o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) **até você ir para a cama naquela noite”.**

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

(Se a criança fizer uma descrição pobre do acontecimento, continue com as questões 2 - 2e).

(Nota: se a criança fizer uma descrição detalhada do acontecimento, diga:)

“É muito importante que você me conte tudo o que lembrar sobre as coisas que aconteceram com você. Você pode me contar coisas boas e coisas ruins”.

Ontem

2. “Eu quero ficar sabendo das coisas que acontecem com você. Me conta tudo o que aconteceu ontem, desde a hora que você acordou até ir para a cama”.

(Espere por uma resposta).

2a. “Eu não gostaria que você deixasse alguma coisa de fora. Me conta tudo o que aconteceu desde que você acordou até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

2b. “E daí o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama”.

(Espere por uma resposta)

2d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo desta seção).

Hoje

SE A CRIANÇA NÃO FORNECER UMA DESCRIÇÃO DETALHADA SOBRE ONTEM, REPITA AS QUESTÕES 2 A 2e SOBRE HOJE, USANDO “A HORA QUE VOCÊ CHEGOU AQUI” COMO EVENTO FINAL.

“É mesmo muito importante que você me conte tudo o que aconteceu realmente com você”.

Parte Substantiva da Entrevista

IV. Transição para as questões substantivas:

Perguntas sobre o evento alvo:

1. *“Ouvi dizer que, há algumas semanas, alguém te chamou na sua classe para tirar umas fotos. Eu não estava lá, mas eu gostaria de saber tudo o que aconteceu. Me conta tudo que você se lembra sobre esse dia. Tente não esquecer nada. Quero que me conte o máximo que se lembrar”;*
2. *“É importante pra mim saber tudo que aconteceu quando você tirou as fotos. Me conta tudo sobre isso”.*
3. *“Alguém te chamou na sua classe pra tirar uma foto?”*
4. *“Ouvi dizer que você foi para uma outra sala de aula na escola e tirou fotos. Me conta tudo sobre isso”.*
5. *“Ouvi dizer que você tirou sua foto vestindo uma fantasia. Me conta tudo sobre isso”.*
6. *“Ouvi dizer que você usou um traje de pirata. Me conta tudo sobre isso”.*

Perguntas sobre o evento fictício:

1. *“Ouvi dizer que, há algumas semanas, você e sua classe fizeram um passeio ao Corpo de Bombeiros. Eu não estava lá, mas eu gostaria de saber tudo que aconteceu. Me conta tudo o que você se lembra sobre esse dia, quando você foi para o Corpo de Bombeiros. Tente não esquecer nada. Quero que me conte o máximo que se lembrar”.*

(Se a criança fornece um relato de evento semelhante ao evento fictício, como uma visita ao serviço de emergência ou um passeio com a classe para outro destino, os entrevistadores reiteraram o alerta, enfatizando que querem saber sobre um momento diferente, quando as crianças foram com a classe para o Corpo de Bombeiros). Se a criança nega que isso ocorreu ou responde que não consegue lembrar, o entrevistador encerra a entrevista.

2. *“É importante pra mim, saber tudo que aconteceu quando você foi ao Corpo de Bombeiros com a sua classe. Me conta tudo que você se lembrar sobre isso”.*

3. *“Você fez um passeio com a sua classe vestido de bombeiro?”.*

X. Encerramento

(Diga:)

“Hoje você me contou muitas coisas e eu quero te agradecer por ter me ajudado”.

1. “Há mais alguma coisa que você acha que eu deveria saber?”

(Espere por uma resposta).

2. “Há alguma coisa que você quer me contar?”

(Espere por uma resposta).

3. “Há alguma pergunta que você queira fazer?”

(Espere por uma resposta).

4. “Se quiser falar comigo outra vez, pode me ligar para este número de telefone (forneça à criança um cartão com o seu nome e o número de telefone)”.

XI. Tópico Neutro

“O que você vai fazer hoje depois de sair daqui?”

(Converse com a criança durante alguns minutos sobre um tópico neutro).

“São (especifique as horas) e esta entrevista acabou”.